



OS ESPAÇOS PÚBLICOS COMO LUGARES DE APROPRIAÇÃO INFORMAL

Casos de Estudo no Porto

RITA VAZ

Dissertação submetida para satisfação parcial dos requisitos do grau de
MESTRE EM PLANEAMENTO E PROJETO URBANO

Orientador: Professora Doutora Sara Maria dos Santos Rodrigues da Cruz

OUTUBRO DE 2015

MESTRADO EM PLANEAMENTO E PROJETO URBANO 2014/2015

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA CIVIL

Tel. +351-22-508 1903

Fax +351-22-5081446

✉ mppu@fe.up.pt

Editado por

FACULDADE DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Rua Dr. Roberto Frias

4200-465 PORTO

Portugal

Tel. +351-22-508 1400

Fax +351-22-5081440

✉ feup@fe.up.pt

🌐 <http://www.fe.up.pt>

Reproduções parciais deste documento serão autorizadas na condição que seja mencionado o Autor e feita referência a *Mestrado em Planeamento e Projeto Urbano - 2014/2015 - Departamento de Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2015*.

As opiniões e informações incluídas neste documento representam unicamente o ponto de vista do respetivo Autor, não podendo o Editor aceitar qualquer responsabilidade legal ou outra em relação a erros ou omissões que possam existir.

Este documento foi produzido a partir de versão eletrónica fornecida pelo respetivo Autor.

O conhecimento une cada um consigo mesmo e todos com todos

José Saramago

AGRADECIMENTOS

Seja qual for o assunto da dissertação, da psicologia à arquitetura, há sempre meia dúzia de parágrafos em comum, em que o conteúdo em pouco difere e que escusam qualquer referência. A verdade, ainda que seja vulgar dizê-lo, é que qualquer trabalho de investigação deste tipo, ainda que individual, e diria até, que sobretudo por isso, requer um grande suporte coletivo.

Em primeiro lugar, quero agradecer aos que colaboraram diretamente, por mais ou menos tempo, neste trabalho.

À Professora Sara Santos Cruz pelo seu apoio ao longo de toda a dissertação. Obrigada pelo seu contributo durante os últimos meses e por descomplicar sempre que necessário.

À Dra. Isabel Martins e à Eng.^a Liliana Ferreira, da Câmara Municipal do Porto, muito obrigada pela disponibilidade, simpatia, e pelas conversas que em muito me motivaram.

Em segundo lugar, um agradecimento a todos aqueles que me ensinaram a não me conformar com o menos e a lutar por mais. São com certeza muitos! Sem isso nunca teria vindo parar à FEUP, mudado de repente de planos, e não descobriria, de facto, aquilo que realmente gosto de fazer.

Aos meus pais pelo apoio em todas essas decisões.

Por último, àqueles que ao longo de anos e anos, passam, ficam e me fazem crescer. Aos meus Amigos, um enorme obrigada.

RESUMO

Os espaços públicos, enquanto espaços de todos e para todos, fortalecem a ligação do Homem ao espaço e dão lugar a formas de apropriação. Procura-se com este trabalho explorar os conceitos de utilização e apropriação, identificar alguns espaços de apropriação informal e as suas características, e perante os diferentes cenários encontrados, propor uma metodologia de intervenção.

O trabalho assenta numa revisão de literatura, onde são distinguidos os conceitos e determinados três tipos de espaços de apropriação informal - espaços de proximidade, espaços encontrados e espaços abertos. Paralelamente procuram-se também estratégias de planeamento que estimulem a apropriação e que permitam orientar uma nova intervenção ou intervenções em lugares de apropriação informal em que seja identificada essa necessidade.

De forma a identificar quais as suas características e o que está por trás daquelas formas de expressão de vida pública, procuram-se casos claros, representativos, pelos espaços públicos e equipamentos da cidade do Porto, tendo em conta a natureza do seu acesso e utilização. Como tal, numa primeira fase são visitados vinte espaços na cidade, de diferentes tipologias - ruas, praças, jardins e parques – onde é feita uma análise primária do espaço, assente em quatro pilares: acessos e ligações, conforto e imagem, usos e atividades, e sociabilidade.

Com base nas características observadas são assim definidos quais os espaços que dão lugar a formas de apropriação informal e, por isso, casos de estudo. Uma vez que a perceção do espaço e algumas características daqueles que os utilizam não são observáveis, a análise é, então, complementada por um conjunto de inquéritos por entrevista estruturada.

A partir da observação destes espaços, ilustrados por um levantamento fotográfico, e dos resultados obtidos, define-se o contexto destas apropriações, as características dos espaços em que ocorrem, qual a perceção ou ligação das pessoas a cada um destes lugares, mas, sobretudo, procura-se esclarecer o seguinte: se por um lado, em alguns destes casos, as apropriações informais são apenas uma forma de adaptação à atividade a desenvolver, noutros, para além disso, revelam carências da infraestrutura física e, como tal, será desejável que essas falhas sejam colmatadas.

Com base nos casos de estudo e na revisão de literatura, sugere-se, posteriormente, uma proposta metodológica de intervenção perante diferentes cenários de apropriação informal, assim como, boas práticas em planeamento para estimular a apropriação.

PALAVRAS-CHAVE: apropriação informal; espaço público; lugar; planeamento participativo; desenho urbano.

ABSTRACT

The public spaces as spaces of all and for all, strengthen the connection of man to space and give rise to forms of appropriation. This work seeks to explore the concepts of use and appropriation, to identify some areas of informal appropriation and its characteristics, and given different encountered scenarios propose a methodology of intervention.

The research is based on a literature review, where are distinguished the concepts and determined three types of spaces of informal appropriation – proximity spaces, found spaces and open spaces. At the same time also looks up planning strategies that encourage appropriation and which could guide a new intervention or interventions in places of informal appropriation where is needed.

In order to identify its characteristics and what is behind those forms of expression of public life, looking to clear cases, representatives, in the public spaces of the city of Porto. As such, in the first phase are visited twenty spaces in the city, of different types - streets, squares, gardens and parks - where is made a primary analysis of the area, using the following parameters: accessibility and linkage, comfort and image, uses and activities, and sociability.

Based on the observed characteristics are defined which spaces give rise to informal forms of appropriation, and therefore, cases of study. Since the perception of space and some characteristics of those who use them are not observable, the analysis is then complemented by some surveys in the form of structured interviews.

From the observation of these spaces, illustrated by a photographic survey, and the obtained results, are defined the context of these appropriations, the characteristics of the spaces in which they occur, the people perception or connection to each of these places, but above all, seeks to clarify the following: in some of these cases, informal appropriations are just a form of adaptation to the activity to develop, in others, in addition, reveal lack of physical infrastructure and, thus, it is desirable that such failures are addressed.

Based on case studies and in literature review, it is suggested subsequently a methodology of intervention in different scenarios of informal appropriation, as well as good practices in planning that encourage appropriation.

KEYWORDS: informal appropriation; public space; place; participative planning; urban design.

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	i
RESUMO	iii
ABSTRACT	v
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. ENQUADRAMENTO E OBJETIVOS	1
1.2. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	2
2. CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA	3
2.1. TERRITORIALIDADE E TERRITORIALIZAÇÃO	3
2.2. DA TERRITORIALIDADE À APROPRIAÇÃO	8
2.3. O ESPAÇO PÚBLICO E A APROPRIAÇÃO	10
2.4. A APROPRIAÇÃO ENQUANTO PRÁTICA ESPONTÂNEA	17
2.5. A APROPRIAÇÃO COMO CARACTERÍSTICA DOS ESPAÇOS DE DIVERSIDADE	22
2.6. SÍNTESE CONCLUSIVA	24
3. A APROPRIAÇÃO E O PLANEAMENTO	25
3.1. INTRODUÇÃO	25
3.2. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DE UM BOM DESENHO URBANO	26
3.2.1. OS ESPAÇOS DE DIVERSIDADE COMO PRINCIPAIS ECOSSISTEMAS DE APROPRIAÇÃO	26
3.2.2. DOS ESPAÇOS AO SENTIDO DE LUGAR	32
3.2.3. FATORES INIBIDORES DA APROPRIAÇÃO	36
3.3. INICIATIVAS DE TRANSFORMAÇÃO DOS ESPAÇOS EM LUGARES PÚBLICOS	37
3.3.1. AS RUAS: DE LIGAÇÕES A LUGARES	37
3.3.2. O PLANEAMENTO COLABORATIVO E PARTICIPATIVO	39
3.3.3. PLACEMAKING	41
3.3.3.1. O conceito	41
3.3.3.2. Princípios orientadores	42
3.3.3.3. O que torna um lugar um bom lugar	45
3.3.3.4. Impactos e benefícios do placemaking	45
3.3.3.5. Passos a seguir	46

3.3.4. URBANISMO TÁTICO	47
3.4. SÍNTESE CONCLUSIVA	49

4. CASOS DE ESTUDO

4.1. CONTEXTUALIZAÇÃO	51
4.2. METODOLOGIA	51
4.3. OBSERVAÇÃO E ANÁLISE PRIMÁRIA DO FUNCIONAMENTO DOS ESPAÇOS	53
4.3.1. QUINTA DO COVELO	54
4.3.1.1. Sociabilidade	55
4.3.1.2. Usos e atividades	55
4.3.1.3. Acessos e ligações	55
4.3.1.4. Conforto e imagem	56
4.3.2. PARQUE DA CIDADE	56
4.3.2.1. Sociabilidade	56
4.3.2.2. Usos e atividades	57
4.3.2.3. Acessos e ligações	57
4.3.2.4. Conforto e imagem	58
4.3.3. JARDIM DE S. LÁZARO	58
4.3.3.1. Sociabilidade	58
4.3.3.2. Usos e atividades	59
4.3.3.3. Acessos e ligações	59
4.3.3.4. Conforto e imagem	59
4.3.4. JARDIM DO PASSEIO ALEGRE	60
4.3.4.1. Sociabilidade	61
4.3.4.2. Usos e atividades	61
4.3.4.3. Acessos e ligações	61
4.3.4.4. Conforto e imagem	61
4.3.5. PRAÇA DO INFANTE D. HENRIQUE	62
4.3.5.1. Sociabilidade	62
4.3.5.2. Usos e atividades	62
4.3.5.3. Acessos e ligações	63
4.3.5.4. Conforto e imagem	63
4.3.6. PRAÇA/ JARDIM DO MARQUÊS DE POMBAL	64

4.3.6.1. Sociabilidade	64
4.3.6.2. Usos e atividades	64
4.3.6.3. Acessos e ligações	65
4.3.6.4. Conforto e imagem	65
4.3.7. PRAÇA DA REPÚBLICA	65
4.3.7.1. Sociabilidade	66
4.3.7.2. Usos e atividades	66
4.3.7.3. Acessos e ligações	66
4.3.7.4. Conforto e imagem	66
4.3.8. PRAÇA DE LISBOA	67
4.3.8.1. Sociabilidade	67
4.3.8.2. Usos e atividades	68
4.3.8.3. Acessos e ligações	68
4.3.8.4. Conforto e imagem	68
4.3.9. PRAÇA MOUZINHO DE ALBUQUERQUE/ROTUNDA DA BOAVISTA	69
4.3.9.1. Sociabilidade	69
4.3.9.2. Usos e atividades	69
4.3.9.3. Acessos e ligações	69
4.3.9.4. Conforto e imagem	70
4.3.10. PRAÇA VELASQUEZ	70
4.3.10.1. Sociabilidade	71
4.3.10.2. Usos e atividades	71
4.3.10.3. Acessos e ligações	71
4.3.10.4. Conforto e imagem	72
4.3.11. PRAÇA DA BATALHA	73
4.3.11.1. Sociabilidade	73
4.3.11.2. Usos e atividades	74
4.3.11.3. Acessos e ligações	74
4.3.11.4. Conforto e imagem	74
4.3.12. PRAÇA D. JOÃO I	75
4.3.12.1. Sociabilidade	75
4.3.12.2. Usos e atividades	75
4.3.12.3. Acessos e ligações	76

4.3.12.4. Conforto e imagem.....	76
4.3.13. AVENIDA DOS ALIADOS.....	76
4.3.13.1. Sociabilidade.	77
4.3.13.2. Usos e atividades.	77
4.3.13.3. Acessos e ligações.....	77
4.3.13.4. Conforto e imagem.....	78
4.3.14. PRAÇA DAS CARDOSAS.....	78
4.3.14.1. Sociabilidade.	79
4.3.14.2. Usos e atividades.	79
4.3.14.3. Acessos e ligações.....	79
4.3.14.4. Conforto e imagem.....	79
4.3.15. RUA DAS FLORES.....	80
4.3.15.1. Sociabilidade.	80
4.3.15.2. Usos e atividades.	80
4.3.15.3. Acessos e ligações.....	81
4.3.15.4. Conforto e imagem.....	81
4.3.16. PRAÇA DA RIBEIRA.....	82
4.3.16.1. Sociabilidade.	82
4.3.16.2. Usos e atividades.	83
4.3.16.3. Acessos e ligações.....	83
4.3.16.4. Conforto e imagem.....	83
4.3.17. PRAÇA DE CARLOS ALBERTO	84
4.3.17.1. Sociabilidade.	84
4.3.17.2. Usos e atividades.	84
4.3.17.3. Acessos e ligações.....	85
4.3.17.4. Conforto e imagem.....	85
4.3.18. PRAÇA DOS LEÕES/PRAÇA DE GOMES TEIXEIRA	85
4.3.18.1. Sociabilidade.	86
4.3.18.2. Usos e atividades.	86
4.3.18.3. Acessos e ligações.....	86
4.3.18.4. Conforto e imagem.....	87
4.3.19. PRAÇA DA CORDOARIA.....	87
4.3.19.1. Sociabilidade.	87

4.3.19.2. Usos e atividades.....	88
4.3.19.3. Acessos e ligações.....	88
4.3.19.4. Conforto e imagem.....	88
4.3.20. CASA DA MÚSICA (ENVOLVENTE).....	89
4.3.20.1. Sociabilidade.....	89
4.3.20.2. Usos e atividades.....	89
4.3.20.3. Acessos e ligações.....	90
4.3.20.4. Conforto e imagem.....	90
4.4. ANÁLISE DAS FORMAS DE APROPRIAÇÃO INFORMAL.....	90
4.4.1. SELEÇÃO DOS CASOS DE ESTUDO.....	90
4.4.2. ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS.....	92
4.4.2.1. Parque da Cidade.....	92
4.4.2.2. Jardim de S. Lázaro.....	94
4.4.2.3. Praça do Marquês de Pombal/ Jardim do Marquês.....	95
4.4.2.4. Praça da República.....	96
4.4.2.5. Praça dos Leões.....	97
4.4.2.6. Praça da Cordoaria.....	98
4.4.2.7. Casa da Música.....	99
4.4.2.8. Outros espaços de apropriação informal.....	101
4.4.3. SÍNTESE CONCLUSIVA.....	102
4.4.4. PROPOSTA METODOLÓGICA DE INTERVENÇÃO PERANTE OS DIFERENTES CONTEXTOS DE APROPRIAÇÃO INFORMAL.....	105
 5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	 109
 BIBLIOGRAFIA.....	 113

ÍNDICE DE FIGURAS

Fig.1 – Atividades opcionais e necessárias	16
Fig. 2, 3 e 4– Exemplos da imprevisibilidade humana.....	19
Fig. 5 e 6 – O Parque da Cidade do Porto como espaço flexível (Maio de 2015).....	26
Fig. 7 –Wahlenpark, Zurich	28
Fig. 8 – Biblioteca Pública de Nova Iorque	30
Fig. 9 e 10 – Identidade do Lugar- Praça do Comércio e Ribeira das Naus (Lisboa)	34
Fig. 11 – Fatores que contribuem para um sentido de lugar	35
Fig. 12 e 13 – A rua e o automóvel: um bom e um mau exemplo (Dezembro de 2014)	38
Fig. 14 e 15 – Antes e depois de uma iniciativa assente em princípios de <i>placemaking</i> , em Aveiro....	42
Fig. 16 – Diagrama do espaço	45
Fig. 17,18 e 19– Iniciativas de Urbanismo Tático	49
Fig. 20– Mapa representativo dos Casos de Estudo- Fase I.....	54
Fig. 21– Localização	54
Fig. 22 e 23 – Quinta do Covelo (Abril de 2015).....	54
Fig. 24 – Localização	56
Fig. 25 e 26 – Parque da Cidade (Abril de 2015).....	56
Fig. 27 – Localização	58
Fig. 28 e 29 – Jardim de S. Lázaro (Abril de 2015)	58
Fig. 30 – Localização	60
Fig. 31 e 32 – Passeio Alegre (Abril de 2015)	60
Fig. 33 – Localização	62
Fig. 34 e 35 – Praça do Infante D. Henrique (Abril de 2015).....	62
Fig. 36 – Localização	64
Fig. 37 e 38 – Jardim do Marquês de Pombal (Abril de 2015)	64
Fig. 39 – Localização	65
Fig. 40 – Praça da República (Abril de 2015)	65
Fig. 41 – Praça da República (Abril de 2015)	66
Fig. 42 – Localização	67
Fig. 43 e 44 – Praça de Lisboa (Abril de 2015).....	67
Fig. 45 – Localização	69
Fig. 46 e 47 –Praça Mouzinho de Albuquerque (Abril de 2015)	69

Fig. 48 – Localização	70
Fig. 49 e 50 – Praça Velasquez (Abril de 2015)	70
Fig. 51 – Localização	73
Fig. 52 e 53 – Praça da Batalha (Abril de 2015)	73
Fig. 54 – Localização	75
Fig. 55 e 56 – Praça D. João I (Abril de 2015)	75
Fig. 57 – Localização	76
Fig. 58 – Avenida dos Aliados (Abril de 2015)	76
Fig. 59 – Avenida dos Aliados (Abril de 2015)	77
Fig. 60 – Localização	78
Fig. 61 e 62 – Praça das Cardosas (Abril de 2015)	78
Fig. 63 – Localização	80
Fig. 64 e 65 – Rua das Flores (Abril de 2015)	80
Fig. 66 – Localização	82
Fig. 67 e 68 – Praça da Ribeira (Abril de 2015)	82
Fig. 69 – Localização	84
Fig. 70 e 71 – Praça de Carlos Alberto (Abril de 2015)	84
Fig. 72 – Localização	85
Fig. 73 – Praça dos Leões (Abril de 2015)	85
Fig. 74 – Praça dos Leões (Abril de 2015)	86
Fig. 75 – Localização	87
Fig. 76 e 77 – Praça da Cordoaria (Abril de 2015)	87
Fig. 78 – Localização	88
Fig. 79 e 80 – Casa da Música (Abril de 2015)	89
Fig.81 a 84 – Atividades de apropriação informal: Parque da Cidade (Maio/ Junho de 2015)	92
Fig.85 a 88 – Apropriação informal: Jardim de S. Lázaro (Maio/ Junho de 2015)	94
Fig.89 a 92 – Apropriação informal: Jardim do Marquês (Maio/ Junho de 2015)	95
Fig.93 a 94 – Apropriação informal: Praça da República (Maio/ Junho de 2015)	96
Fig.95 a 97– Apropriação informal: Praça dos Leões (Maio/ Junho de 2015)	97
Fig.98 a 100 – Apropriação informal: Praça da Cordoaria (Maio/ Junho de 2015)	98
Fig.101 a 104 – Apropriação informal: Casa da Música (envolvente) (Maio/ Junho de 2015)	99
Fig.105 a 108 – Espaços de proximidade (Maio/ Junho de 2015)	101

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela1 –Comportamentos territoriais nos vários tipos de território	6
Tabela 2 –Síntese da metodologia aplicada	52
Tabela 3 –Espaços estudados e tipologias.....	53
Tabelas 4 e 5 –Cenários encontrados e formas de atuação	106

1

INTRODUÇÃO

1.1. ENQUADRAMENTO E OBJETIVOS

É reconhecida a importância dos espaços públicos enquanto espaços de interação social e de vida pública. Ao longo do tempo, estes espaços vêm refletindo as formas de viver das sociedades e evidenciando as interações entre as pessoas e a cidade, acompanhados por diferentes paradigmas de planeamento e gestão dos espaços urbanos, associados a mudanças sociais, políticas, económicas e culturais. Recentemente, nota-se uma crescente preocupação com a qualidade dos espaços urbanos assente em paradigmas de sustentabilidade e de competitividade, mas também, e mais importante, relativa à qualidade de vida. Como tal, reconhece-se que os espaços urbanos devem ser concebidos para as pessoas, ou seja, devem responder às suas necessidades e vontades.

Apesar da literatura ter vindo a estudar quais os fatores qualitativos do espaço público, revistos em formas de utilização e apropriação formais dos espaços e lugares públicos, existe um conjunto de outras formas de apropriação informais, de certa forma marginalizadas, que têm sido menos estudadas. Procura-se assim compreender o contexto de manifestações de apropriação informal, determinar as características de diferentes espaços e tipologias de apropriação e perante os diferentes cenários definir uma metodologia de ação, determinando quais os casos em que se deve ou não intervir, e propondo medidas de encontro às necessidades, e ao revisto na literatura.

1.2. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A estrutura da dissertação que se apresenta é composta por cinco capítulos, nos quais se inclui um primeiro capítulo introdutório, de enquadramento e definição de objetivos.

O segundo e o terceiro capítulo referem-se à revisão de literatura. Enquanto no segundo se definem conceitos e diferentes espaços de apropriação informal – espaços de proximidade, espaços encontrados, espaços abertos, no terceiro capítulo descrevem-se princípios orientadores e boas práticas

em planeamento, voltadas para a qualidade dos espaços e lugares públicos e, como tal, que estimulam a apropriação.

No quarto capítulo, numa primeira fase, contextualiza-se o objeto de estudo e define-se a metodologia. Posteriormente é feita uma análise primária de cerca de vinte espaços e equipamentos públicos da cidade, mais tarde seleccionados e analisados de forma aprofundada. Descritos os resultados obtidos, é então sugerida uma proposta metodológica de intervenção perante os diferentes contextos de apropriação informal.

No último capítulo (capítulo cinco) sintetizam-se as principais conclusões e recomendações.

2

CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

2.1. TERRITORIALIDADE E TERRITORIALIZAÇÃO

O ambiente urbano deve ser um ambiente que encoraje as pessoas a expressarem-se, a envolverem-se, a decidir o que querem e a agir sobre ele.

Jacobs e Appleyard

A territorialidade, enquanto marcação de um lugar, constitui uma das dimensões da essência humana (Muga, 2005). De facto, segundo Sockza (1988), citado em Muga (2005, p127), “o fenómeno da territorialidade, em termos evolutivos, é subsequente à diferenciação sexual e ao desenvolvimento de um sistema agonístico que assegura a apropriação de um espaço, defendido funcionalmente, com vista ao acasalamento e procriação, com eventual reserva de recursos e pontos de abrigo”, fazendo como tal, paralelamente a estes aspetos vitais, parte da essência do Homem. Shaftoe (2008), de encontro à ideia de Sockza, refere-se à territorialidade como um dos mais fundamentais traços humanos, presumivelmente da nossa origem colectora, e que se materializa por uma necessidade de marcar e reivindicar o território. Holahan (1982) acrescenta que a territorialidade, enquanto um padrão de comportamentos associado com a posse ou ocupação de um lugar, por um indivíduo ou grupo, pode envolver a personalização e defesa contra intrusões.

Lume (1999) define também o conceito enquanto forma de expressão da relação dos animais e do homem com o território que fornece um quadro para a sua atividade em grupo: “os indivíduos conservam uma certa distância, que lhes permite uma comunicação sem perda de identidade e com perfeita sinalização da presença uns dos outros” (Lume, 1999, p64).

Para Moles (1976, citado em Muga, 2005), a territorialidade associa-se estreitamente à apropriação do espaço: processo complexo, baseado na noção de identidade do lugar e na construção dos locais aos quais eu me fixo. Como tal, segundo Muga (2005, p127), “construir um ponto aqui é não só criar

barreiras, discontinuidades na continuidade da vastidão do espaço, mas também apropriar um lugar em detrimento do outro”.

Ao território, tal como explicita Ratzel (1974), corresponde, então, um espaço apropriado por um grupo social que ao fixar-se firma raízes e cria uma identidade específica, não podendo ter a sua marca dissociada desse território. Distingue-se, assim, tal como refere Raffestin (1993), do conceito de espaço geográfico. Segundo Raffestin (1993) o espaço é anterior ao território, uma vez que este último constrói-se a partir das ações de territorialização, exercidas por um ator sobre um determinado espaço. A transformação do espaço em território além de envolver o domínio, controlo ou tomada de poder, requer uma apropriação simbólico-cultural, relacionada à vivência quotidiana e aos ritmos de vida (Caetano e Bezzi, 2010). Desta forma, trata-se de um espaço delimitado por, e a partir de relações de poder, dominação e apropriação, podendo refletir-se a diferentes escalas: um país, um quarteirão governado por um grupo, etc. Brunet (1990) também conceitua o território em função do sentimento de apropriação de um espaço.

Perante a diversidade de conceitos e de autores que se referem ao vocábulo “território” conclui-se que todos compartilham a ideia de apropriação de um espaço geográfico por um grupo, ou uma coletividade. A apropriação será então o denominador comum de processos associados ao território, territorialidade e territorialização, manifestando-se física e simbolicamente, e que poderá ser expressa por um indivíduo ou grupo.

Após a ocupação física de um território os grupos e o poder político aproveitam-no também simbolicamente (Eröss e Tátrai, 2010). Isto acontecerá graças à apropriação simbólica, e com o objetivo de fazer com que os habitantes de um qualquer local, assim como externos a esse, identifiquem a quem pertence determinado território (Eröss e Tátrai, 2010). São exemplos dessa apropriação secundária os nomes de ruas, estátuas, monumentos, assim como algumas características dos edifícios como o estilo ou a cor (Eröss e Tátrai, 2010).

Os conceitos de territorialidade e de territorialização apresentam-se assim enquanto processos de construção do território, sendo como tal, o território, o seu produto. Apesar da sua vulgar aproximação de significado, os conceitos referidos distinguem-se. Enquanto o conceito de territorialidade corresponde a um estado ou qualidade inerente a cada cultura, naturalizando e colocando em termos atemporais a relação entre a cultura e o meio, a territorialização será um processo social iniciado pela instância política (Oliveira, 1998). Será, então, dada maior incidência ao conceito de territorialidade pela natureza deste estudo.

A territorialidade poderá ser analisada a partir de duas perspetivas, distinguidas pelas teorias sociobiológicas e socioculturais (Muga, 2005). Segundo a teoria sociobiológica, defendida por Wilson e Ardrey (citado em Muga, 2005), o comportamento territorial humano é explicado à luz da sua

herança biológica e genética. O Homem será então geneticamente predisposto a defender o seu território da invasão, pelo que o seu comportamento territorial será instintivo (Muga, 2005).

Por outro lado, a abordagem sociocultural considera que o comportamento territorial depende da aprendizagem social e das influências culturais (Muga, 2005). Desta forma, enquanto a biologia e o instinto podem explicar a territorialidade animal, o comportamento territorial nos humanos, apenas poderá ser compreendido à luz da organização social, e da diversidade cultural que caracteriza as sociedades humanas (Muga, 2005). A título de exemplo, o autor ilustra este propósito assinalando as diferenças entre os povos do Norte da Europa e os mediterrânicos, no que toca à marcação territorial: “os muros e as vedações que protegem as residências mediterrânicas dão lugar, nos países nórdicos, a simples áreas relvadas sem qualquer proteção” (Muga 2005, p132).

De acordo com Altman e Chemers (1984), a territorialidade apresenta seis características principais:

- propriedade e controlo de um lugar ou objeto, de base temporal variável (temporária ou permanente);
- dimensões do local ou objeto, também variáveis;
- a propriedade poderá ser de um indivíduo ou grupo;
- desempenha funções físicas - arrecadação e regulação dos recursos alimentares - e funções psicossociais - estatuto, identidade, estabilidade;
- a personalização e marcação dos territórios é frequente;
- desencadeamento de um processo reativo - (ativação de defesas) sempre que há violação dos limites territoriais.

(citado em Muga, 2005).

O conjunto de comportamentos pelo qual um indivíduo ou grupo reclama um território, o demarca, personaliza e defende é também codificado pela natureza do território em causa (Muga, 2005).

Aos vários tipos de territórios correspondem, então, diferentes comportamentos territoriais, com base no grau de controlo, duração da permanência, no grau de centralidade e no grau de personalização, assim como nas funções que os vários territórios desempenham (Muga, 2005).

Muga (2005), com base no legado de Altman (1975), sintetiza os comportamentos territoriais, nos vários tipos de território, tal como ilustra a tabela seguinte:

Tabela 1- Comportamentos territoriais nos vários tipos de território (Muga, 2005)

	TERRITÓRIOS PRIMÁRIOS (EX.: CASA, CARRO)	TERRITÓRIOS SECUNDÁRIOS (EX.: CLUBE SOCIAL, CAFÉ DO BAIRRO)	TERRITÓRIOS PÚBLICOS (EX.: PARQUE, PRAIA, PRAÇA)
GRAU DE CONTROLO	Debaixo de completo controlo. A sua posse é reconhecida por outras pessoas.	Algum grau de controlo, mas não exclusivo.	Baixo controlo. Abertos à ocupação pública ainda que com regras e costumes.
DURAÇÃO DA PERMANÊNCIA	Por um longo período de tempo.	Ocupação não permanente.	Ocupação numa base relativamente temporária.
GRAU DE CENTRALIDADE	Centrais para a vida das pessoas.	Menos centrais na vida dos seus ocupantes.	Não centrais na vida das pessoas.
GRAU DE PERSONALIZAÇÃO	Altamente personalizados.	Podem ser personalizados durante o período de ocupação.	Por vezes personalizados de forma temporária.
FUNÇÕES	Facilitam a intimidade. Expressam a identidade pessoal.	Promovem a interação social.	Regulam os sistemas sociais.

A análise da tabela permite desde logo afirmar que a relação do homem com o espaço, materializada pelos seus comportamentos territoriais, varia em função do tipo de território, pelo que, a relação do homem com os territórios públicos - praças, ruas, jardins, etc. - não terá tanta importância e tão grande envolvimento quanto nos territórios primários, como a casa.

No entanto, a diferenciação territorial e o padrão de comportamentos descritos são, muitas vezes, subvertidos por determinados grupos ou em determinados contextos, sobretudo nos territórios públicos (Muga, 2005). A título de exemplo, o autor ilustra esta alteração nos padrões de comportamento territoriais, nos vários tipos de território, fazendo referência a Fisher (1992). Segundo Fisher, a rua é para certos grupos de jovens o seu quadro de vida, pelo que, na ausência do seu espaço em casa, utilizam e investem na rua como espaço privado temporário.

Essa necessidade de marcar e reivindicar o território é potencialmente problemática em espaços públicos abertos, uma vez que estes espaços, em teoria, pertencem a todos e a ninguém

(Shaftoe, 2008). Em casos extremos os espaços públicos poderão ser ocupados indesejavelmente por gangues ou indivíduos embriagados, por exemplo (Shaftoe, 2008).

Muga (2005, p130) acrescenta ainda: “Este colocar em questão temporária ou permanentemente o carácter público do espaço, por meio do uso é, também, típico das zonas históricas de muitas cidades mediterrânicas: é o caso do pequeno comércio que incorpora o passeio como espaço da loja, da roupa a secar nas ruas, etc.”

Tal como sugerido na tabela anterior, reconhece-se um conjunto de funções psicossociais satisfeitas pela territorialidade. Holahan (1982) e Fisher (1984, citado em Muga, 2005), para além das funções físicas, como arrecadar e regular os recursos naturais, admitem o desempenho de três importantes funções psicossociais pela territorialidade, sendo estas: a gestão de atividades diárias, o desenvolvimento da organização social, e desenvolvimento da identidade pessoal e grupal.

A territorialidade ajuda a organizar e a gerir as atividades diárias dos indivíduos e dos grupos sociais, tais como, dormir, trabalhar, etc. Ao mesmo tempo, permite, o desenvolvimento de um mapa cognitivo dos tipos de comportamento que podem ser esperados em lugares particulares - conhecendo o que antecipar em vários locais, ajuda a planear e organizar a vida diária: que roupa usar, que comportamento adotar, etc. (Muga, 2005).

Permite, ainda, tal como referido, ordenar os grupos sociais de acordo com o estatuto social ou a dominância dos membros do grupo; de facto a hierarquia social (que diz quem somos) passa, em grande parte, pela hierarquia territorial (que diz onde estamos) (Muga, 2005).

Nesse sentido, tal como referem Knox e Pynch (2000), a territorialidade é frequentemente a base para ambientes sociais distintos que “moldam as atitudes e formam o comportamento dos seus habitantes” (citado em Carmona, et al., 2010, p121). Já a identidade individual é associada à personalização - a partir da colocação de marcas distintivas, muitas vezes presentes no limite entre o público e o privado, onde os pequenos detalhes contribuem para simbolizar e delimitar o espaço (Carmona, et al., 2010).

Por último, o desenvolvimento do sentido de identidade grupal pode emergir simplesmente porque os indivíduos partilham o mesmo local, uma vez que estão expostos a conhecimentos e experiências comuns (Muga, 2005). Contudo, a criação e manutenção de identidade pessoal depende, também, da territorialidade: “ter uma identidade significa ter tomado posse de um Mundo, tê-lo compreendido com um ato de identificação” (Norberg-Schulz, 1972, citado em Muga, 2005).

A sua importância funcional justifica por si só a importância de um “desenho para a territorialidade”, que estimule a apropriação do espaço por parte dos indivíduos.

Afinal, “quanto mais influência pudermos exercer sobre as coisas à nossa volta, mais nos sentiremos emocionalmente envolvidos com elas, mais atenção lhes daremos e mais inclinados estaremos a tratá-las com cuidado e amor” (Hertzberger, 1999).

2.2. DA TERRITORIALIDADE À APROPRIAÇÃO

O espaço tem sido humanizado através do tempo, e vai recebendo do homem marcas indeléveis (Fernandes 1992). Esta humanização resultará de um instinto de territorialidade, de uma visão política do território, de que é reflexo a territorialização, e de outros fatores como a personalização e a apropriação.

Tal como visto anteriormente, o espaço será anterior ao território e construído graças a um instinto de territorialidade e a partir de ações de territorialização, pelo que, a apropriação, assim como a personalização, serão um produto da territorialidade e, a apropriação o fator de transformação de um espaço público num lugar público.

De facto a produção do espaço opera-se através da sua apropriação, dando origem a uma variedade de habitats. Posto isto, o espaço assumirá figurações diferentes de acordo com as culturas e as mentalidades (Fernandes, 1992). Desta forma, as relações sociais serão sempre espaciais e existem a partir da construção de certas espacialidades (Ferreira, 2007). No entanto, tal como refere Lefebvre (1991) relativamente à (re)produção do espaço, os fenómenos sócio espaciais são simultaneamente produtos e produtores. Assim, o espaço, no qual se inclui o espaço público, resulta de fenómenos sócio espaciais, que, como tal, variam em função do espaço. Lefebvre sugere, de facto, que o espaço tem também uma dimensão social, quando utilizado e transformado por pessoas, encarando, assim, os espaços vividos como espaços sociais (Sadri e Sadri, 2012).

Segundo Ferreira (2007), ao analisar o espaço urbano devemos considerá-lo como produto, condição e meio do processo de reprodução das relações sociais. Assim, “se por um lado o espaço é condição tanto da reprodução do capital quanto da vida humana, por outro, é produto, e nesse sentido trabalho materializado. Ao produzir as suas condições de vida, a partir das relações capital-trabalho, a sociedade produz o espaço e com ele um modo de vida, de pensar, de sentir” (Ferreira, 2007, p4). Sendo assim, a produção do espaço mostra-se desigual, uma vez que o espaço urbano encontra-se associado à produção social capitalista que se (re)produz desigualmente.

Nesse sentido, Sadri e Sadri (2012), referem que segundo Lefebvre, distingue-se o espaço absoluto do espaço produzido. Se o primeiro corresponde ao espaço natural que existe sem qualquer atividade, o segundo depende da atividade de pessoas em determinado espaço. Posto isto, as pessoas transformam o espaço natural ou absoluto de duas formas distintas, que resultam em dois tipos de espaços – o espaço social e o espaço abstrato. Se o primeiro resulta de processos de produção sociais e coletivos, que envolvem um grande número de pessoas e um longo período de tempo, o segundo não envolve processos coletivos e, além disso, não oferece igualdade de oportunidades, sendo como tal, espaço de dominação (Sadri e Sadri, 2012).

De encontro a esta ideia, segundo Ferreira (2007), em função da relação do homem com o espaço, este poderá ser lugar de produção, circulação, troca, consumo, da vida. Logo, o espaço urbano, a partir da subordinação acelerada da apropriação, e das maneiras de uso ao mercado, é cada vez mais destinado à troca. Percebe-se, então, uma predominância do valor de troca sobre o valor de uso. Na qualidade de valor de uso, deseja-se, prefere-se, utiliza-se e consome-se um objeto; na qualidade de valor de troca, o objeto é desejado apenas pelo valor monetário a ele associado (Ferreira, 2007).

Ferreira (2007) aponta ainda que é justamente a sobreposição do valor de troca ao valor de uso, no que se refere à cidade, vista cada vez mais como mercadoria, que torna cada vez mais evidente que o capitalismo tem sobrevivido às suas crises de sobre acumulação através da produção do espaço. Desta forma, impõem-se uma série de transformações à cidade, que a submetem a uma funcionalização que sirva a reprodução do capital, pelo que, o cidadão encontra-se cada vez mais num espaço de dominação (Ferreira, 2007). Purcell (2003) complementa: o propósito da produção de espaços abstratos é obter um valor de troca, em vez de um valor de uso. A produção de espaços abstratos não têm como preocupação o seu uso, mas sim, a troca (por mais dinheiro).

À apropriação associa-se, então, o valor de uso, enquanto que a dominação se encontra ligada ao valor de troca (Lefebvre, 2010). Pode-se, assim, “pensar a leitura da produção do espaço público em termos da dominação, como relações de verticalidade ou processos “vindos de cima” que alteram o carácter do público na cidade. No caso da produção e apropriação desses espaços pelo uso, as relações podem ser lidas horizontalmente, como uma metáfora de trajetórias no espaço de pessoas, que no seu dia-a-dia, constroem e são construídas, modificam e são modificadas e dão (encontram) sentidos ao (no) espaço público” (Sobarzo, 2006, p103).

Tal como refere Santos (2006), as verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos sectores hegemónicos, criando um quotidiano obediente e disciplinado; as horizontalidades, por outro lado, são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contra finalidade, localmente gerada. São, assim, o teatro de um quotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista, e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta.

Lefebvre (1970), define a apropriação como a finalidade da vida social e contrapõe-na à dominação. No entanto, essa oposição entre dominação e apropriação não deve ser entendida como uma dicotomia de termos excludentes (Sobarzo, 2006). Para Lefebvre (1992), citado pelo mesmo autor, o conceito de dominação só atinge o seu significado pleno quando contrastado com o conceito oposto e inseparável de apropriação. Neste sentido, embora a dominação no processo histórico do capitalismo pareça ganhar ou impor-se à apropriação, esta última não desaparece (Sobarzo, 2006).

É na esfera da vida quotidiana que ambos os conceitos e ambos os espaços (espaço dominado e espaço apropriado) se manifestam e podem ser lidos claramente na sua inter-relação (Lefebvre, 1992, citado

por Sobarzo, 2006). Carlos (1996, citado em Sobarzo, 2006, p104), acrescenta: “o quotidiano não se restringe às atividades de rotina, nem tampouco a atos isolados, isto porque no quotidiano se realizam as coações e se geram as possibilidades”. Nesse sentido, “as coações estão ligadas à dominação, enquanto as possibilidades relacionam-se com a apropriação e a potencial subversão que, por meio do uso, são capazes de se contrapor a essa tentativa de dominação” (Sobarzo, 2006).

Desta forma, o espaço urbano exprime a relação entre dominação e apropriação, constituindo um campo moldado pelas ações do Estado e dos estratos sociais que representa, do ponto de vista da dominação, mas que também permite a apropriação definida pelo uso no processo da reprodução da sociedade, expresso na vida quotidiana (Sobarzo, 2006). Nesse sentido, Lefebvre (1991) afirma que a dominação e a apropriação devem ocorrer em paralelo, mas a dinâmica de acumulação capitalista fez com que a primeira sobrepujasse quase completamente a segunda, sufocando as possibilidades de uma efetiva “reapropriação” dos espaços, dominados pelo aparato estatal-empresarial e/ou completamente transformados em mercadoria.

Lefebvre inclui ainda a apropriação enquanto um direito à cidade, a par da participação (Sadri e Sadri, 2012); ou seja, se por um lado, as pessoas deverão ter direito a participar na produção do espaço urbano, por outro, devem também ter direito à apropriação como um completo uso do espaço no quotidiano, um direito de habitar e permanecer na cidade.

Ao contrário do direito à propriedade, pessoal e exclusivo, o direito à apropriação, segundo Lefebvre, é um direito coletivo e inclusivo que permite a apropriação e a mudança dos espaços de acordo com as necessidades dos seus habitantes (Sadri e Sadri, 2012). Em suma, o direito à apropriação compreende uma maximização do valor de uso relativamente ao valor de troca (Purcell, 2003) que deverá estar na base dos processos de construção de cidade e de revalorização do espaço público.

2.3. O ESPAÇO PÚBLICO E A APROPRIAÇÃO

A natureza de territorialidade do Homem torna desde sempre evidente a sua necessidade de relação com o espaço que ocupa, sendo tal como já referido, o espaço produto e meio dessa relação. Naturalmente, anexas a este princípio básico surgirão outras questões contextuais que poderão ser das mais diversas ordens - económica, social, política, etc.- paralelamente a um outro contexto - o tempo - e que estarão na origem de novas formas e fenómenos, materializados, também, no espaço público.

A literatura mostra-se consensual no que toca à importância do espaço público. Marques (2008) refere-se ao espaço público como um fator determinante para apreensão das dinâmicas da cidade: lugar de respiro para uma vida cada vez mais dinâmica, onde criatividade e facilidade de fluidez das relações são fortemente evidenciadas, de facto, o espaço público, desempenha um papel importante na formação sociocultural. Segundo Serpa (2007, citado em Marques, 2008) o espaço público urbano

reforça cada vez mais o carácter de espaço de ação política ou da possibilidade dessa ação, reafirmando-se como lugar de simbolismo, do multiplicar de culturas, da relação entre os sujeitos e das suas diversas perceções na produção do espaço quotidiano.

Wolleyet al. (citado em Carmona, 2010) reconhecem também no espaço público a capacidade de oferecer um conjunto de benefícios económicos, sociais e ambientais. Gaffikinet al. (2010) apontam ainda para o potencial de proporcionar encontros casuais entre pessoas de diferentes tradições, e, desta forma, a possibilidade de troca e de aprendizagem que contribui para a quebra de barreiras.

Contudo, se por um lado a literatura é consensual no que toca ao reconhecimento da importância destes espaços, por outro, diverge no que se refere às dinâmicas geradas. Alguns autores referem-se à morte da cidade ou à morte do espaço público, enquanto reflexo de fenómenos contemporâneos iniciados pela modernidade. A história da cidade está, de facto, repleta de crises e grandes mudanças, de que serão exemplo a destruição das cinturas de muralhas das cidades medievais, a introdução das primeiras malhas urbanas ortogonais, ou mesmo, o aparecimento e expansão do trânsito automóvel (Graça, 2005). Contudo, isso não será sinónimo de perda mas sim de um conjunto de mutações ou transformações que vêm ocorrendo e dos seus efeitos.

A título exemplificativo, entre outros fatores desencadeadores como o crescimento populacional e o desenvolvimento económico, graças ao desenvolvimento tecnológico moderno, manifestado pelo desenvolvimento da indústria automóvel, e pelo crescimento do número de carros e dos seus utilizadores, as cidades começam a crescer para as periferias, e surge então um novo território urbanizado, a que se poderá chamar urbanização periférica (Graça, 2005). “Perante a dissolução da urbanização periférica, a fragmentação do tecido urbano e a eclosão de pseudo-centralidades monofuncionais, assistimos à dissolução da cidade tradicional e à emergência de uma nova trama urbana” (Graça, 2005, p3).

Segundo Graça (2005), “encontramo-nos perante um novo modelo de desenvolvimento urbano, que nega os valores universalistas que se vinculam com a entidade-cidade, caracterizada pela densidade de relações sociais e pela mistura de pessoas e atividades, e que, fomenta, alternativamente, a criação de uma ideia de cidade de produtos, composta de elementos e tecidos soltos e desestruturados” (Graça, 2005, p4).

De facto, assiste-se a uma nova lógica de intervenção assente no mercado, em que o mercado comanda o desenvolvimento urbano, sendo como tal a produção de cidade essencialmente movida por questões económicas, dando origem ao que Webster e Lai (2003) identificam como cidade de mercado. Clarke e Bradford (1998) apontam, nesse sentido, para um efeito de distorção exercido pelo mercado na vivência de contextos urbanos.

Segundo os mesmos autores, como a sociabilidade da vida da cidade mudou de coletiva para um outro modo baseado no mercado, a atividade coletiva, em grande parte, tende a limitar-se a espaços comerciais que inevitavelmente excluem alguns grupos sociais (Viscontiet al., 2010).

A “cidade de produtos” de Graça (2005) ou a “cidade de mercado” de Webster e Lai (2003) são o reflexo de uma sociedade capitalista e de uma economia de mercado em que o valor de troca sobrepõe-se ao valor de uso de Lefebvre.

Esta “cidade de dominação”- cidade onde a apropriação existe mas a dominação se sobrepõe - reflete entre as questões de ordem económica, já referidas, uma crescente privatização dos espaços, pelo que, será de considerar a privatização enquanto forma de manifestação da dominação.

Este novo enquadramento espacial e funcional colocou, por isso, igualmente em causa a estruturação da rede de espaços associados e, em última instância, a destruição da própria imagem da cidade enquanto espaço público (Graça, 2005).

Mendonça (2007) ilustra a privatização dos espaços a partir do conceito de “enclaves fortificados”- espaços privatizados, fechados e monitorizados, destinados a residência, lazer, trabalho e consumo - tais como, centros comerciais, conjuntos comerciais e empresariais ou condomínios residenciais. Estes espaços, segundo o autor, atraem os que temem a heterogeneidade social dos bairros urbanos mais antigos. Além disso, por serem espaços fechados, em que o acesso é controlado pela esfera privada, ainda que tenham um uso coletivo e semipúblico, transformam profundamente o carácter do espaço público (Mendonça, 2007). Posto isto, criaram-se espaços que contradizem diretamente os ideais de heterogeneidade, acessibilidade e igualdade que ajudaram a organizar tanto o espaço público moderno, quanto as novas democracias (Mendonça, 2007). Neste sentido, o novo meio urbano reforçava e valorizava as desigualdades e separações, sendo por vezes um espaço público não democrático e não moderno (Caldeira, 2000).

Como tal, Shaw e Hudson (2009) referem que muitos discursos focam-se, atualmente, na transformação do espaço público. Alguns deles, tal como o de Sorkin, já em 1992, apontam para a morte do espaço público, enquanto outros relatos contemporâneos, localizam as novas formas de espaços públicos que surgiram, dentro dos espaços privados, como os já referidos centros comerciais (Shaw e Hudson, 2009).

Estes espaços, como espaços de “espaços de lazer corporativos” dão prioridade ao objecto sobre o assunto, ao valor de troca sobre o valor de uso, e ignoram outras qualidades estéticas e sociais, levando cada vez mais à criação de espaços homogéneos Chatterton (2000) – os não-lugares de MarcAugé (2007).

Essa homogeneização crescente será ainda reflexo da globalização. Mierzejewska (2011) refere que as mudanças a ocorrer no espaço público de muitas cidades do mundo resultam de processos modernos, entre eles, a privatização, que leva a diversas formas de apropriação do espaço público, sendo a

apropriação aqui conotada negativamente (associada à ocupação), e a globalização, que transforma um mundo de cidades e lugares num mundo de redes de ligação.

A literatura expressa, geralmente, preocupação acerca das ameaças ao espaço público urbano e lugares com significado para os residentes, assim como, para os visitantes – turistas, empresários - bem como, com o empobrecimento das relações interpessoais, e uma degradação de ordem espacial, assim como sociocultural e económica de toda a cidade (Kopel, 2009, citado em Mierzejewska, 2011).

Graça (2005) considera que o carácter cada vez menos público dos espaços urbanos sugere que estes são cada vez menos encarados como espaços de pertença efetivos: “A praça ou jardim não são mais locais de interação social por excelência, mas sim, locais de encontro pontual; a rua não é mais um local mas apenas uma ligação, reconhecida pelas suas capacidades de trânsito de pessoas e automóveis, e não pelo facto de proporcionar um ambiente urbano favorável à interação social” (Graça 2005, p7).

Paralelamente à mutação da fisionomia da cidade assiste-se a uma mudança na urbanidade de seus habitantes, fruto de novas dinâmicas sociais e económicas, o que poderá ser visto como uma “crise de participação cívica e política”, caracterizada por um progressivo afastamento entre o cidadão e o domínio público (Graça, 2005).

A configuração espacial e social contemporânea da própria cidade altera assim, radicalmente, o papel da esfera pública no conjunto das dinâmicas urbanas, pelo que não só os espaços públicos deixam de ser o elemento formalmente ordenador dos tecidos urbanos da cidade, como perdem o seu papel estruturante das atividades e das interações sociais urbanas, atenuando os seus níveis de uso e apropriação (Remy e Voyé, 1994). Ainda segundo Graça (2005), ao afastar-se da vida pública, por sua vez, o cidadão converte-se em consumidor e a vida pública num mero produto imobiliário.

É neste contexto de fragmentação e crescente privatização que Lefebvre defende o direito à cidade. Com isto pretende afirmar a diferença com integração, isto é, o habitar com as dimensões de individualização, socialização e liberdade (Fernandes, 1992). O direito à cidade surge enquanto direito à apropriação de um espaço, com poder económico e sociopolítico; procura reconstruir a continuidade do espaço e destruir as fragmentações (Fernandes, 1992).

Contudo, apesar das referências à crise ou transformação do espaço público referidas pela literatura serem ainda importantes por considerarem fenómenos como a privatização, fragmentação e a dominação, ainda com expressão na cidade, devendo por isso ser consideradas, o discurso acerca da perda de importância dos espaços públicos deverá ser analisado com um olhar crítico. Se até há alguns anos as transformações referidas levariam a par da importância dada à componente económica, de que são resultado a cidade de mercado e o capitalismo, a uma perda de importância destes espaços, quer do ponto de vista dos projetos levados a cabo pelas cidades, quer pelos habitantes e utilizadores, e a uma crescente transposição destes espaços para não-lugares, muitas vezes espaços de consumo como

centros comerciais, atualmente, o olhar sobre as novas dinâmicas das cidades, de que será exemplo o caso de sucesso do Porto, mostra um regresso do privado ou semiprivado para o público. De facto, apesar da cidade de produtos ser ainda uma cidade em que o mercado coordena, verifica-se uma viragem de contexto, mostrando, mais uma vez, que as transformações vão ocorrendo em função do tempo e das novas dinâmicas geradas. Admite-se, no entanto, reconhecendo-se os diferentes contextos, que o novo fenómeno terá ainda um impacto diferente de cidade para cidade ou mesmo de país para país, sendo mais ou menos sentido.

As preocupações atuais acerca do espaço público são outras, sinal de que atualmente não se atravessa uma crise do espaço público mas talvez, muito pelo contrário, um retorno a estes espaços. Existe um interesse renovado na vida urbana e no espaço público (Mehta, 2013), e a apropriação tem ganho importância, evidenciando-se cada vez mais, de forma notória.

Madanipour (2006) aponta para o facto de as cidades estarem a encontrar um novo significado num mundo globalizado. Encontram-se, segundo o mesmo autor, a crescer em tamanho e significado, nas dimensões política, económica e cultural.

Esse facto poderá ser associado ao processo de globalização: é nas cidades que as decisões são tomadas e comunicadas, onde as principais atividades económicas, políticas e culturais tomam lugar, e onde a maioria das pessoas vive e trabalha. O enraizamento, portanto, faz com que as condições materiais das cidades sejam uma componente essencial no processo de globalização, onde ocorre, e não no espaço virtual ou através fluxos misteriosos de um continente para outro, ao contrário do que vulgarmente se pensa (Madanipour, 2006).

Procura-se, assim, tornar as cidades competitivas de forma a atrair investimento. Como tal, segue-se uma lógica de gestão empresarial, envolvida no desenvolvimento de produtos e marketing, o que nas cidades se traduz no desenvolvimento de infraestruturas necessárias e na sua promoção (Madanipour, 2006).

Num espaço global competitivo, o desenho urbano torna-se um meio de distinção de local para local, de diferenciação apesar da globalização (Madanipour, 2006), tendo ganho assim crescente importância.

Confere às cidades um conjunto de novas preocupações. Para além das estratégias de diferenciação e de competitividade num mundo globalizado, de forma a competir com os centros comerciais dos subúrbios, os centros das cidades têm recriado áreas comerciais para pedestres, fomentando melhorias ambientais e cada vez mais, procurando controlar a circulação automóvel (Madanipour, 2006).

De facto, uma nova economia urbana requer um novo ambiente físico que a suporte, daí o papel do desenho urbano em suportar essa transição (Madanipour, 2006).

Em suma, enquanto os padrões culturais da globalização emergem, os municípios estão sob a pressão de desenvolver um sentido de distinção do local em termos económicos e culturais. Para tal têm de

mostrar como podem competir com outros municípios para atrair investimento e atenção, assim como locais com os quais a população local se identifique: pela promoção de um orgulho cívico, as populações locais são encorajadas a manter ligações emocionais com o seu ambiente em vez de abandoná-lo ou deteriorá-lo (Madanipour, 2006).

Este regresso aos espaços públicos manifestado por diversas formas de apropriação e utilização desses espaços poderá ser explicado à luz das questões apontadas por Madanipour (2006). Ou seja, por um lado, uma crescente valorização da identidade dos lugares, num mundo globalizado: a imagem da cidade ganha importância enquanto fator de diferença e estratégia de competitividade, pelo que é tido pelas autarquias um especial cuidado neste sentido, desencadeando uma nova dinâmica - novas atitudes de governância assentes numa lógica de intervenção local. Por outro lado, aponta-se como outra possível explicação a crise económica que terá levado a um abandono dos espaços de consumo e a um regresso ao espaço público, consequência de um contexto económico débil, que terá levado a um repensar dos valores.

Haverá assim uma articulação entre as duas causas apontadas: se para os reguladores o desenho urbano contribui para uma maior competitividade das cidades, molda o seu futuro, gere as alterações ambientais, e contribui para a boa governância, trazendo em conjunto diferentes atores a participar no processo de desenvolvimento e implementando uma visão para a cidade; para os utilizadores, o desenho urbano melhora o funcionamento do lugar e aumenta o seu significado simbólico (Madanipour, 2006), refletindo-se numa maior utilização e apropriação dos espaços.

Gehl e Matan (2009) apontam também para uma mudança na utilização do espaço público: as cenas da vida urbana atuais, mostram que a maioria das pessoas estão presentes no espaço público não porque têm de estar mas sim porque querem estar, muitas vezes também motivadas pelo contexto de crise económica, que torna os espaços fechados (com um custo associado) menos apelativos, pelo que os espaços públicos continuam a oferecer oportunidades valiosas na sociedade atual.

As atividades primárias no espaço público são diversas, correspondendo, entre outras ao caminhar, ficar de pé, sentar, brincar (Gehl e Svarre, 2013). Sendo, naturalmente, mais significativo identificar a presença de diversas atividades ao mesmo tempo (Gehl e Svarre, 2013), sinónimo de maior vitalidade e dinâmica do espaço público.

As atividades que ocorrem no espaço público podem, assim, dividir-se em duas categorias: necessárias e opcionais. As atividades necessárias incluem atividades como fazer compras, caminhar desde ou a para uma paragem de autocarro, etc. As atividades opcionais, complementarmente, compreendem um conjunto de atividades como caminhar, correr, sentar num degrau de uma escada, cadeira ou banco para descansar, ler o jornal ou simplesmente apreciar o momento/ a vida, enquanto caminha ou permanece sentado.

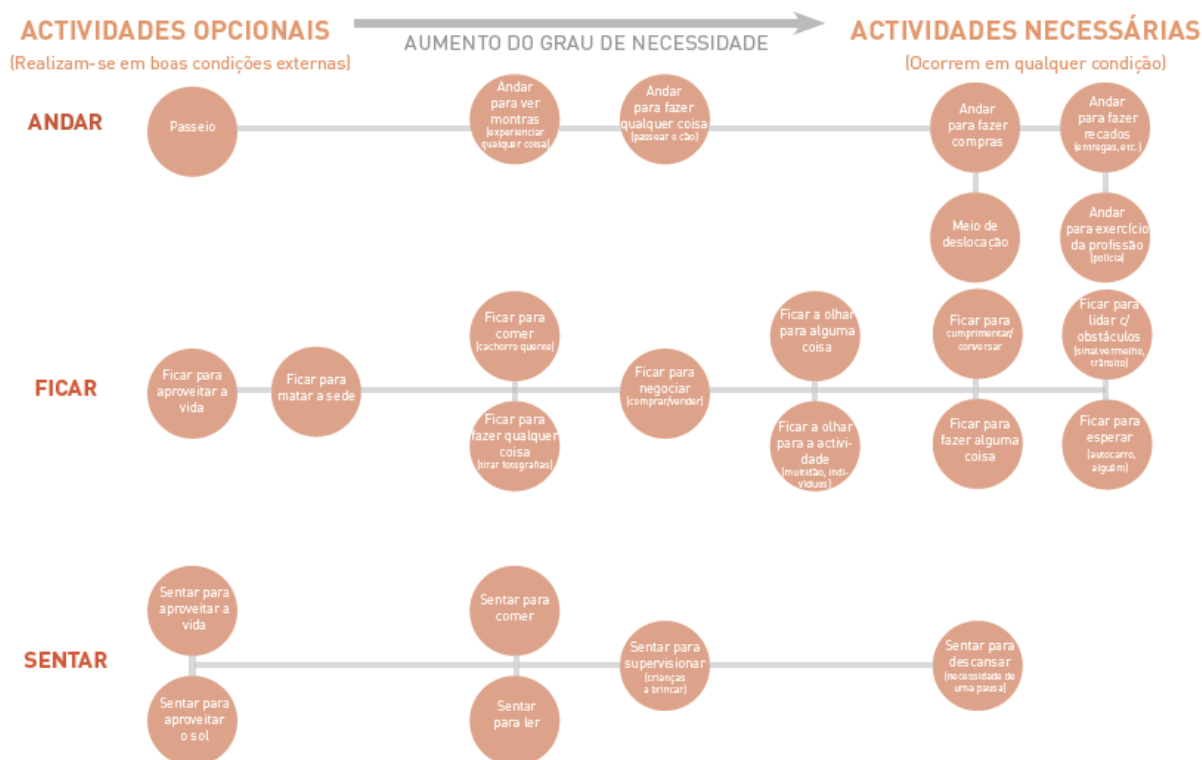


Fig. 1 – Atividades opcionais e necessárias, adaptado de Gehl (2013)

De referir que “o uso do espaço público tem evoluído gradualmente de um conjunto de atividades primárias, motivadas pela necessidade, para um conjunto de atividades de natureza opcional (Gehl e Svarre, 2013, p17), que poderão também induzir para uma ideia de retorno ao espaço público.

Deverá ser tido em consideração que o carácter opcional da maior parte das atividades da vida pública nas cidades, hoje em dia, coloca maiores exigências sobre a qualidade oferecida pelos espaços públicos (Gehl e Litt, s.d.). Esta mudança aumenta a necessidade de lugares de apropriação, bem desenhados, que as pessoas escolhem para passar o tempo, e que proporcionam um lugar para relaxar, socializar e fazer parte da vida urbana (Gehl e Matan, 2009).

Uma vez que os espaços têm sido tradicionalmente planeados com base na seguinte fórmula: primeiros edifícios, então os espaços, e em seguida, (talvez) a vida, no planeamento atual, esta ordem deve ser invertida, e as questões a que o espaço público devem dar resposta deveriam ser: que tipo de vida queremos aqui, que tipo de espaços serão necessários para essa vida e, finalmente, como podem os edifícios ser colocados nesta área e criados para apoiar estes espaços e a vida urbana? Em resumo, a fórmula deve ser: primeiro a vida, depois espaços, e finalmente os edifícios (Gehl e Litt, s.d.).

Independentemente das considerações de cada autor acerca das transformações do espaço público urbano, será consensual que este exprime a relação entre dominação e apropriação: se por um lado é

moldado pelas ações do Estado e dos estratos sociais que representa, do ponto de vista da dominação, por outro, permite também a apropriação definida pelo uso no processo de reprodução da sociedade, expresso na vida quotidiana e capaz de criar novas possibilidades (Sobarzo, 2006).

2.4.A APROPRIAÇÃO ENQUANTO PRÁTICA ESPONTÂNEA

A apropriação define-se enquanto uma ação humana em que os indivíduos exercem o seu direito à cidade e à rua enquanto espaço de encontro (Frank e Stevens, 2007).

De facto, “É no espaço público urbano que encontramos as fissuras, os escapes onde formas efémeras de apropriação ultrapassam os limites convencionais” (Marques, 2008,p1), algo que foge da lógica do planeamento formal da cidade e que exige que sejam avaliadas as manifestações subjetivas de espacialização de desejos, tornando essencial a importância de um outro olhar sobre a produção da cidade (Marques, 2008

Certeau(2000) destaca a capacidade dos utilizadores de superar a condição de meros “consumidores passivos”. Para este autor, as maneiras de fazer quotidianas caracterizam-se pela criatividade, assim, os usuários e as suas maneiras de se apropriar do espaço constituem uma superação da racionalidade planeada e dominante que se tenta impor na cidade. O espaço da apropriação será então o espaço do usuário, o espaço do vivido (Sobarzo, 2006).

Stevens e Dovey (2010), a partir do seu estudo, concluem que ganha-se autenticidade em locais de intervenções globais, por vezes associadas a megaprojetos. O que, tal como referem, não significa que o prescrevam enquanto boa prática, mas sim, que estes projetos, apesar de bem geridos e do elevado financiamento, apresentam grandes limitações. Em suma, “a vida urbana quotidiana continua a desenvolver-se em resposta aos excessos do espetáculo global” (Stevens e Dovey, 2010, p364), pelo que “o espaço estimula, mas não determina os padrões ou mudanças na vida quotidiana” (Stevens e Dovey, 2010, p364).Tentativas de amenizar tais perdas de identidade com património local autêntico, trabalhos artísticos e vida das ruas, muitas vezes resultam na apropriação da autenticidade (local) e na sua reprodução para um mercado global (Stevens e Dovey, 2010).

Chombart de Lauwe (1976) refere que a apropriação envolve uma série de processos psicológicos de criação, relaxamento, ação, sonho e aprendizagem de acordo com os seus desejos e projetos (citado emDomínguez, 2007). Nesse sentido, a dominação materializada pela privatização e homogeneização dos espaços, tornam, por vezes, necessária a criatividade referida por Certeau e de ação de Chombart de Lauwe, de forma a ver satisfeitas algumas necessidades imprevistas pela cidade de dominação.

Como tal, alguns autores apontam a apropriação como forma de reação a esse contexto (Mierzejewska, 2011;Villac, 2012).

Segundo Villac (2012), a ação de transformação do espaço público em espaço de expressão da realidade antropológica, histórica, corporal, de atores negligenciados pela representatividade

institucional, assinala a necessidade de inclusão de novas considerações sociais na legitimação do espaço, e de confrontação com o padrão dominante de comportamento.

Mendonça (2007) distingue, neste sentido, as apropriações formais do espaço público de apropriações informais. As apropriações informais são, então, alternativas formuladas pela população para satisfação de necessidades e desejos (Mendonça, 2007).

A forma do ambiente urbano encontra-se, necessariamente, relacionada às articulações dos interesses e esforços sociais e económicos, envolvendo nesse sentido, as pessoas, os seus desejos e intenções (Mendonça, 2007). Estes por sua vez, independentemente das relações que se estabelecem na ocasião da definição e construção do ambiente urbano, manifestam-se novamente, de maneira semelhante ou não, aquando da apropriação do lugar (Mendonça, 2007). Deste modo, afetas às apropriações encontram-se as possibilidades de uso indicadas diretamente pelo ambiente urbano construído, mas também, as possibilidades intuídas a partir dele, adaptadas às necessidades imediatas ou aos desejos e intenções não satisfeitos na construção do espaço (Mendonça, 2007).

Similarmente Carmona, et al. (2010) organiza a vida pública enquanto formal e informal, sendo a última associada a esplanadas ou vendedores na rua, por exemplo e refere: “de maior interesse no desenho urbano é a vida pública informal, que, ocorrendo além do domínio das instituições formais, implica escolha e voluntarismo” (Carmona, et al., 2010).

Nesse sentido, a apropriação será mais do que uma forma de reação à dominação, um comportamento que manifesta um instinto de territorialidade, que poderá ir de encontro ao programa previsto para a cidade, enquanto apropriação formal e, no caso de formas de apropriação alternativas às previstas, apropriação informal.

Contudo, apesar da importância do estudo destas formas de apropriação informais ou criativas, este assunto é, por vezes, esquecido, sendo dada maior atenção às formas de apropriação formais.

Em primeiro lugar deverá ser esclarecido que estas apropriações intuídas e adaptadas não são de todo sinónimo de marginalidade, ainda que, por vezes, conotadas negativamente na literatura (Shaw, Hudson, 2009). Essas apropriações, estudadas por esses autores, são mais do que isso, formas de ocupação e usurpação, envolvendo a invasão de lugares abandonados e, como tal, vistas como indesejáveis.

Domínguez (2007) distingue a apropriação de outras práticas como a simples posse, uma vez que envolve atividade coletiva. A posse, no entanto, enquanto propriedade própria não implica necessariamente apropriação no sentido referido; enquanto objetos possuídos podem manter-se externos ao sujeito. Não é necessário ser o proprietário de um espaço urbano para o apropriar: “eu aproprio-o mas a cidade também me apropria a mim num processo que funciona em ambas as direções” (Domínguez, 2007, p99).

A apropriação contempla, assim, uma dimensão afetiva que transforma essa relação em identificação e baseia-se nessa identificação, quer haja ou não uma mudança da realidade (Frank e Stevens, 2007). Assim, os processos psicossociais na apropriação do espaço relacionam-se com práticas culturais urbanas, percepções, representações de desejos, estéticas e sensações; implicam o imaginário social e pessoal, e as relações dialéticas entre o indivíduo e o espaço urbano (Frank e Stevens, 2007).

A apropriação decorrente de práticas espontâneas faz parte da luta pelo direito à cidade: envolve ao mesmo tempo experiências cognitivas, afetivas, simbólicas e estéticas, bem como, situações explícitas de poder, relacionadas com o modo de propriedade e exclusão, e práticas sociais emergentes na cidade dual, caracterizada pela fragmentação espacial e pelas desigualdades sociais (Frank e Stevens, 2007).

Posto isto, comunidades vistas como marginais e aqueles considerados menos desejáveis, tais como - sem abrigo, skaters, góticos, punks e crianças - que normalmente não têm o consumismo como principal razão de participação na cidade, consideram a cidade de consumo e dominação menos convidativa (Shaw e Hudson, 2009). Como tal, por vezes, na tentativa de recuperar e conquistar o seu espaço, alguns grupos, transgredindo limites arquitetónicos e um comportamento padronizado, encontram maneiras de produzir espaço de outra forma (Shaw e Hudson, 2009).

As diferentes formas de apropriação, tal como refere ainda Mendonça (2007), mostram criatividade e capacidade de melhor aproveitamento das infraestruturas públicas, além de por vezes angariarem fundos que alimentam o projeto e permitem a construção de ambientes de outra natureza.

A vitalidade da paisagem urbana requer algum grau de imprevisibilidade humana (Shaftoe, 2008). Na verdade, é muitas vezes a oferta de caos, acaso ou coincidência que faz com que muitos queiram celebrar o potencial do espaço público (Shaftoe, 2008). Isto poderá ser ilustrado a partir da imagem de crianças a brincar com areia e poças de água em parques infantis (em vez dos baloiços e escorregas); skaters e bicicletas que fazem uso de bancos e de diferentes níveis em praças; ou estudantes que colonizam um determinado espaço no centro da cidade como um lugar de encontro (Shaftoe, 2008).



Fig. 2,3 e 4— Exemplos da imprevisibilidade humana (Shaftoe, 2008).

Nesse sentido, apesar da regulação, por vezes, procurar definir comportamentos, as pessoas muitas vezes não conseguem cumprir as regras estabelecidas. Um quadro de avisos num parque, proibindo o uso de bicicletas, skates ou bolas, exceto em áreas designadas, torna-se ineficaz e, essas atividades, grande parte das vezes, parecem não perturbar a vida pública (Worpole e Knox, 2008).

Os observadores do espaço público sugerem, cada vez mais, a necessidade de espaços públicos não regulamentados que podem servir como "espaços de folga" (slackspaces) ou "espaços de diversidade" (loosespaces), capazes de fornecer uma função social útil e necessária (Worpole e Knox, 2008).

Santos e Vogel (1985) indo de encontro aos autores anteriores, atribuem às apropriações dos espaços públicos a função de mecanismos de defesa e superação da população aos modelos urbanísticos impostos pelos projetistas. Posto isto, a apropriação terá enorme importância enquanto fator de compreensão dos desejos e necessidades da população e da sua ligação ao meio urbano (Mendonça, 2007).

Nesse sentido, Santos (1985, citado em Mendonça, 2007) aponta para a importância de uma abordagem do espaço público capaz de identificar elementos de permanência e de passagem: além dos fixos nele situados, também os fluxos que o percorrem. Ou seja, as infraestruturas implantadas pelas entidades competentes, estatais ou municipais, serão então fixos que atraem fluxos, pelo que o subsector governamental orienta os fluxos económicos e humanos e determina a sua viabilidade e direção. Ao mesmo tempo, os fluxos também criam fixos na órbita do subsistema de mercado, sobretudo quando os fixos de origem pública são insuficientes para atender à procura (Santos 1985, citado em Mendonça, 2007).

Essa ideia vai de encontro ao referido por Madanipour (2006) acerca do papel das cidades e do contributo do desenho urbano. Feldman e Stall (2004, citado em Haan, 2005) salientam, da mesma forma, que a apropriação enquanto processo interativo, implica, simultaneamente, a transformação do ambiente físico e dos grupos e indivíduos.

Existe, assim, na apropriação do espaço, uma relação bidirecional entre a pessoa e o meio: o termo apropriação implica ganhar alguma coisa, mas também dar alguma coisa de nós ao meio; é uma troca, um processo de transformação mútuo (Modh, 1998, citado em Haan, 2005).

Constitui-se um princípio importante para a compreensão do espaço público na atualidade e em contextos futuros, manter um olhar voltado para a dinâmica contemporânea que permeia o espaço com fluxos nem sempre visíveis (Mendonça 2007).

Na medida em que os espaços se constroem sobre fluxos, as apropriações, formais ou não, tornam-se cada vez mais um reflexo das ações quotidianas, e ainda que algumas vezes não regulamentares, não devem ser tratadas como indício de marginalidade mas sim como ferramenta de reapropriação de estruturas, muitas vezes para o melhor aproveitamento das infraestruturas existentes, sendo portanto,

identificadoras de potencialidades e alimentadoras da renovação dos espaços da cidade de acordo com os desejos e necessidades dos seus utilizadores (Mendonça, 2007; Marques, 2008).

Ostermann e Timpf (2009) definem também a apropriação de um espaço como o processo pelo qual cada ser humano, constantemente, consciente ou inconscientemente, reivindica esse espaço. Segundo esses autores, se por um lado isso acontece no espaço pessoal, onde a intrusão de outros pode ser vista como indevida, por outro lado, simplesmente ao fazer alguma coisa em algum lugar, o espaço é apropriado, o que ilustram a partir de atividades como ler num banco de jardim ou jogar futebol.

Apesar de não ser explicitado pelos autores, os exemplos dados referem-se a atividades opcionais, ou seja, atividades que surgem por vontade do sujeito – voluntárias - e em grande parte das vezes associadas a atividades de lazer, tal como apontam Gehl e Svarre (2013). Podendo assim, tal como distingue Mendonça (2007), ser formais - quando planeadas para determinado espaço – ou - espontâneas - quando desencadeadas pela criatividade e os desejos dos utilizadores.

Distinguem-se, então, atividades opcionais de necessárias - atividades produtivas e reprodutivas, como ir às compras, ou as deslocações casa-trabalho, referidas por Frank e Stevens (2007), relacionadas, como tal, com uma perspetiva de uso ou utilização do espaço.

A apropriação será, assim, uma forma de utilização do espaço público, no entanto, a utilização do espaço público não é sinónimo de apropriação. A apropriação envolve além de uma perspetiva de utilização ou uso, um sentido de pertença, revelador da identificação mencionada por Frank e Stevens (2007), pelo que, além disso, transforma, tal como referido, os espaços em lugares públicos.

Segundo Travasso (2011), a construção de significados sobre o espaço - essa apropriação - resulta em grande medida do uso do espaço. Se por um lado a apropriação ocorre em sítios significativos para quem o exerce, por outro, é também a apropriação que torna esses lugares espaços com significado, o que, mais uma vez, vai de encontro à ideia de interatividade e de bidirecionalidade referida, e mencionada também por Haan (2005).

No que se refere à apropriação, quer a apropriação formal, quer a apropriação informal de Mendonça (2007), manifestam um sentido de territorialidade que se coaduna com o sentido de pertença referido. No entanto, à apropriação informal ou espontânea (para além de reveladora dos desejos e necessidades dos utilizadores), poderá associar-se a um maior grau de apropriação, revelador de uma maior relação de pertença ao espaço apropriado.

A distinção entre apropriação formal e espontânea torna-se assim um elemento de certa forma útil, enquanto forma de distinção de processos planeados ou não, e consequentemente, de avaliação da criatividade e necessidades dos utilizadores ou dos espaços que ocupam.

No entanto, deverá esclarecer-se que, por vezes, torna-se difícil distinguir aquilo que são formas de apropriação formais de informais, ou seja, se de facto houve uma “intenção de” aquando da projeção dos espaços.

A análise dos espaços públicos deverá, no entanto, ultrapassar os limites analíticos do ponto de vista infraestrutural e alargar-se, para além das áreas da apropriação formal ou planeada, à apropriação informal, alternativa, ou espontânea, tão ou mais importante do ponto de vista da relação do homem com o espaço, e sobretudo, essencial para a compreensão das necessidades dos diversos públicos da cidade.

2.5. A APROPRIAÇÃO COMO CARACTERÍSTICA DOS ESPAÇOS DE DIVERSIDADE

Nos espaços públicos urbanos ocorrem, quotidianamente, inúmeras atividades. Algumas delas, tal como já referido, são previstas aquando do processo de planeamento, refletindo-se em formas de apropriação formais, outras não são originalmente destinadas aos locais em que ocorrem, sendo resultado da relação do homem com o espaço e forma complementar de satisfação dos seus desejos e necessidades, dando lugar à apropriação informal, intuída, espontânea ou criativa. Posto isto, as ruas, praças, largos, jardins, etc. dão, paralelamente, lugar a atos de apropriação formal e espontânea.

Para Frank e Stevens (2007) as atividades espontâneas que ocorrem nos espaços públicos urbanos tornam os espaços diversificados no sentido em que as suas características dão liberdade para o desenrolar de determinadas atividades. Como tal, estes autores definem a apropriação enquanto característica que define todos os espaços de diversidade -espaço que tem sido apropriado por cidadãos no exercício de atividades não predefinidas por um programa (Frank e Stevens, 2007).

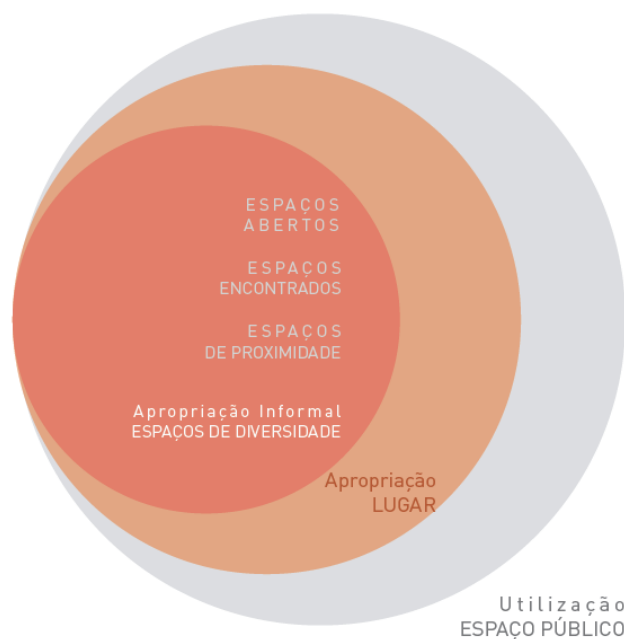


Figura 5- Da utilização à apropriação (esquema do autor)

Desta forma, a apropriação no sentido de Frank e Stevens (2007), trata-se de uma forma de apropriação espontânea ou informal, tal como definida por Mendonça (2007). Contudo, isso não implica que Frank e Stevens (2007) se oponham ao conceito de apropriação formal. Terá sido assim balizada pela natureza do estudo em causa e pela importância dada às atividades espontâneas. Ou seja, o facto de apropriação ser tida enquanto atividade espontânea, que define todos estes espaços, não significa que não contemplem também a apropriação enquanto prática formal noutros contextos.

Naturalmente, a possibilidade de libertação nos lugares varia de acordo com o tipo de espaço ou edifício em causa (Schneekloth e Frank, 1994, citado por Frank e Stevens, 2007). Como tal, em oposição às prisões, em que a componente física e a aplicação de regras exercem um enorme constrangimento sobre a liberdade de ação, os passeios e praças são ambos fisicamente mais abertos, e naturalmente, sujeitos a um menor controlo e regulação, oferecendo maior liberdade de escolha sobre o que fazer, aonde e quando (Frank e Stevens, 2007).

O espaço público urbano, também por oposição ao privado, oferece a possibilidade de descoberta e exploração para o inesperado, não regulamentado, de forma espontânea e por vezes arriscada (Frank e Stevens, 2007).

Tal como referido, muitas das atividades que originam estes espaços de diversidade não são atividades produtivas como as deslocações casa-trabalho, nem reprodutivas como comprar bens necessários. São, em vez disso, atividades de lazer, entretenimento, autoexpressão ou expressão política, reflexão e interação social, excluídas da rotina diária e do mundo de funções e horários fixos (Frank e Stevens, 2007). Estas atividades de apropriação ocorrem complementarmente às utilizações previstas e são invariavelmente temporárias, no entanto, podem ser improvisadas ou planeadas com antecedência, ocorrer apenas uma vez ou regularmente (Frank e Stevens, 2007).

Estes espaços dão assim vida e vitalidade às cidades: as pessoas relaxam, observam, compram e vendem, protestam, choram e celebram; permitem a possibilidade de encontro, de eventos espontâneos, a fruição da diversidade e a descoberta do inesperado (Frank e Stevens, 2007).

A acessibilidade, liberdade de escolha e os elementos físicos com que os seus utilizadores se podem apropriar contribuem para a emergência destes espaços mas não são, contudo, aspetos suficientes (Frank e Stevens, 2007). Para um lugar se tornar diversificado, as pessoas devem reconhecer as possibilidades que lhe são inerentes e fazer uso dessas possibilidades para os seus próprios fins, enfrentando os riscos potenciais de o fazerem (Frank e Stevens, 2007).

Assim, alguns destes espaços contêm um conjunto de características físicas próprias que convidam ou não à apropriação (Frank e Stevens, 2007). Os espaços em que essas características estão presentes, e em que as pessoas as reconhecem, incitam à apropriação, ocorrendo um conjunto de atividades tais como as referidas, que transformam o espaço urbano num espaço dinâmico, conferindo vida e vitalidade às cidades.

2.6. SÍNTESE CONCLUSIVA

A ligação do Homem ao espaço é vista como natural e quase instintiva, manifestando-se num conjunto de ações de territorialidade, territorialização, personalização e apropriação. Se por um lado a territorialização transforma o espaço em território, a apropriação será o fator de transformação de um espaço (público) num lugar público, à qual se associa o valor de uso de Lefebvre e a produção de um espaço social.

Posto isto, e perante um contexto de regresso ao espaço público torna-se essencial perceber de que forma é que o planeamento pode promover a apropriação, fomentando assim a ligação do Homem com o espaço e a construção de um sentido de lugar.

3

A APROPRIAÇÃO E O PLANEAMENTO

3.1. INTRODUÇÃO

Será do interesse de todos que os espaços públicos urbanos estimulem a sua utilização e apropriação, contribuindo para a qualidade de vida dos cidadãos, para o significado dos lugares, para um sentimento de pertença e segurança dos seus utilizadores mas também para a imagem e competitividade das cidades, oferecendo um ambiente aprazível e características singulares que tornam o local distinto e competitivo num mundo globalizado.

No entanto, considerando a apropriação enquanto uma forma de uso do espaço para práticas sociais alternativas, e de acordo com interesses sociais alternativos, tal como define Lefebvre (citado em Parker, Delshammar e Johansson,s.d.), e corroborado pelos autores, a expressão “planear para a apropriação” pode ser de certa forma contraditória, uma vez que o processo de planeamento, enquanto parte da representação coletiva do espaço e forma de dominação, distingue-se das práticas alternativas que poderão mais tarde reformular o espaço. Segundo os mesmos autores o planeamento para a apropriação não se trata de uma forma de delegação ou cedência de poder, mas sim, uma forma consciente de exercício do poder, de acordo com as necessidades e os desejos dos utilizadores (Parker, Delshammar e Johansson s.d.).

Nesse sentido, Nishikawa (1984, citado em Mendonça 2007) aponta para a importância da realização de projetos urbanísticos que atuem sobre a estrutura física e que permitam que os cidadãos exerçam sobre o espaço público as suas respetivas apropriações, de forma mais adequada e segura. Como tal, quem desenvolve o desenho urbano deve focar-se mais no “urbano” do desenho urbano e não tão deslumbrado pelo “desenho”. Todo o desenho urbano deve, assim, ser responsável pela criação de um ambiente que satisfaça, informe e inspire os seus utilizadores (Inam, 2010).

O entendimento dos processos de apropriação do espaço público é então importante para o desenho e gestão sustentável dos ambientes urbanos (Ostermann e Timpf, 2007).

Posto isto, as diversas componentes que incentivam a apropriação deverão ser ponderadas no decorrer do processo de planeamento dos espaços públicos e expressas em projetos sensibilizados para esses aspetos.

3.2. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DE UM BOM DESENHO URBANO

3.2.1. OS ESPAÇOS DE DIVERSIDADE COMO PRINCIPAIS ECOSSISTEMAS DE APROPRIAÇÃO

Será de referir que existem, naturalmente, diferenças no que toca ao processo de planeamento para a apropriação formal e espontânea. No que se refere à apropriação formal, enquanto forma de apropriação planeada para determinado lugar, deverá ser criada uma infraestrutura própria de acordo com as necessidades a satisfazer. Por outro lado, o planeamento que pretenda estimular a apropriação espontânea não deverá determinar demasiado o espaço, de modo a garantir a sua versatilidade e multifuncionalidade, e estimular a criatividade dos seus potenciais utilizadores.

Ao pensar no espaço público deve-se desde logo considerar que a cidade dá lugar a muitos públicos (Gaffikin, Mceldowney e Sterrett, 2010), pelo que, o espaço público deverá também ser pensado de forma a ir ao encontro das necessidades de todos. Tal como referem Tardiveau e Mallo (2014), a indeterminação do espaço oferece “sala” para a apropriação criativa e formas alternativas de viver a cidade.

Aminzadeh e Afshar (2007) referem-se a ambientes que proporcionam uma diversidade de atividades sem a necessidade de reestruturar ou alterar o ambiente físico, e ambientes que mudam facilmente, a fim de proporcionar atividades diferentes. Para isso utilizam-se termos diferentes para estas duas condições: o primeiro é definido como um ambiente “adaptável” e o segundo como um ambiente “flexível” (Aminzadeh e Afshar, 2007).



Fig. 5 e 6 - O Parque da Cidade do Porto como espaço flexível (Maio de 2015)

Um desenho adaptável é aquele que proporciona diferentes padrões permanentes de comportamento em momentos diferentes ou simultaneamente, sem sofrer alterações físicas. Um projeto é flexível quando sua estrutura é facilmente alterada para acomodar diferentes necessidades (Aminzadeh e Afshar 2007, p76). Os espaços flexíveis e adaptáveis têm um maior potencial de absorção de utilizadores. Têm a capacidade de atender às diversas necessidades, adaptar-se às novas condições através do tempo e facilitar interações sociais.

A título de exemplo, se num determinado espaço a intervir na cidade, numa primeira fase de projeto, após observação e conhecimento da área, se identifica como uma das atividades no espaço público a presença de crianças e jovens a jogar futebol, existirão duas abordagens possíveis de resposta do novo projeto a esse desejo. A primeira, relacionada à apropriação formal, será a criação de infraestrutura própria, neste caso, um campo de futebol. A segunda, relativa à apropriação espontânea considerará possivelmente a inclusão de uma praça ou relvado na área a intervir.

Lume (1999) similarmente à ideia de importância da estrutura física refere-se à importância do espaço cinestésico, sendo assim necessário recorrer a um conjunto de critérios diversificados para apreciar as reações dos indivíduos. A importância dada ao espaço cinestésico por Lume (1999) revê-se na referência à importância dada por Banerjee (2007) e Gehl e Litt(s.d) ao conceito de vida pública, já referido.

Nesse sentido é de referir que, atualmente, o desafio lançado aos planeadores não é tanto como tornar os espaços urbanos utilizáveis, mas sim, como tornar esses espaços utilizáveis por diversos tipos de utilizadores, que procuram o espaço para diversos fins, e que lhes atribuem diferentes significados (Mehta, 2007). De encontro ao referido anteriormente, o espaço público deverá, assim, ser pensado como um espaço para os diversos públicos da cidade. Como tal, Narciso (2008) refere que é importante definir a forma à priori para os vários utilizadores do espaço, para que sejam espaços de múltiplas identidades.

Além disso, e contrariamente ao que se poderá pensar, segundo Whyte (2001) a melhor maneira para lidar com o problema da presença de “indesejáveis” é tornar o lugar atrativo para todos. De encontro à necessidade de criação de espaços de múltiplas necessidades e de diversos públicos da cidade, diversos autores referem-se à abertura do espaço enquanto característica desejável. Gehl e Oldenburg (citado em Haan, 2005) assinalam uma clara ligação entre o carácter de um espaço aberto e as suas potencialidades como um lugar onde as pessoas se podem encontrar, conhecer, e desenvolver padrões regulares de interação. Para tal, em primeiro lugar, o espaço público deverá ter um guião de certa forma indefinido e ligeiramente organizado, e em segundo lugar, os utilizadores devem ter algum sentimento coletivo anterior, de forma a apropriar o espaço para um uso coletivo (Haan, 2005).

Malone (2002, citado em Haan, 2005) distingue os espaços públicos como “abertos” ou espaços ligeiramente classificados, e espaços “fechados” ou fortemente classificados. Os espaços fechados são

resultado da apropriação de um grupo, impõem valores dominantes e um acesso exclusivo. Por outro lado, os espaços abertos apelam à diversidade e o desenrolar de uma variedade de atividades e experiências sociais (Haan, 2005). Pelo que, a criação de locais atraentes para o público reduz a especialização do espaço para comportamentos antissociais (Aminzadeh e Afshar, 2007) e o espaço público aberto é, assim, capaz de acomodar diferentes atores e usos porque o seu guião social é caracterizado pela abertura (Haan, 2005). Nesse sentido, Kaspar e Buhler (2009), no seu estudo, referem a abertura do espaço público como uma questão importante na produção desses espaços.

Tal como questiona Alves (2003, 239): “como pode o autor de um projeto prever todos os usos futuros, desde o seu princípio, e propor a construção de todos os componentes físicos necessários a esses usos, ao formalizar o projeto?”. Assim, destaca a importância do projeto, pela sua flexibilidade, “adaptar-se às mudanças das ideias sociais sobre as formas de recreação” (Alves, 2003, p239).

Projetar para a abertura e versatilidade gera “espaços de possibilidade” para muitos grupos de utilizadores, o que permite diferentes interpretações pelos indivíduos. A gama de atividades nos “espaços de possibilidade” é mais ampla do que em locais com conceitos de design estritamente funcionalizados (Grimm, 2004).

Nesse sentido, o desenho urbano “pobre” parece ter um certo valor em paisagens sobre determinadas porque produz uma certa “abertura” e, num contexto de rigidez, dá margem para o desenrolar de novas formas de vida urbana (Stevens e Dovey, 2010): os vazios numa paisagem cheia de significados e comportamentos predeterminados contribuem para a possibilidade de existência de diversidade urbana (Stevens e Dovey, 2010).

O “Wahlenpark”, em Zurich, é um exemplo de um lugar para todos - multifuncional e inclusivo (Kaspar e Buhler, 2009). Como resultado dessa hibridez, os planeadores criaram um espaço funcional aberto, de que são exemplo os espaços para atividade física sem definir que tipo de atividade (Kaspar e Buhler, 2009).



Fig. 7- Wahlenpark, Zurich

(https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/38/Wahlenpark_Blick-von-oben-auf-SpielwiesemitWasserbecken.JPG)

De facto, segundo Grimm (2004), para atender aos requisitos em constante mudança dos visitantes de um parque, é necessário o seguinte conceito espacial: oferecer espaços abertos, versáteis e funcionalizados em proporções razoáveis.

A diferenciação dos espaços dentro de um sítio não deve, assim, ser feita através de uma função pré-definida, mas através de diferentes dimensões e tipologias de materiais utilizados. Desta forma, os espaços podem oferecer aos vários grupos de usuários, diferentes possibilidades de uso para os seus interesses específicos (Grimm, 2004). Essas características não devem ser entendidas enquanto um desenho “pobre” mas sim como um desenho ou projeto em que o “menos é mais” e que dá margem a diferentes formas de apropriação.

Com base nesses princípios criam-se lugares multifuncionais e inclusivos, sem determinar um uso específico, sendo muitas vezes a infraestrutura reduzida ao mínimo e instalados elementos sem códigos claros da sua função, encorajando assim a experimentação e criatividade (Kaspar e Buhler, 2009).

Contudo, essa abertura poderá também ter efeitos exclusivos quando o espaço percebido não corresponde às necessidades dos utilizadores ou à imaginação pessoal, e/ou não oferece qualquer ponto de ancoragem, podendo tornar-se ilegível (Kaspar e Buhler, 2009). Estas características, no entanto, suportam o seu potencial de inclusividade: pela oferta de um lugar de autorregulação os projetistas proporcionam a criação de um espaço democrático, essencial para a oferta de oportunidades iguais no que toca ao uso do espaço público (Kaspar e Buhler, 2009).

Eric Kuhne (citado em Gaffikin, Mceldowney e Sterrett 2010, p499) afirma que o “bom espaço cívico”- espaço urbano aberto, deve ter as seguintes qualidades: utilidade, identidade e inclusividade. Um espaço que todos os cidadãos utilizem, com que se identifiquem, e em que se sintam livres para desfrutar com regularidade.

Naturalmente, um espaço de utilidade para todos e no qual os cidadãos sintam liberdade de ação deverá ser um espaço flexível ou versátil, que estimule a sua apropriação e origine espaços de diversidade, de encontro ao conceito de Frank and Stevens (2007).

Os espaços abertos incluem-se assim, juntamente com os espaços encontrados, enquanto espaços de diversidade. Nos primeiros, ao planear opta-se por critérios de adaptabilidade e flexibilidade tal como apontado por Aminzadeh e Afshar (2007), conceitos já abordados, de forma a oferecer a capacidade de acomodar uma variedade de desejos e necessidades dos utilizadores. Os segundos – espaços encontrados - são espaços descobertos por quem os apropria, que não foram desenhados para tal. Um exemplo frequente destes espaços, na literatura, é a escadaria da Biblioteca Pública de Nova Iorque (Carr, et al., 1992; Rivlin, 2007).

A diferença entre estes dois tipos de espaços é que enquanto nos primeiros se deixa de forma consciente margem para a descoberta e criatividade, reflectindo-se em diferentes formas de

apropriação informal, os segundos tornam-se espaços de apropriação pelo reconhecimento de características contextuais que o permitem, apesar de não ponderadas aquando do seu projecto: “a essência destes espaços é que as pessoas encontram possibilidades nos espaços públicos disponíveis e apropriam-nos e adaptam-nos para os seus próprios fins” (Rivlin, 2007, p40). Essas possibilidades reconhecem-se em elementos passíveis de manipulação e mudança e têm o potencial de estimular a criatividade e descoberta (Rivlin, 2007).



Fig.8- Biblioteca Pública de Nova Iorque

(https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/5b/New_York_Public_Library_May_2011.JPG)

Stevens (2010, p73) acrescenta ainda um outro grupo de espaços de diversidade com base na definição de limiar: um ponto onde a fronteira entre o interior e o exterior pode ser aberta; o espaço torna-se amplo e diverso, e uma grande variedade de percepções, movimentos e encontros tornam-se possíveis e, por vezes, associados a elementos arquitectónicos que os delimitam: alpendres, escadarias, portas de entrada, colonatas, etc.

Estes espaços limiares serão aqui tratados de forma ligeiramente diferente à tratada por Stevens (2010). Serão, à semelhança, espaços de limiar do interior com o exterior mas, tratados enquanto espaços de proximidade, no sentido em que, a apropriação que ali se desenrola para o exterior surge por proximidade com o interior.

Carr, et al. (1992) esclarecem que, de facto, os espaços públicos são formados por dois processos diferentes. Alguns desenvolvem-se naturalmente, isto é, sem ser planeado, através da apropriação, pela repetição de um uso de forma particular, ou pela concentração de pessoas devido a uma qualquer atracção. Os lugares públicos planeados têm uma origem diferente, embora as funções que servem possam ser similares aos lugares não planeados.

Distinguem-se assim lugares planeados e lugares que evoluíram naturalmente, mas, na verdade, existe uma continuidade na formação dos lugares, isto é, graus de naturalidade e planeamento no seu desenvolvimento, sendo muitos dos casos uma combinação de ambos (Carr, et al. 1992).

Carr, et al. (1992) apontam, novamente, como um exemplo desses lugares a escadaria da Biblioteca Pública de Nova Iorque - originalmente planeada como parte essencial do edifício, os degraus foram concebidos como acesso ao edifício numa grande entrada. No entanto, ao longo dos anos têm-se tornado um espaço público popular, atraindo diferentes tipos de utilizadores e usos.

Gehl (2011), a esse respeito, aponta para a existência de lugares para sentar primários e secundários. Os lugares primários serão, naturalmente, cadeiras e bancos, enquanto que os lugares secundários poderão ser escadarias, degraus, muretes, caixas, etc., sendo estes últimos necessários, sobretudo, quando há uma maior procura de lugares para sentar. As escadarias e degraus são especialmente populares pelo facto de oferecerem, paralelamente, boa visibilidade (de cima para baixo). Alerta ainda para o facto de um desenho do espaço que contemple um número relativamente limitado de lugares primários para sentar e um grande número de lugares secundários, oferecer a vantagem de mesmo em períodos de menor utilização, parecer funcionar razoavelmente. Por outro lado, muitos bancos e cadeiras vazias facilmente transmitem a impressão de que esse lugar tem sido rejeitado e abandonado.

Madanipour (2006) consideratambémo desenho urbano uma ferramenta útil para um desenvolvimento amigável, desencadeado pelas autoridades, que procura reduzir as tensões entre o valor de troca e de uso, entre desenvolvimento e conservação, entre economia e sociedade. Para este autor, o bom desenho assegura a atratividade, uso, durabilidade e a criação de locais adaptáveis, sendo o elemento chave para alcançar um desenvolvimento sustentável.

O desenho urbano contribui, assim, para o valor de troca, bem como para o seu valor de uso – associado a questões relativas à função e à imagem e que corresponde aos valores práticos e simbólicos de um lugar (Madanipour 2006).

Tal como apontam Jacobs eAppleyard (2007), o desenho urbano pode contribuir para a habitabilidade, identidade e controlo, acesso a oportunidades, imaginação e diversão, autenticidade e significado, comunidade e vida pública, autossuficiência urbana e para a criação de um ambiente para todos.

Como tal, os ambientes urbanos bem desenhados melhoram a qualidade de vida de mais cidadãos, oferecem um maior leque de oportunidades e escolhas, aumentam o conforto e a habitabilidade, e encorajam as trocas culturais e a integração social.

Posto isto, os espaços de múltiplos públicos, espaços abertos e de certa forma indefinidos, que apelam à descoberta e criatividade dos seus utilizadores, são espaços de apropriação informal. A estes espaçosplaneados, ainda que indeterminados, junta-se um outro conjunto, de espaços encontrados, constituindo, tal como referido, a par do grupo anterior, aquilo a que Frank e Stevens (2007) se referem como espaços de diversidade.

São de facto os espaços de diversidade os principais ecossistemas da apropriação informal, capazes de satisfazer um conjunto de necessidades e direitos do espaço público, pelo que o planeamento para a apropriação (informal) deverá indeterminar de certa forma os espaços, adaptando-se assim, aos

diferentes públicos e oferecendo entre outros aspetos, capacidade de mudança (versatilidade, adaptabilidade, multifuncionalidade), liberdade de ação, um certo controlo sobre o espaço e um incentivo à descoberta.

3.2.2. DOS ESPAÇOS AO SENTIDO DE LUGAR

Tal como aponta Travasso (2011, p3), “o espaço não significa em si mesmo”; “é antes visto como um suporte capaz de receber e promover a construção de novos significados resultantes da apropriação que os habitantes fazem do espaço”. Nesse sentido, Friedman (2006) esclarece que um arquiteto não cria uma cidade, apenas uma acumulação de objetos. É o habitante quem inventa a cidade: uma cidade inabitada, ainda que nova, é apenas uma ruína.

Embora a criação de um novo espaço público seja frequentemente uma característica dos sistemas de regeneração, o desenho por si só não pode produzir lugares que se tornam agradáveis e bem utilizados (Worpole e Knox, 2008). As comunidades sustentáveis precisam de espaços quotidianos bem desenhados e lugares que são bem geridos, bem servidos, seguros e dinamizados por diferentes formas de troca económica, cultural e social (Worpole e Knox, 2008).

Como tal, as técnicas de desenho urbano devem ser mais do que uma série de manipulações espaciais abstratas, e devem incluir referências significativas para o comportamento humano relativas às necessidades reais e às suas vidas quotidianas (Peterson, 1974)

Worpole e Knox (2008) referem, também, que contrariamente à ideia de que o espaço público pode ser definido exclusivamente em termos espaciais, como um determinado conjunto de configurações de desenho urbano e de construção, o espaço público é “coproduzido”, ou seja, ele só passa a existir quando é ativado pela presença de pessoas, de acordo com padrões e horários dinâmicos e mutáveis.

Em resultado da apropriação, enquanto relação do homem com o espaço, há assim uma atribuição de significado que opera através de um duplo processo de apropriação do espaço, envolvendo comportamentos e emoções que levam ao estabelecimento de um sentido de pertença infundido com o significado simbólico (Low 1992, citado em Visconti, et al., 2010).

Nesse sentido, Visconti, et al. (2010), referem que o conceito de espaço refere-se a algo anónimo, enquanto o conceito de lugar refere-se à experiência significativa de um determinado espaço. Posto isto, os lugares serão os centros significativos das experiências imediatas do mundo (Relph 1976, citado por Visconti, et al., 2010).

Para Relph, (1976, citado em Carmona, et al., 2010) os lugares são na sua essência centros de significado, construídos a partir da experiência vivida. Ao atribuírem-lhes significado, as pessoas – enquanto indivíduos ou grupo – transformam os espaços em lugares (Carmona, et al., 2010).

A Project for Public Spaces (2008, p7) de encontro ao referido pelos autores anteriores, sintetiza esta questão: “um espaço é uma descrição física de um pedaço de terra, ao passo que um lugar tem a conotação de uma ligação emocional com o pedaço de terra”.

Desta forma, tal como apontam Visconti, et al. (2010), o conceito de “espaço” deverá ser utilizado sempre que associado à ideia dos não-lugares de Augé (2007), enquanto o conceito de “lugar urbano” refere-se a espaços apropriados onde interações sociais, um sentido de pertença, memórias coletivas e identidades partilhadas ocorrem (Goodsell, 2003, citado em Visconti, et al., 2010).

“Os lugares públicos são o palco para a vida pública” (Project for Public Spaces, 2005, p13), desempenhando, como tal, um papel importante. Além disso, e tal como a Project for Public Spaces (2005) acrescenta, os lugares (públicos) conferem identidade às cidades – sem bons lugares públicos, não haveria boas cidades - podendo estes ser reconhecidos mundialmente, muitas vezes graças a símbolos ou marcos, ou importantes porque as pessoas o valorizam. Contribuem ainda com benefícios económicos, ambientais e características que permitem o desenrolar de atividades culturais (Project for Public Spaces, 2005).

Uma premissa básica é que os lugares públicos devem ser responsáveis – isto é, desenhados e geridos para servir as necessidades dos seus utilizadores; democráticos - acessível a todos os grupos e permitindo liberdade de ação; e significativos - permitindo que as pessoas estabeleçam fortes ligações entre o lugar, as suas vidas pessoais, e o mundo (Carret al., 1992).

Marcus e Francis (1998) acrescentam que quando possível o lugar (das pessoas) deve:

- localizar-se onde é facilmente acessível e pode ser visto pelos potenciais utilizadores;
- transmitir com clareza a mensagem de que o lugar está disponível para ser utilizado e destina-se a ser usado;
- ser bonito e atrativo, tanto no interior como no exterior;
- ser equipado para suportar as atividades mais desejáveis;
- proporcionar um sentimento de segurança e proteção a possíveis utilizadores;
- se for caso disso, proporcionar o alívio do stress urbano e melhorar a saúde e o bem-estar emocional de seus utilizadores;
- ser orientada para as necessidades do grupo de usuários mais prováveis de usar o espaço;
- encorajar a utilização por diferentes subgrupos, da população de utilizadores prováveis, sem qualquer outra atividade de outro grupo perturbar a sua fruição;
- oferecer um ambiente físico confortável no que se refere ao sol, vento e sombra;
- ser acessível a crianças e deficientes;
- incorporar componentes que os utilizadores possam manipular ou mudar;
- permitir aos utilizadores a opção, como indivíduos ou como membros de um grupo, de se tornarem ligados ao lugar e cuidar dele, através do envolvimento na sua conceção, construção ou manutenção;

usando-o para eventos especiais; ou, reivindicando temporariamente espaços pessoais dentro da sua configuração;

- ser facilmente e economicamente mantido dentro dos limites do que é normalmente esperado num tipo de espaço particular;
- ser desenhado com igual atenção prestada ao lugar como expressão de arte visual e como ambiente social. Demasiada atenção focada sobre uma abordagem em detrimento da outra pode resultar em um lugar desequilibrado ou pouco saudável.

Os conceitos de lugar, frequentemente, enfatizam a importância de um sentido de pertença e de ligação emocional (Carmona, et al., 2010). É muitas vezes discutido que as pessoas precisam de um sentido de pertença a um território específico ou a um grupo (Crang, 1998, citado por Carmona, et al. 2010). A literatura dá, de facto, consensualmente importância ao conceito de identidade do lugar.



Fig. 9 e 10- Identidade do lugar- Praça do Comércio e Ribeira das Naus (Lisboa)

(<http://imagens7.publico.pt/imagens.aspx/861557?tp=UH&db=IMAGENS>)

Lynch (1960) define a identidade do lugar como aquela que fornece “individualidade ou distinção de outros lugares...a base para este reconhecimento é uma entidade dissociável” (citado por Carmona, et al. 2010, p121). Como tal o lugar tem, tal como refere Relph (1976) “uma morada única” (citado por Carmona, et al. 2010, p121).

Carmona, et al. (2010) identifica quais os elementos que constituem a identidade do lugar: ambiente físico, atividades e significado. Contudo, a identidade do lugar não reside simplesmente nestes elementos, depende da interação humana com esses elementos. O seguinte diagrama ilustra e sintetiza, segundo Carmona, et al. (2010), a forma como o desenho pode contribuir para e reforçar o potencial sentido de lugar.



Fig.11—Fatores que contribuem para um sentido de lugar (adaptado de Carmona, et al., 2010).

Também Cullen (1961, citado em Gehl, 2011), aponta para o facto de as características visuais contribuírem para um sentimento de sentido de lugar e consequentemente inspirarem à permanência. Segundo Gehl (2011), este sentimento de qualidade espacial caracteriza muitas cidades antigas como Veneza: “em Veneza, por exemplo, e em muitas praças famosas de cidades italianas, a vida no espaço, o clima, e a qualidade arquitetónica, suportam e complementam-se, criando uma impressão totalmente inesquecível” (Gehl, 2011, p181). Além disso, quando estes fatores se reúnem no espaço resultam num sentimento de bem estar físico e psicológico: o sentimento de que um espaço é inteiramente agradável para se estar, o tal sentido de lugar.

Incentivar as pessoas a ampliar seus conhecimentos e familiaridade com sua localidade através da criação de atividades criativas em espaços públicos e desenvolver percursos urbanos para pedestres, também contribuem para um sentido mais amplo de apego e de descoberta (Worpole e Knox, 2008).

Distinguem-se assim os espaços públicos dos lugares públicos. O conceito de espaço será aqui utilizado como termo referente à componente espacial física, aplicado por defeito a todas as áreas a tratar, enquanto que o conceito de lugar será exclusivamente associado a espaços públicos dinâmicos, em que se verifique a ocorrência de formas de apropriação.

De referir ainda a importância da definição de fatores e critérios qualificativos dos espaços e lugares públicos presentes em diversas metodologias de avaliação (Carr, et al., 1992; Marcus e Francis, 1998; Alves, 2003; PPS, 2007; PPS, 2008; Mehta, 2013).

De facto, será de grande utilidade a aplicação de critérios, como método de avaliação de espaços existentes, mas também, como um conjunto de elementos a ponderar durante a fase de projeto, permitindo definir processos de intervenção, identificar elementos a valorizar, pontos fortes e pontos

fracos da proposta. É assim essencial compreender integralmente os fatores envolvidos na qualificação ou desqualificação dos espaços públicos, e afastar por completo a tendência de avaliação exclusiva da estrutura física (Silva, Serdoura e Costa, s.d.).

Tal como referido, sendo a apropriação uma relação bidirecional entre a pessoa e o meio (Modh, 1998, citado em Haan, 2005), a preocupação com a potencialização de um sentido de lugar irá potenciar também a apropriação.

3.2.3. FATORES INIBIDORES DA APROPRIAÇÃO

Se por um lado, se conhecem fatores que fomentam a apropriação, por outro, podem-se identificar fatores inibidores.

O facto de não ser considerada a opinião pública em grande parte das situações, manifestada muitas vezes em gestos e práticas habituais, pode levar à criação de espaços públicos sem identidade, espaços de ninguém (Narciso, 2008). Será facilmente perceptível que a retirada de poder a um determinado grupo, muitas vezes expressa em práticas de vários anos num lugar, leve ao seu desagrado e à perda de identidade perante aquele espaço. Posto isto, essa será uma má prática de quem intervém no espaço.

Essa perda de identidade de um espaço pode também acontecer aquando de intervenções sobre o ambiente físico, como por exemplo, fachadas de casas. Se por um lado, estas são um sinal de um certo tipo de urbanidade, por outro lado refletem também a história do espaço (Friedrich e Muri, 2005). “Se um lugar perde esses sinais e elementos reconhecidos para a criação de relações e interações, que lhes conferem significado, também perde os fatores de interpretação individual da envolvente” (Friedrich e Muri, 2005, p6).

Outro fator inibidor da apropriação será a “difusão do medo” associada à violência urbana, e sobretudo presente nas grandes cidades, tal como aponta Mendonça (2007, p303). Desta forma, e em determinados contextos em que este aspeto se torna evidente, verifica-se, por vezes, a proliferação de iniciativas privadas em ambientes fechados e controlados, com repercussões nas relações sociais, associadas aos espaços públicos (Mendonça 2007).

Essa realidade será facilmente identificada em contextos como o da América Latina, por exemplo, em países como o Brasil. Associa-se a difusão do medo a uma grande escala de propagação com fortes implicações na vida pública e crescente privatização dos espaços. Nesse sentido, apesar de aqui referido como fator inibidor da apropriação, não será tratado de forma detalhada, uma vez que o contexto português, em especial da cidade do Porto, na maioria dos seus espaços não se coaduna com os termos referidos.

Contudo, não deverá ser esquecida a insegurança enquanto forma impeditiva de utilização e apropriação do espaço.

A gestão será outra questão importante a considerar, pois “sempre que a gestão e manutenção ativa são esquecidas, os espaços tornam-se rapidamente obsoletos” (Alves, 2003, p238). Carmona (2010), a partir do debate acerca do espaço público, sintetiza estas questões enquanto críticas à sobre gestão ou à sub gestão dos espaços. Enquanto alguns autores (Sorkin, 1992; Boyer, 1994; Zukin, 1995; Loukaitou-Sideris e Bnerjee, 1998) apontam para uma sobre gestão dos espaços públicos que se manifesta por uma mercantilização e homogeneização do espaço, outros, referem-se à sub gestão, associada a uma deterioração do espaço público (Carmona, 2010).

Carmona, et al. (2010) referem, nesse sentido, que a gestão do espaço público envolve necessariamente um equilíbrio de interesses individuais e coletivos, bem como entre formas de controlo e liberdade.

Se por um lado, as questões da sobre gestão ameaçam o carácter público dos espaços, por outro, as questões da ordem da sub gestão revelam um desinvestimento do espaço público e uma imagem de deterioração que poderá originar um sentimento de insegurança e perda de identidade, funcionando como entrave à apropriação.

Segundo Alves (2003) a variedade de atividades no espaço público é cada vez maior, e quer programadas ou não, incluem novas formas de entretenimento e de vendas, festejos e celebrações, etc.. Nesse sentido, e encarada a gestão do espaço como o “processo de controlo do uso do espaço resultante, e de manutenção e aferição da sua forma à mudança das atividades a satisfazer, cabe-lhe um papel de cariz prospetivo (tal como o do desenho urbano), cíclico e também criativo, quer sob formas mais ténues e moderadas - cuidar “quase naturalmente” do espaço, ainda que admitindo alguma dinâmica de pequenas atividades ocasionais - ou sob fortes pulsares envolventes, dos quais uma dinâmica constante acaba por emergir” (Alves 2003, 241).

Em suma, o sistema de gestão democrático deverá dar lugar à diversidade de expressões culturais, à apropriação temporária e à mudança, de forma a permitir uma identificação dos seus utilizadores (Alves, 2003).

3.3. INICIATIVAS DE TRANSFORMAÇÃO DOS ESPAÇOS EM LUGARES PÚBLICOS

3.3.1. AS RUAS: DE LIGAÇÕES A LUGARES

Naturalmente o desenho de vias tem-se ajustado às necessidades dos indivíduos, pelo que se as ruas eram pensadas, necessariamente, segundo uma lógica de circulação pedonal, a introdução do automóvel na cidade veio comprometer o seu ambiente caminhável (Southworth, s.d.).

A evolução tecnológica e o desenvolvimento da indústria permitiu a proliferação do automóvel no meio urbano. Nesse contexto, perante o acelerar da vida contemporânea, verificado por um aumento da taxa de motorização, houve necessidade de adaptação das estruturas urbanas. Em resultado das novas necessidades e da sua contemporânea corrente funcionalista, a partir de meados do século XX são traçadas grandes vias, que oferecem protagonismo ao automóvel e, consequentemente, uma perda de qualidade do ambiente pedonal e ciclável.

Além disso, tal como aponta Engwich (1999, citado em Carmona, et al. 2010), quanto mais espaço uma cidade dedica ao movimento, mais o espaço de troca se torna diluído e disperso. Quanto mais diluídas e dispersa as oportunidades de troca, mais a cidade começa a perder a única coisa que a torna uma cidade: a concentração de oportunidades de troca. De facto, enquanto o movimento automóvel é uma mera forma de circulação, a circulação de pedestres, além disso, permite trocas económicas, sociais e culturais (Carmona, et al., 2010).

Complementarmente, Freund (1973, citado por Urry, 2004) refere que o movimento entre espaços privados resulta na morte dos espaços públicos pelo carro. De facto, enquanto uma viagem automóvel muitas vezes ocorre de garagem a garagem, uma viagem a pé raramente ocorre de lugar para lugar sem uma paragem para cumprimentar alguém, comprar o jornal, ver uma montra, ou, simplesmente, olhar em volta. É nesse sentido que Jacobs (2000) refere que andar a pé é o mecanismo que transforma as vias em ruas, onde a interacção social e as trocas económicas florescem. A circulação pedonal é assim circulação e troca. Tal como aponta Gehl (2000, citado por Carmona, et al. 2010) há muito mais a andar do que andar.

É essa perda de vivência urbana que se torna evidente com a introdução de grandes vias e a primazia dada ao automóvel. Nesse sentido, tal como refere Graça (2005, p9) “a rua não é mais um local mas apenas uma ligação, reconhecida pelas suas capacidades de trânsito de pessoas e automóveis, e não pelo facto de proporcionar um ambiente urbano favorável à interacção social”.



Fig.12 e 13- A rua e o automóvel: um bom e um mau exemplo(Dezembro de 2014)

Cercada pela sua infraestrutura destinada à mobilidade, a arquitectura urbana tornou-se funcionalmente destinada ao movimento (Sheller e Urry, 2000). O automóvel veio ganhando espaço na cidade, pelo que, poderá dizer-se que as ruas passam de espaços de troca a vias de circulação. Tal como apontam Newman e Kenworthy (2000, citado por Carmona, et al., 2010) um dos problemas sociais causados pela dependência automóvel será a perda de vivência de rua.

Se por um lado a primazia dada à circulação automóvel compromete muitas vezes a qualidade da infra-estrutura de circulação pedonal ou de bicicleta das ruas, e, por isso, dos espaços públicos, por outro, sendo os modos suaves menos apelativos e, sendo muitas vezes a percepção da cidade associada à circulação automóvel – isolada do exterior e porta a porta- haverá uma perda de oportunidades de vivência dos espaços públicos.

Naturalmente a percepção da cidade e dos espaços urbanos, varia de acordo com o modo de deslocação. Nesse sentido, andar a pé é de facto um modo de experienciar um lugar e uma cidade (Wunderlich, 2008). É durante a caminhada que sensorialmente e de forma reflexiva se interage com o ambiente urbano, firmando a nossa relação com lugares urbanos. Caminhar e "sentidos de (ou para) lugar" relacionam-se, tendo efeitos um sobre o outro (Wunderlich, 2008).

Os condutores dos automóveis em muitos dos espaços urbanos deveriam perceber, ao atravessar estes espaços, que estão em território de pedestres e deveriam movimentar-se devagar e com cuidado- como convidados e não como donos (Appleyard, 1980).

Nos últimos anos, a qualidade da infraestrutura de circulação pedonal começou a ganhar importância no planeamento e desenho urbano (Southworth, s.d.) e esse será, de facto, o primeiro passo para tornar os espaços públicos mais atrativos.

Para que as mudanças sejam efetivas, haverá necessidade da implementação de medidas de incentivo à utilização de transportes públicos e de modos suaves, conciliadas com um conjunto de outras medidas de redução da atractividade do automóvel (Beirão e Cabral, 2007).

É de facto urgente mitigar o efeito negativo do automóvel no espaço urbano e devolver grande parte desse espaço às pessoas. Se apenas isso fosse possível, já a vida urbana florescia e consequentemente gerar-se-ia uma maior procura desses espaços, uma ligação mais forte das pessoas com os espaços públicos, revista num sentimento de pertença, e, uma maior presença de formas de apropriação.

3.3.2. O PLANEAMENTO COLABORATIVO E PARTICIPATIVO

Excluir utilizadores no desenho e no processo de planeamento, com base no pressuposto de que todas as pessoas são iguais, geralmente resulta em soluções totalmente uniformes, nas quais se assume que todos têm requisitos idênticos.
Sanoff

A apropriação dos espaços públicos e a maior procura por determinados lugares depende, naturalmente, além do já referido, de preocupações projectuais de integração e/ou envolvimento de

desejos e necessidades de determinados grupos da proximidade (moradores, lojistas, etc.), utilizadores e potenciais utilizadores. Ou seja, de medidas de valorização dos espaços públicos que procurem satisfazer os desejos e necessidades de uma certa amostra, de certa forma estratégica, de indivíduos que por algum motivo se encontram ligados àquele espaço.

A literatura, de encontro a estes princípios, refere-se a processos colaborativos e participativos, assentes numa abordagem que procura agir de baixo para cima, em vez de cima para baixo, que procura romper com a hierarquia tradicional e com processos burocráticos envolvendo novos grupos e parcerias (Healey, 2008).

Assente na teoria de Giddens, Healey (1997) refere que a natureza interactiva, dialéctica e reflexiva do processo de planeamento colaborativo, envolve a criação de uma arena onde todas as vozes se juntam. De facto, o planeamento colaborativo envolve a interação sob a forma de uma parceria ao longo da construção de consensos, do desenvolvimento de um plano e sua implementação (Margerum, 2002). Assim, a tomada de decisão colaborativa requer um processo de decisão compartilhada - geralmente através de um grupo de intervenientes, preparado para partilhar informações e construir consenso. Esses intervenientes podem incluir representantes do governo, grupos interessados, e os principais sectores da comunidade, sendo assim considerada a participação pública e, envolvidos interesses directos e indirectos (Margerum, 2002). Nesse sentido, Booher e Innes (2002) referem que o planeamento colaborativo está a tornar-se mais importante porque pode transformar-se numa rede de potência. Acima de tudo, os planeadores precisam de abraçar, em vez de afastar, o que é novo e experimental.

Torna-se assim essencial alterar alguns dos processos de desenho dos espaços, de forma a que se tornem socialmente mais justos e, perante a diversidade de públicos no espaço urbano, socialmente mais inclusivos (Healey, 2008).

Em suma, o sucesso de um projeto resulta num lugar onde as pessoas são capazes de usar o ambiente para o seu pleno efeito e têm prazer nesse uso, pelo que quem desenha e projecta os espaços deve responder à diversidade de necessidades e modos de ser, dentro da população de utilizadores, de forma a alcançar-se o máximo de inclusividade (Thwaites, Mathers e Simkins, 2013).

Apresentam-se de seguida algumas abordagens que com base nestes princípios procuram atender às questões referidas. Refere-se, em particular, o *placemaking* e o urbanismo tático por entendermos serem duas abordagens com relevância para esta temática. No entanto, refira-se que existe atualmente todo um debate no planeamento urbano à volta de novas formas de localismo, que evidenciam precisamente abordagens de cima para baixo, por oposição às normalmente associadas ao planeamento urbano: de cima para baixo, burocráticas e com um custo elevado associado.

3.3.3. PLACEMAKING

3.3.3.1.O conceito

A literatura acerca dos lugares e na ideia relacionada de *placemaking* está a crescer rapidamente entre as ciências humanas e algumas profissões que incluem a geografia, a antropologia social, a arquitectura paisagista, arquitectura, psicologia do ambiente, planeamento e psicologia (Friedmann, 2010).

Contrariamente ao planeamento dominante que globalmente falando é ainda o mais presente, quem planeia o espaço precisa de envolver directamente os que ali residem e esse envolvimento significa estabelecer uma relação moral que desde o início reconhece o "direito à cidade" e à cidadania local (Lefebvre 1996, citado por Friedmann, 2010).

Ao trabalhar com as comunidades nos seus espaços públicos, rapidamente se torna evidente que ninguém sabe mais sobre um lugar e como ele funciona do que as pessoas que vivem e trabalham lá (PPS, 2008). Contudo, raramente são envolvidos no processo de construção de um lugar. Assente nesse princípio, a PPS desenvolveu um processo distinto – de baixo para cima em vez de cima para baixo - a que chama de “*placemaking*” (PPS, 2008). O “*placemaking*” pretende assim tornar o espaço público num espaço vivo (PPS, 2008).

Hoje em dia discute-se, cada vez mais, a importância dos lugares e a importância do sentido de pertença a esses mesmos lugares. O “*placemaking*” requer uma abordagem distinta, não tão voltada para o desenho do espaço, tal como vulgarmente acontece. Tal como aponta Aravot (2010) é uma alternativa ao criticado modernismo. Um desenho urbano voltado para os lugares e um sentido de lugar que pretende re-estabelecer a qualidade dos lugares na esfera pública.

Em contraste com o processo de desenho e planeamento tradicionais, uma abordagem voltada para os lugares é necessariamente mais ampla do que uma voltada para o desenho (Madden, 2001). Criar um lugar depende mais de uma gestão efectiva do que do seu desenho e requer o envolvimento de um conjunto de disciplinas devido às questões complexas que têm de ser respondidas, como por exemplo: boa manutenção e segurança, assim como o acesso a pé e de transportes públicos. Além disso, aspectos como lugares confortáveis para sentar, caixotes do lixo bem localizados, sinalização, casas de banho, lugares para comprar comida, etc., são qualidades importantes de lugares com sucesso (Madden, 2001).

De facto, o que se pretende obter é um sentido de lugar, tido como uma necessidade humana, essencial para o bem-estar, um sentido de segurança e de orientação e, complementarmente, um remédio contra a alianação e distanciamento, e a que Cullen (1961) chama “a sensação de estar aqui” (citado em Aravot, 2010). O planeamento, o desenho urbano e a arquitectura podem assim contribuir para a criação de um sentido de lugar, ou para a sua ausência.

Se a nova missão é criar um lugar bem utilizado e de sucesso, o papel dos profissionais, incluindo de quem desenha o espaço, é um recurso para as comunidades, pelo que devem trabalhar para implementar a visão da comunidade, e quanto mais cedo a comunidade for envolvida no projecto, melhor – idealmente ainda antes de qualquer fase de planeamento (Madden, 2001). De facto, as pessoas deverão ser incentivadas a envolverem-se durante todo o processo de melhoria de um espaço, para que se tornem proprietários ou administradores de um lugar à medida que este evolui (Madden, 2001). As ideias e os talentos da comunidade são assim cruciais para decidir o que será feito para melhorar um determinado local existente ou desenvolver uma visão para um lugar novo (Madden, 2001).

Por comunidade entende-se que é qualquer um que tem um interesse ou que participa em determinado lugar, como residentes na proximidade, proprietários de negócios ou trabalhadores de locais próximos, escolas e igrejas, ou mesmo clubes e associações (Madden, 2001).

O “placemaking” é assim, uma abordagem multi-facetada para o planeamento, concepção e gestão dos espaços públicos. Para tal é necessário olhar, ouvir e fazer perguntas às pessoas que vivem, trabalham e brincam em um determinado espaço, para descobrir suas necessidades e aspirações (PPS, 2008). Essa informação é então usada para criar uma visão comum para esse lugar e que pode evoluir rapidamente para uma estratégia de implementação, começando numa pequena escala, capaz de fazer melhorias que podem trazer benefícios imediatamente aos espaços públicos e às pessoas que os utilizam (PPS, 2008).

De referir que o “placemaking” não é apenas um método de melhoria de espaços existentes mas também de criação de novos lugares.

3.3.3.2. Princípios orientadores

A Project for Public Spaces (2007;2008) desenvolveu um conjunto de onze princípios que podem ser usados para tornar os espaços públicos em lugares da comunidade. Tal como referido, apesar de “espaço” e “lugar” serem palavras similares, têm significados bastante diferentes: um espaço corresponde à descrição física de um pedaço de terra, enquanto que a um lugar associa-se uma ligação emocional a um pedaço de terra (PPS, 2008).

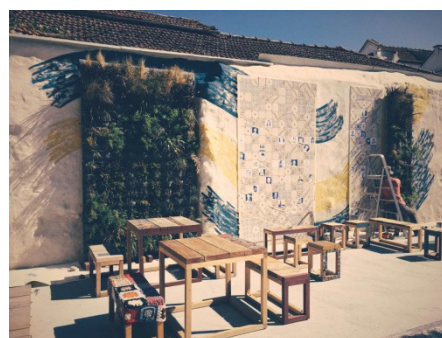


Fig. 14 e 15- Antes e depois de uma iniciativa assente em princípios de *Placemaking*, em Aveiro

(<http://vivacidade.umnovolargo.pt/>)

Os onze princípios apontados pela Project for Public Spaces (2008) são os seguintes:

1. A comunidade é o especialista

As pessoas que utilizam um espaço público regularmente, fornecem a perspectiva mais valiosa e ideias claras acerca das funções da área. Podem também ajudar a identificar as questões que são importantes a considerar na melhoria do espaço.

Descobrir e incorporar as suas ideias e talentos é essencial para a criação de um lugar da comunidade de sucesso e vital.

2. Criar um lugar, não um desenho

O desenho/projeto é uma componente importante da criação um lugar, mas não o único factor. Proporcionar o acesso e a criação de usos activos, oportunidades económicas e programação são, muitas vezes, mais importantes do que o desenho em si.

3. Não podes fazê-lo sozinho

Um bom espaço público exige parceiros que contribuam com ideias inovadoras, suporte financeiro ou político e o planeamento de actividades. Os parceiros podem também alargar o impacto de um espaço cívico coordenando os horários de programação e projectos de melhoria.

4. Vão sempre dizer “isto não pode ser feito”

Cada comunidade tem opositores. Quando uma ideia se estende para além do alcance de uma organização ou um interveniente diz: "isto não pode ser feito", o que, normalmente, significa: "nós nunca fizemos coisas assim antes". Continue. Identifique líderes da comunidade que compartilham a sua visão e que constituam suporte.

5. Podes ver muito apenas observando

As pessoas, muitas vezes, adaptam-se a um lugar para atender às suas necessidades. Observar um espaço permite que se aprenda como o espaço é usado.

6. Desenvolver uma visão

Uma visão para um espaço público dirige o seu carácter, actividades, usos e significado em comunidade. Esta visão deve ser definida pelas pessoas que vivem ou trabalham em ou perto do espaço.

7. A forma suporta a função

Frequentemente as pessoas só pensam como vão utilizar o espaço apenas depois de ele ser construído. Ter em mente os seus usos activos no desenho ou reabilitação do espaço pode reduzir custos (desnecessários).

8. Triangulação

O conceito de triangulação refere-se à localização de elementos próximos, de forma que promovam actividade. Por exemplo, um banco, um caixote do lixo, e quiosque de café colocados perto de uma paragem de autocarro criam sinergia.

9. Começar com as petúnias

Simple acções de curto prazo, tais como plantio de flores podem ser uma forma de testar ideias e mostrar às pessoas que as suas ideias importam. Estas acções proporcionam flexibilidade para expandir o espaço através da experimentação, avaliação e incorporação dos resultados nos próximos passos e em acções de planeamento de longa duração.

10. O dinheiro não é o problema

A falta de dinheiro é muitas vezes usada como uma desculpa para fazer nada. Os fundos para melhoria dos espaços públicos são muitas vezes escassos, sendo por isso importante lembrar o valor do espaço público a potenciais parceiros e procurar soluções criativas.

A localização, nível de actividade, e a visibilidade dos espaços públicos – combinados com uma vontade de trabalhar em estreita colaboração com parceiros locais - pode suscitar recursos daqueles envolvidos para activar e melhorar esses espaços.

11. O trabalho nunca está terminado

Cerca de 80% do sucesso de qualquer espaço público pode ser atribuído à sua gestão. Isto porque o uso dos bons lugares públicos muda diariamente, semanalmente ou sazonalmente, o que torna a gestão crítica.

Dada a certeza de mudança e a natureza fluída da utilização de um lugar em momentos diferentes, o desafio é desenvolver a capacidade de responder de forma eficaz. Uma boa gestão irá proporcionar essa flexibilidade.

3.3.3.3. O que torna um lugar um bom lugar?

Quando um espaço se torna mais do que a soma das suas partes, transforma-se num lugar (PPS, 2008). Ao avaliar milhares de espaços públicos por todo o mundo, a PPS percebeu que os lugares de sucesso têm quatro qualidades chave em comum: são acessíveis; as pessoas envolvem-se em actividades no espaço; são confortáveis e têm boa imagem; e, finalmente, são lugares de socialização – espaços de encontro. Estas questões, são sintetizadas pela PPS no diagrama seguinte, que funciona como ferramenta de avaliação de qualquer lugar:

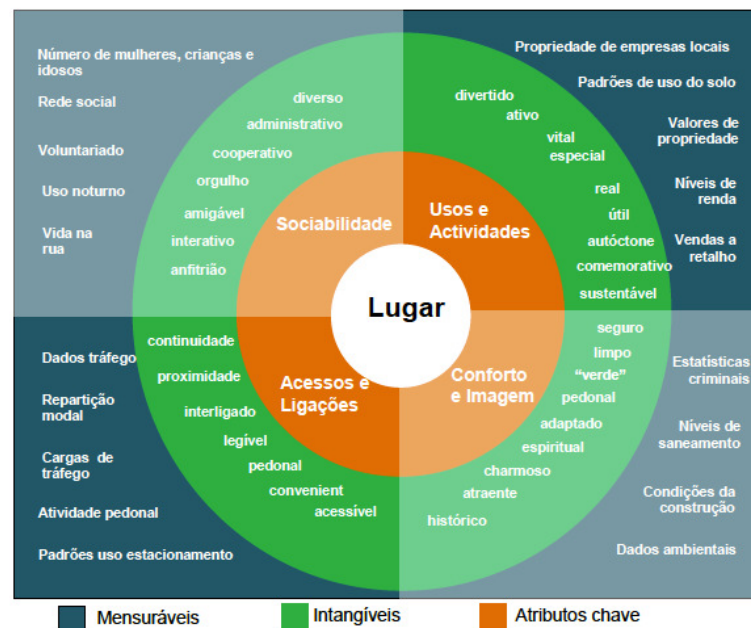


Fig.16- Diagrama do espaço (PPS, 2007; PPS 2008, adaptado por Fernandes, 2012)

Sendo o círculo central um qualquer lugar (público): praça, jardim, parque infantil, etc. pode-se avaliar esse lugar de acordo com quatro critérios (anel laranja). No anel verde encontram-se uma série de aspectos intuitivos ou qualitativos para julgar um lugar, enquanto que a área azul mostra os aspectos quantitativos que podem ser medidos através de estatísticas ou pesquisa.

3.3.3.4. Impactos e benefícios do “placemaking”

Reconhece-se desde logo que o “placemaking” cria vínculos emocionais a lugares, e compartilhar essas ligações ajuda a fortalecer a comunidade (PPS, 2008).

Os resultados alcançados com base no “placemaking” mostram-se bastante positivos, consistindo na construção de pontes entre indivíduos; no desenvolvimento económico e da comunidade, potenciado por estes espaços; no desenvolvimento de uma identidade da comunidade, nutrida pelos lugares; na

construção democrática assente na colaboração de diferentes indivíduos envolvidos no processo (democrático) e o envolvimento de jovens (PPS 2008).

3.3.3.5. Passos a seguir

A PPS (2007;2008) graças aos seu trabalho apresenta de forma sintetizada um conjunto de passos a seguir, para uma intervenção deste tipo, anunciados de seguida.

Em primeiro lugar, após a identificação de um local a intervir, deverão ser identificadas as principais partes interessadas (PPS 2008). De seguida, será necessário recolher informação através, por exemplo, de contagens, mapeamento e outras técnicas que permitam medir a percepção das pessoas de determinado local, tais como entrevistas e inquéritos. Nesta fase a observação é essencial e deverá ser realizada em diferentes períodos de forma atornar perceptível o fluxo de um lugar.

Mais tarde, sugerem a construção de um workshop de avaliação com as partes interessadas, de forma a envolver a comunidade na avaliação de determinado lugar.

Depois será construído um grupo de trabalho (voluntários), de preferência diverso, que deverá rever as ideias de avaliação geradas, solidificar essas ideias numa visão e desenvolver recomendações específicas.

Posteriormente deverá desenvolver-se um plano conceptual que ilustre as ideias que surgiram para o espaço e que, juntamente com a informação anterior, deverá constituir um relatório que sumarie os resultados do workshop, das sessões de grupo e do plano, e que dará origem a uma apresentação do projecto à comunidade, e, possivelmente, a potenciais parceiros.

A implementação é o passo mais importante no processo de “placemaking” – permite transformar a visão em acção (PPS, 2008). Deverão ser implementadas acções de curto prazo de forma a manter o grupo dinâmico e obter alguns resultados rápidos, uma vez que vendo que algumas ideias se tornam realidade potencia-se o entusiasmo (PPS, 2008). Novas actividades para um espaço como limpezas, pinturas, criação de eventos como feiras e mercados, estão entre as melhores melhorias de curto prazo de um espaço público.

O grupo de trabalho deverá identificar problemas ou desafios a este progresso, discutir novas abordagens, definir a programação, como e quando envolver mais parceiros e chamar atenção para o novo espaço público. Por exemplo, ao utilizar assentos e mesas móveis num espaço, pode-se fazer uma pesquisa informal para descobrir como as pessoas gostariam que o mobiliário fosse colocado.

Mais tarde, as acções temporárias terão de ser seguidas de acções a longo prazo, mais complexas. Aí deverá ser desde logo definido um plano de desenho e manutenção, para tal, haverá necessidade de envolvimento do poder local e de especialistas em planeamento, transportes, e outros técnicos como

arquitectos, arquitectos paisagistas e engenheiros, que poderão ajudar à transformação da visão da comunidade numa realidade.

Desejavelmente, a gestão deverá ser assegurada pelo grupo de trabalho construído, complementarmente aos serviços fornecidos pela cidade.

Nesta fase ou ainda antes da construção de um plano a longo prazo deverão avaliar-se os resultados obtidos.

3.3.4. FORMAS EMERGENTES DE PLANEAMENTO -URBANISMO TÁTICO

A falta de recursos não é mais uma desculpa para não agir. A ideia de que a acção só deve ser tomada depois de todas as respostas e de todos os recursos serem encontrados é uma receita para a paralisia. O planeamento de uma cidade é um processo que permite correcções: é extremamente perigoso acreditar que o planeamento só pode ser feito somente depois de cada variável possível ter sido controlada.

Jaime Lerner

As cidades vivem num fluxo e mudança constantes, o que pode explicar a preocupação dos planeadores de controlar a sua transformação (Lydon et. al., 2014). As grandes intervenções, de larga escala além de requererem um grande investimento de tempo, uma significativa mobilização de recursos políticos, sociais e fiscais, dificilmente garantem benefícios económicos e sociais de longo prazo (Lydon et. al., 2014). Por vezes, de forma a tentar assegurar um desenvolvimento mais equitativo, os cidadãos são convidados a participar, no entanto, o processo é normalmente viciado: as pessoas são solicitadas a reagir a propostas que muitas vezes não entendem e a uma escala a que têm pouco conhecimento, em vez de pequenas intervenções, à escala do seu bairro ou da envolvente mais próxima (Lydon et. al, 2014).

Contudo, as melhorias mais significativas na habitabilidade de vilas e cidades, começam frequentemente nas ruas e quarteirões, a uma pequena escala, de proximidade. De facto, “apesar da importância e da pertinência de esforços de larga escala, as melhorias de pequena escala são cada vez mais vistas como uma maneira de preparar investimentos significativos” (Lydon et. al, 2014,p1).

O urbanismo táctico surge assim como uma abordagem que permite a uma série de actores locais testar novos conhecimentos antes de assumir compromissos políticos ou financeiros significativos (Lydon et. al, 2014).

Estas intervenções são vulgarmente referidas como “urbanismo de guerrilha”, “urbanismo pop-up”, “reparação da cidade”, ou “urbanismo DIY” (do-it-yourself urbanism), contudo, se estes termos por vezes se sobrepõem, não são sinónimos (Galvin, 2013). O urbanismo táctico será aqui tratado com

maior destaque relativamente às outras intervenções referidas, uma vez que se pretende neste estudo perceber qual a abordagem que os municípios e o planeamento podem e devem ter, e não, realçar iniciativas da comunidade, ainda que estas se enquadrem também, por vezes, enquanto intervenções de urbanismo tático.

O urbanismo tático é tido, então, como uma abordagem de construção de cidade que apresenta as seguintes cinco características, algumas delas sobrepostas (Lydon et. al, 2014):

- uma abordagem consciente e gradual para instigar a mudança;
- um processo de criação de ideias para os desafios do planeamento à escala local;
- um compromisso de curto prazo e de expectativas realistas;
- uma actividade de baixo risco com possibilidade de gerar recompensas elevadas;
- desenvolvimento de capital social entre cidadãos e a construção de capacidade institucional entre as organizações públicas, privadas, não lucrativas e ONG's e os seus membros.

No fundo, cria-se um laboratório para a experimentação, onde são observados e avaliados os resultados de intervenções temporárias e à pequena escala, que poderão ser mais tarde transformados em acções a longo prazo. Tal como refere Hamdi, (citado por Lydon et. al, 2014,p2), “permitem a realização de planos sem a preponderância do planeamento”.

De facto, quando as experiências realizadas são feitas de forma flexível e económica, podem ser feitas correcções e melhorias antes de se avançar para grandes investimentos. É cauteloso um município ou promotor investir alguns milhares numa praça temporária, antes de gastar milhões em mudanças permanentes (Lydon et. al, 2014). Assim, caso o projecto não funcione como planeado o orçamento não se esgota e a intervenção pode ser melhorada a partir dos resultados obtidos. Se bem conseguidas, as micro mudanças podem então ser utilizadas como primeiro passo na realização de uma acção mais duradoura. Pelo que, o urbanismo tático será mais eficaz quando usado em conjunto com os esforços de planeamento de longo prazo que combinam “a urgência da acção instantânea” com a sabedoria do “investimento de longo prazo” (Lydon et. al, 2014,p2).

As suas utilizações e aplicabilidade podem ser as mais diversas: pode ajudar a recuperar projectos que estavam em suspenso e concretizar algumas das ideias mais realistas ou interessantes, alertar a consciência pública para identificar um pequeno problema mas que seja urgente, e, quando incluído como parte de um processo de planeamento participado, pode construir a confiança entre os diferentes grupos de interesse e líderes da comunidade de forma mais rápida (Lydon et. al, 2014).

O envolvimento do público no teste de implementação física das ideias pode permitir a criação de uma visão importante sobre as expectativas dos futuros utilizadores e sobre os tipos de recursos de concepção que eles anseiam, pelo que o planeamento participado deve então ir além do desenho de mapas e quadros (Lydon et. al, 2014).

Se em alguns casos quem trabalha nas autarquias está a liderar estes projectos, noutros, os municípios têm vindo a seguir o exemplo dos cidadãos, através da implementação de forma mais permanente, de iniciativas de baixo custo e curto prazo, de melhoria do ambiente urbano feitas por cidadãos. Em suma, será desejável que os municípios adoptem estas estratégias de intervenção, e desenvolvam projectos piloto, de baixo custo e temporários enquanto ferramenta para instigar a mudança (Pfeifer, 2013) no entanto, de qualquer das formas, deverão desde logo estar abertos à ocorrência de intervenções deste tipo e acolher sempre que possível (e desejável) iniciativas promovidas por cidadãos.

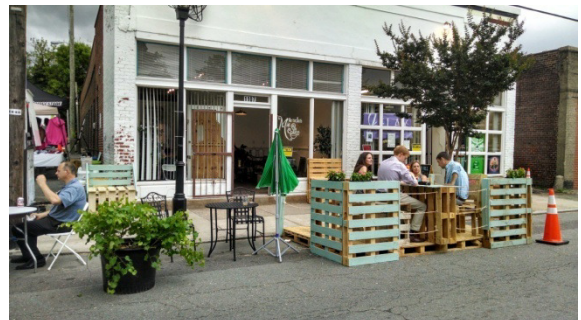


Open Streets (<http://www.nextpittsburgh.com/features/rise-tactical-urbanism/>)

Park(ing) day (<http://my.parkingday.org/>)

Cafés Pop-up (<http://teambetterblock.com/richmond/>)

Fig. 17, 18 e 19- Iniciativas de urbanismo tático



3.4 SÍNTESE CONCLUSIVA

O planeamento para a apropriação será assim, tal como referido, uma forma consciente de exercício de poder que permite a criação de um sentido de lugar e estimula a apropriação, pelo que as medidas apresentadas deverão ser consideradas.

Ao longo do capítulo discutem-se um conjunto conceitos de desenho dos espaços, assim como práticas que procuram valoriza-los e transforma-los em lugares públicos, algumas serão de novo abordadas no capítulo seguinte, enquanto parte integrante da proposta metodológica que se apresenta.

4

CASOS DE ESTUDO

4.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

A partir da revisão bibliográfica realizada identificam-se diversas formas de apropriação. Graças ao contributo de Mendonça (2007) podem distinguir-se, desde logo, formas de apropriação formais e informais. Se as primeiras correspondem a um uso planeado para determinado espaço, as segundas –informais - correspondem a formas de utilização intuídas e espontâneas.

Os conceitos de “utilização” e “apropriação”, por vezes, cruzam-se e confundem-se pelo que a utilização do espaço público será aqui tida como correspondente a um uso necessário, que tal como apontam Gehl e Svarre (2013), ocorrem em qualquer condição. Assim, tal como referido, se à utilização associa-se o conceito de espaço público e uma utilização necessária do espaço, à apropriação formal ou não, associa-se um conjunto de atividades opcionais num espaço a que lhe é atribuído significado – o lugar.

A apropriação aqui estudada restringe-se às formas de apropriação informais. Deverá, contudo, esclarecer-se, desde logo, que, tal não significa uma desvalorização da apropriação formal enquanto forma de expressão e elemento estruturante de vida pública.

No entanto, se a apropriação formal tem vindo a ser tratada e revista em metodologias de avaliação da qualidade do espaço público, por outro lado, a apropriação informal é de certa forma negligenciada.

Como tal, os casos de estudo escolhidos restringem-se a lugares que dão azo a uma apropriação espontânea, manifestada em atividades de cariz opcional e não planeado, revista num conjunto de espaços de diversidade: espaços abertos, espaços encontrados e espaços de proximidade.

4.2. METODOLOGIA

A metodologia aplicada aos casos de estudo incide, primeiramente, na observação não participante dos diversos locais, com registo escrito e fotográfico do observado. Numa primeira fase de pré-seleção dos casos de estudo visitou-se um conjunto de vinte espaços e equipamentos públicos da cidade: praças,

jardins, ruas e parques. Apesar de se reconhecer que alguns destes espaços correspondem a equipamentos (parques), serão aqui referidos enquanto espaços públicos, tendo em conta a natureza do seu acesso e utilização.

De forma a orientar a observação e a objetivar uma análise primária, dos diversos espaços, foi utilizada a metodologia de avaliação do funcionamento dos espaços públicos, estabelecida pela “Project for Public Spaces” (2007; 2008), referida no capítulo anterior (3.3.3.3.).

Assente no princípio de que as observações nunca devem realizar-se apenas uma vez e que devem ser feitas em diferentes períodos (Project for Public Spaces, 2005), inicialmente realizaram-se visitas de manhã e de tarde (com a duração de quinze minutos). No entanto, durante o período da manhã, na maioria dos espaços, não se observam atividades como aquelas que se pretende estudar. Posto isto, a maioria das características descritas refere-se ao uso dos espaços no período da tarde.

Desta forma percebe-se o fluxo do lugar, as alterações da vida urbana de determinado espaço e estabelecem-se quais os locais de estudo finais, lugares de manifestações claras de apropriação informal.

Numa segunda fase, estabelecidos os casos de estudo, aprofunda-se a observação das atividades ali desenvolvidas, sobretudo aquelas aqui estudadas - apropriação informal – e completa-se o levantamento fotográfico, de forma a ilustrar o espaço e a vida pública. De facto, apesar do olho humano observar e registar, a fotografia é um bom auxiliar à comunicação (Gehl e Svarre 2013).

Paralelamente realizam-se entrevistas por questionário de forma a medir as atitudes, perceções, e motivações que não podem ser obtidas pela observação dos comportamentos (Project for Public Spaces, 2005).

Complementarmente, procura-se, também, através de entrevistas à Câmara Municipal do Porto, perceber, por outro lado, qual a abordagem do planeamento e da gestão dos espaços públicos perante este tipo de casos.

A partir dos registos escritos e fotográficos e da análise dos dados obtidos, nos diferentes contextos, e pelas entrevistas, pretende-se perceber o que está por trás dessas formas de apropriação, o que as distingue e a partir das conclusões retiradas e do revisto na literatura propor uma abordagem de intervenção.

Tabela 2- Síntese da metodologia aplicada

FASE I	Observação participante, despercebida pelos observados (Carmo e Ferreira, 2008), orientada pela metodologia da PPS (2007;2008) Registo fotográfico	20 espaços de diferentes tipologias
FASE II	Observação participante, despercebida pelos observados (Carmo e Ferreira, 2008)	7 espaços de diferentes tipologias

FASE III	Registo fotográfico Inquéritos por entrevista estruturada (Carmo e Ferreira, 2008)	
	Entrevistas na Câmara Municipal do Porto	Departamento Municipal de Planeamento Urbano Divisão Municipal de Parques e Jardins

4.3. OBSERVAÇÃO E ANÁLISE PRIMÁRIA DO FUNCIONAMENTO DOS ESPAÇOS

Tal como referido, os espaços públicos estudados apresentam diferentes tipologias. Foi desde logo uma opção metodológica estudar espaços com características e tipologias distintas, uma vez que à partida resultaria num estudo com uma maior variedade de formas de apropriação informal. Os vinte espaços selecionados numa primeira fase, correspondem, então, a espaços de tipologias diferentes, e alguns terão sido escolhidos por conhecimento prévio de atividades que ali se desenrolam. Poderiam, contudo, ter sido selecionados outros espaços públicos da cidade, de qualquer forma, haveria sempre necessidade de restringir a amostra e ficariam em todo o caso, alguns espaços excluídos.

A tabela seguinte sintetiza quais as tipologias e os respetivos espaços que serão, numa primeira fase, aqui tratados, e que se encontram representados no mapa que se segue.

Tabela 3- Espaços estudados e tipologias

PARQUES	JARDINS	PRAÇA/JARDIM	PRAÇAS E RUAS/AVENIDAS
1.Quinta do Covelo	3.Jardim de S. Lázaro	5.Praça do Infante D.	11.Praça da Batalha
2.Parque da Cidade	4.Jardim do Passeio Alegre	Henrique	12.Praça D. João I
		6.Praça do Marques de Pombal	13.Av. dos Aliados
		7.Praça da República	14.Praça das Cardosas
		8.Praça de Lisboa	15.Rua das Flores
		9.Praça Mouzinho de Albuquerque/	16.Praça da Ribeira
		Rotunda da Boavista	17.Praça Carlos Alberto
		10.Praça Velásquez	18.Praça dos Leões
			19.Praça da Cordoaria
			20.Casa da Música



Fig.20- Mapa representativo dos casos de estudo- Fase I.

4.3.1. QUINTA DO COVELO

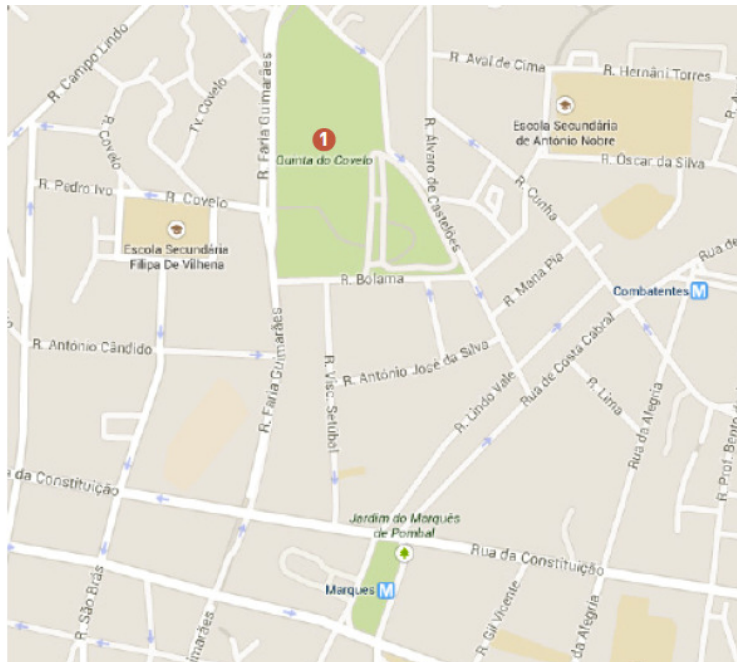


Fig. 21- Localização



Fig.22 e 23- Quinta do Covelo (Abril de 2015)

4.3.1.1. Sociabilidade

Encontram-se pessoas de todas as idades no espaço, tanto homens como mulheres. Grande parte vão acompanhadas, sobretudo as crianças e jovens, quer por familiares, no caso das crianças, quer pelos seus pares, no caso dos jovens. Estes, por sua vez, ocupam a área do parque destinada ao parque infantil e circuito de manutenção, onde brincam, usam os equipamentos existentes, conversam e namoram.

Outros, já adolescentes, dispersam-se pela zona da mata.

Os mais velhos, distribuem-se, em grande parte, pelos bancos da alameda central.

4.3.1.2. Usos e Atividades

A Quinta do Covelo compreende cerca de oito hectares, sendo um espaço verde que dá lugar ao recreio ativo e passivo. Tendo em conta as suas características e morfologia não é de todo um espaço que se caracterize pela passagem mas sim pela estadia, relaxação, convívio, encontro (recreio passivo) e com instalações que estimulam o recreio ativo, sobretudo dos mais novos. A par destas atividades poderemos encontrar outras como passear o cão ou a prática de exercício físico, também considerada enquanto recreio ativo mas que, por sua vez, ocorre, sobretudo, na zona da mata.

O espaço parece ser utilizado no seu todo, dando resposta a diferentes públicos e necessidades que elegem a área que lhes oferece maior conforto. Contudo, a área destinada ao parque infantil parece ser aquela que atrai mais pessoas, provavelmente devido à maior visibilidade, ao aspeto cuidado e aos equipamentos que ali concentra.

A envolvente, apesar de algumas atividades comerciais e de serviços- unidade de saúde familiar do Covelo, conservatória do registo civil e algumas instituições de ensino públicas e privadas - destina-se sobretudo à habitação.

4.3.1.3. Acessos e Ligações

No que se refere à acessibilidade visual, grande parte do seu limite é demarcado por um muro, que compromete a acessibilidade visual e física. Apenas uma das áreas, destinada ao parque infantil e circuito de manutenção, reabilitada mais recentemente, encontra-se com o seu acesso visual assegurado, uma vez que em lugar dos muros foi colocado um gradeamento, funcionando assim, apenas como barreira física à passagem.

Em algumas áreas, nomeadamente na zona da mata, o acesso a indivíduos com mobilidade reduzida poderá ser dificultado pelo pavimento. Já no que se refere aos acessos ao local, fica próximo de diversas paragens de autocarro, a cerca de oito minutos da estação do metro do Marquês e há ainda estacionamento público (gratuito) na proximidade.

4.3.1.4. Conforto e Imagem

O espaço oferece uma variedade de opções ajustáveis às necessidades e aos desejos dos seus utilizadores, tal como já referido. A área destinada ao parque infantil e circuito de manutenção está particularmente bem cuidada, pelo que oferece uma boa imagem ao parque.

A alameda central encontra-se também limpa e cuidada e com mobiliário urbano e pavimentos em bom estado. No que se refere à mata, de cariz mais natural, os pavimentos apresentam alguns sinais de degradação.

Por todo o espaço encontra-se mobiliário urbano e lugares para sentar à sombra e ao sol.

4.3.2. PARQUE DA CIDADE

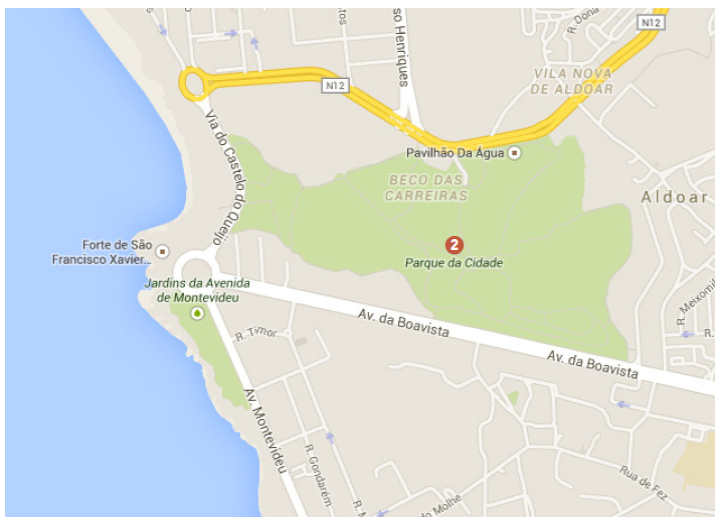


Fig.24- Localização

Fig.25 e 26- Parque da Cidade (Abril de 2015)



4.3.2.1. Sociabilidade

O parque da cidade pela sua dimensão e conceito é um espaço que procura dar resposta aos desejos e necessidades de um público muito diverso. A diferentes horas do dia encontram-se homens e mulheres de todas as idades, desde crianças a idosos.

Este espaço da cidade para além da sua importância do ponto de vista ambiental, enquanto parque urbano, funciona como um espaço de recreio ativo e passivo, acessível a todos.

4.3.2.2. Usos e Atividades

Tal como referido, o parque dá lugar a diferentes usos e utilizações que variam de pessoa para pessoa, dia para dia e espaço para espaço. Alguns dos seus utilizadores poderão utilizá-lo sempre com um mesmo propósito, enquanto outros, provavelmente, usarão o parque para diversos fins em alturas distintas.

A diversidade de pessoas no espaço é resultado de um projeto cuidado, que oferece uma diversidade de oportunidades para todos: espaços de recreio ativo e passivo, formalizados por infraestrutura para o efeito (campos de futebol, voleibol, mesas de ping-pong, bancos de jardim) ou espaços informais como relvados amplos, que permitem que se desenrolem no mesmo espaço diferentes atividades, conferindo assim versatilidade e multifuncionalidade àquele local.

Encontram-se pessoas em grupo, pares ou sozinhas que poderão simplesmente ver quem passa ou apanhar sol, conversar, correr, jogar futebol, fazer um picnic, etc.

A envolvente destina-se sobretudo à função residencial e quanto aos eventos, já tem sido palco de concertos e festivais como o Nos Primavera Sound.

De referir a proximidade ao concelho de Matosinhos, sendo, como tal, um parque urbano que, devido à sua localização periférica, abrange não só os habitantes do seu concelho como também os do concelho vizinho – Matosinhos.

De destacar ainda a proximidade ao mar: no extremo poente o parque estabelece ligação com a frente marítima, entre o Castelo do Queijo e o Edifício Transparente.

4.3.2.3. Acessos e Ligações

No que se refere à acessibilidade não existe qualquer tipo de barreira à acessibilidade física e visual nos pontos de acesso ao parque. Contudo, a permeabilidade visual interior-exterior e exterior-interior é quase sempre comprometida pela vegetação, topografia ou muros de forma a isolar aquela paisagem da envolvente densamente povoada, o que será uma opção feliz e consciente do Arquiteto Sidónio Pardal. De qualquer forma a mancha verde é perceptível do exterior, pelo que se perceberá desde logo de que se trata de um parque.

Já no interior do espaço a acessibilidade visual vai variando, o que também será uma opção do projeto de forma a permitir a criação de áreas amplas –clareiras relvadas – mais expostas e outras mais recatadas e de maior privacidade.

O acesso é assegurado a todos, incluindo a indivíduos com mobilidade reduzida, que poderão apenas, em alguns trechos, sentir mais dificuldade devido à topografia.

Quanto aos modos de chegada ao local, o acesso poderá ser feito de autocarro, com paragens em diversos pontos em torno do parque, de carro, havendo disponíveis dois parques de estacionamento

gratuitos – entrada Norte (Estrada da Circunvalação) e Nascente (Avenida da Boavista), e claro, apela ao uso de modos suaves – a pé ou de bicicleta.

4.3.2.4. Conforto e Imagem

Pelas características já mencionadas, o parque da cidade é sem dúvida um espaço de sucesso, com movimento constante e com características que permitem e estimulam diferentes usos e apropriações. Será de referir que apesar da sua dimensão, a sua imagem não é comprometida por falta de manutenção, mas, muito pelo contrário, valorizada pela presença de equipamentos e mobiliário urbano em boas condições, vegetação de diferentes espécies e estratos, que enriquece e causa alguma mutação à paisagem, de acordo com as estações do ano, e espelhos de água que não só promovem a biodiversidade, como, também, funcionam como um importante elemento cénico.

Trata-se de um espaço seguro, apesar de a permeabilidade visual nem sempre ser satisfeita, o que será explicado à luz da presença constante de pessoas, tanto homens como mulheres.

Os impactos da envolvente edificada e do forte trânsito automóvel, no seu torno, não são de todo sentidos.

4.3.3. JARDIM DE S. LÁZARO

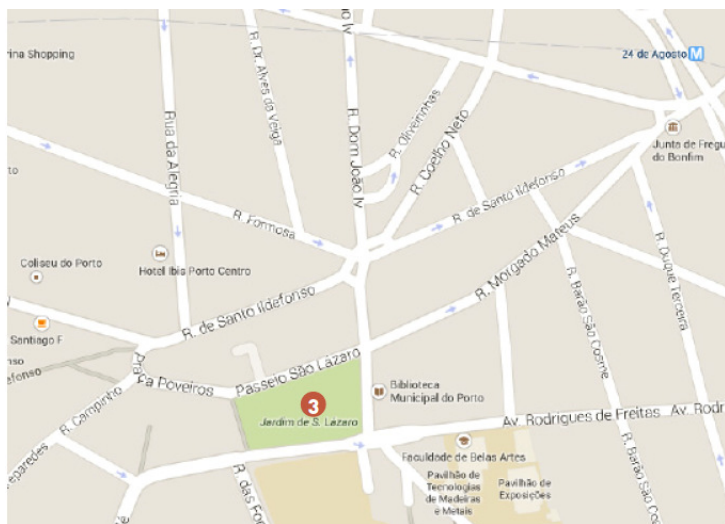


Fig.27 – Localização

Fig. 28 e 29- Jardim de S. Lázaro (Abril de 2015)

4.3.3.1. Sociabilidade

A maioria das pessoas que permanece no espaço é do sexo masculino e com idade superior a sessenta

anos. Grande parte agrupam-se e jogam às cartas no jardim, provavelmente, em mesas próprias, uma vez que não fazem parte do mobiliário urbano daquele espaço. À volta destas mesas alguns dos seus pares observam o jogo. Outros, sentam-se nos bancos espalhados por todo o jardim, em grupos ou individualmente.

Durante o período de permanência no local apenas seis senhoras estariam no espaço, e por oposição aos indivíduos do sexo masculino, ficam sobretudo, em bancos próximos das entradas do jardim, voltadas para a rua.

4.3.3.2. Usos e Atividades

Presença de pessoas em número significativo (permanecem no espaço). A maioria, tal como referido, com idade superior a sessenta anos e do sexo masculino.

O jardim é usado sobretudo na secção central, em torno do lago e do coreto, quer pelos indivíduos que jogam às cartas, quer pela maioria daqueles que se sentam nos bancos.

Na envolvente próxima encontra-se um conjunto diversificado de atividades comerciais e de serviços: um grande número de cafés e restaurantes, e instituições públicas como a Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto e a Biblioteca Municipal.

Já deu lugar a feirinhas e mercados urbanos que ocorrem na cidade ao fim de semana.

4.3.3.3. Acessos e Ligações

Boa acessibilidade/permeabilidade visual. Consegue-se ver facilmente o interior a partir do exterior, nos casos em que as ruas da envolvente se encontram praticamente à mesma cota. O acesso visual a partir da Avenida Rodrigues de Freitas fica comprometido por um muro que suporta a diferença de níveis.

O contacto visual a partir do interior também é facilmente estabelecido. Contudo, verifica-se a presença de grades no limite do jardim que, de certa forma, poderão ser vistas como barreira física ao acesso.

No que se refere às questões de mobilidade, o jardim é acessível a indivíduos com mobilidade reduzida nas duas entradas à cota superior. Nas entradas a partir da Avenida Rodrigues de Freitas o acesso é feito por escadas.

O pavimento encontra-se em bom estado graças à reabilitação feita recentemente.

É facilmente acessível de transportes públicos, quer de autocarro, quer a partir da estação de metro do Campo 24 de Agosto, a cerca de 600 m do local.

4.3.3.4. Conforto e Imagem

Apresenta mobiliário urbano – bancos e papeleiras - em número suficiente e em bom estado de

conservação. No entanto, tendo em conta a prática comum naquele espaço, talvez seja de considerar a falta de mesas e cadeiras.

Oferece locais de estadia ao sol ou à sombra por todo o espaço, dando assim possibilidade de escolha. Presença de vegetação nos diversos estratos – arbóreo, arbustivo e herbáceo - em bom estado de manutenção, o que confere um boa imagem ao local e contribui para o conforto climático, assegurado sobretudo pelo estrato arbóreo.

O espaço é limpo, cuidado, e os canteiros e o pavimento recentemente arrançados denotam uma grande melhoria.

Verifica-se a presença de poucapopulação feminina.

Apesar do trânsito automóvel na envolvente, a presença automóvel não é dominante.

4.3.4. JARDIM DO PASSEIO ALEGRE



Fig. 30- Localização

Fig. 31 e 32- Jardim do Passeio Alegre (Abril de 2015)

4.3.4.1. Sociabilidade

A maioria das pessoas encontra-se sozinha no espaço, ainda que presentes um ou outro casal ou família. As idades são as mais diversas, no entanto, talvez haja uma maior incidência de idosos, tanto homens como mulheres.

O principal uso do espaço será a estadia, em contraste com muitos dos espaços anteriores. Sobretudo uma estadia prolongada, de relaxação e contemplação.

4.3.4.2. Usos e Atividades

As pessoas dispersam-se pelos bancos do jardim. A maioria no entanto dividem-se pelos bancos ao sol e à sombra do lado de cima do jardim, próximos da Rua do Passeio Alegre, quer voltados para a rua, quer voltados para o interior do espaço.

Ao fim de semana, quando o tempo e a temperatura se tornam convidativos é frequente a presença de famílias que dão um uso totalmente diferente ao espaço. Instalam mesas e cadeiras, voltadas para a Avenida D. Carlos I, e fazem picnics na sombra das árvores.

De referir a presença do Clube de Minigolfe do Porto no mesmo espaço, ainda que vedada a passagem.

A envolvente próxima destina-se sobretudo à habitação, no entanto, encontra-se uma ou outra atividade comercial ou de serviços do lado da Rua do Passeio Alegre. Na Avenida D. Carlos I, voltada para o rio as principais atividades que ali se desenrolam são a pesca e a prática desportiva como corridas e caminhadas.

O jardim dá anualmente lugar a uma feira de artesanato e, durante o período de Primavera- Verão a alguns concertos ao fim de semana à tarde.

4.3.4.3. Acessos e Ligações

Sem qualquer tipo de barreira física ou visual. O seu acesso pode ser feito a partir de diversas entradas voltadas para a Rua do Passeio Alegre e para a Avenida D. Carlos I.

Graças à intervenção de reabilitação feita recentemente o seu pavimento encontra-se em bom estado, o que facilita o acesso de indivíduos com mobilidade reduzida.

O acesso ao local poderá ser feito de transportes públicos como o elétrico e autocarro, até próximo do jardim, ou de automóvel, graças à facilidade de estacionamento naquela zona.

4.3.4.4. Conforto e Imagem

O Jardim do Passeio Alegre é um espaço aprazível e de enorme conforto. A sua imagem terá melhorado graças à recente intervenção, o que se revê nos canteiros limpos e cuidados, no pavimento uniforme e nos bancos pintados.

Verifica-se a presença de mobiliário urbano como bancos, papeleiras e candeeiros assim como de elementos de água, que estando também limpos, e em funcionamento, valorizam o jardim. Além disso, encontra-se ainda um coreto que dá frequentemente lugar aos já referidos concertos de fim de semana. É um espaço seguro e numa ótima localização (próximo da frente marítima), o que juntamente com o seu conforto e imagem promovem sem dúvida a estadia.

4.3.5. PRAÇA DO INFANTE D. HENRIQUE

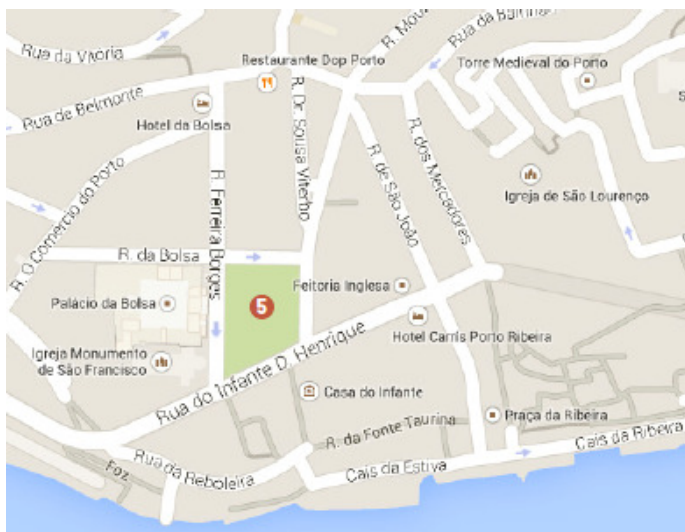


Fig.33- Localização

Fig.34 e 35- Praça do Infante D. Henrique (Abril de 2015)

4.3.5.1 Sociabilidade

A praça é ocupada sobretudo por turistas que aproveitam para descansar e decidir qual o próximo ponto a visitar. A maioria dos que passam próximo não param.

Os que ficam são de todas as idades, homens e mulheres, estrangeiros mas também residentes na cidade.

4.3.5.2. Usos e Atividades

A maioria das pessoas que ali ficam aproveitam para descansar. São sobretudo jovens e casais estrangeiros e portugueses, e ocupam a zona central da praça - onde se encontram os bancos.

O limite da praça, delimitado por um murete é também, por vezes, local de descanso.

Os principais utilizadores parecem aproveitar a praça enquanto local de paragem entre a zona ribeirinha e a Avenida dos Aliados (e vice-versa).

Na envolvente próxima encontra-se o Mercado Ferreira Borges, atualmente espaço de eventos, e o Palácio da Bolsa. Na sua proximidade existem também um conjunto de atividades comerciais e serviços voltados sobretudo ao sector do turismo - hotéis, restaurantes, cafés, etc.

É de referir a proximidade à Ribeira, ponto de atracção de muitos turistas.

4.3.5.3. Acessos e Ligações

Boa permeabilidade visual de qualquer um dos eixos de acesso e no seu interior.

Não existe qualquer tipo de barreira à entrada e à circulação de indivíduos com mobilidade reduzida.

Situa-se junto a um parque de estacionamento (pago), a paragens do elétrico, a um conjunto de paragens de autocarro e a cerca de cinco minutos a pé da estação do metro e de comboio de S. Bento.

4.3.5.4. Conforto e Imagem

A Praça do Infante, pela sua imagem cuidada, causa uma boa primeira impressão do espaço.

O número de mulheres e de homens presentes é bastante semelhante, o que será um bom indicador.

No que se refere à segurança, esta, além disso, é também favorecida pela permeabilidade visual do espaço (do interior para o exterior e vice-versa), assim como pela proximidade a uma esquadra da polícia.

Os locais para sentar são suficientes, uma vez que, para além dos lugares para sentar formais (ao centro da praça), apresenta no seu limite muretes que funcionam como locais para sentar informais.

Para os mais descontraídos o relvado será ainda uma boa hipótese.

Contudo, nos dias de maior calor, os bancos poderão ser desconfortáveis pela falta de sombra (ausência de árvores na sua proximidade).

Sente-se a presença dos automóveis na envolvente, devido, não só, à referida permeabilidade visual mas, também, pelo som constante da sua passagem pela calçada de cubo de granito, pavimento das ruas circundantes da praça.

4.3.6. JARDIM/ PRAÇA DO MARQUÊS DE POMBAL

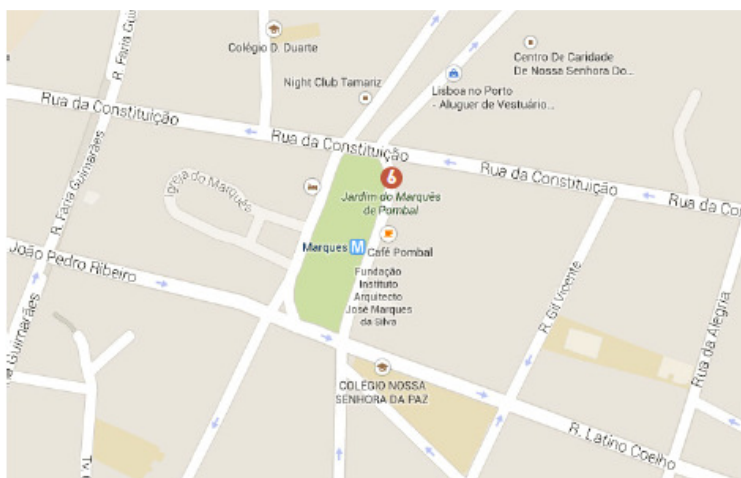


Fig. 36- Localização

Fig. 37 e 38- Jardim do Marquês de Pombal (Abril de 2015)

4.3.6.1. Sociabilidade

A Praça do Marquês apresenta uma grande variedade de pessoas - homens e mulheres de todas as faixas etárias. Alguns em grupo, outros individualmente, permanecem no espaço por períodos mais longos ou mais curtos. A diversidade de pessoas é grande e o seu uso também: local de estadia para alguns, ponto de encontro ou local de passagem para outros.

Apesar de apresentar grande movimento quer de manhã, quer à tarde, no período da tarde este é crescente.

De destacar a presença de um grande número de idosos (do sexo masculino) que durante a tarde jogam cartas nas mesas da praça.

4.3.6.2. Usos e Atividades

É um espaço dinâmico com diferentes usos e utilizadores, tal como já apontado no ponto anterior.

No que se refere à distribuição de pessoas pelo espaço, é usado no seu todo, quer em redor do coreto, do chafariz do corredor central, ou nas mesas ao fundo. As pessoas distribuem-se mediante aquilo que pretendem fazer no espaço.

Destaca-se a presença de um grande número de idosos que (apenas) no período da tarde joga às cartas nas quatro mesas de granito. À tarde é impensável para qualquer outra pessoa usar qualquer uma daquelas mesas.

Na envolvente encontram-se diversas atividades comerciais e de serviços, algumas escolas privadas e a Igreja do Marquês.

4.3.6.3. Acessos e Ligações

Boa acessibilidade visual da envolvente para o seu interior e vice-versa, assim como no interior da praça.

Não existe qualquer tipo de barreira física ao seu acesso, sendo muito pelo contrário até promovido e usado muitas vezes como espaço de travessia entre vias envolventes ou para acesso ao metro.

É inteiramente acessível a indivíduos com mobilidade reduzida: rampas de acesso, declive suave e pavimento em boas condições.

O acesso à praça é facilitado pela oferta de transportes públicos disponíveis no local – metro e autocarro.

4.3.6.4. Conforto e Imagem

O espaço causa uma boa impressão pela diversidade de pessoas presentes e pelo seu movimento. Contudo, nota-se a presença de alguns “indesejáveis”, que será mais evidente no período da manhã, quando a praça tem menor movimento.

No que se refere ao mobiliário urbano oferece locais para sentar, mesas e bancos, papeleiras e iluminação, podendo, contudo, não se encontrar nas melhores condições – bancos corridos com alguns sinais de degradação.

Existem locais de estadia quer à sombra, quer ao sol e todos eles estão bem localizados - direcionados sobretudo para o interior da praça e com base num ponto de interesse.

É um espaço limpo e cuidado, o que se verifica pelas áreas de circulação, os canteiros e o elemento de água da praça, contudo, será de referir, a presença de um edifício que já terá sido espaço de uma pequena biblioteca e que se encontra sem qualquer utilização e em estado de degradação.

Um dos aspectos negativos é o forte impacto do automóvel, não só visual mas também sonoro, o que será agravado pela localização da praça.

4.3.7. PRAÇA DA REPÚBLICA

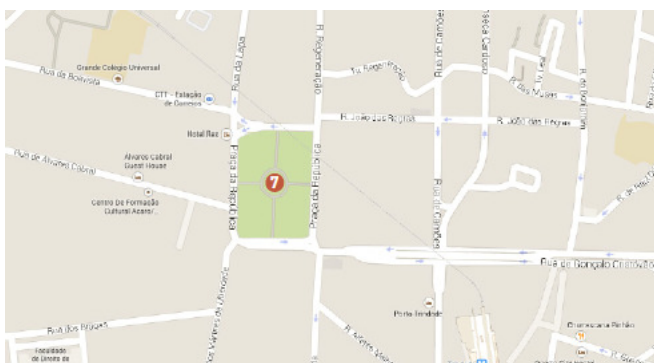


Fig.39-Localização

Fig.40 – Praça da República

4.3.7.1. Sociabilidade

São poucas as pessoas que passam ou permanecem no espaço. A maioria dos que ficam são homens, alguns sentam-se sozinhos nos bancos, outros, agrupam-se em torno dos bancos corridos para jogar cartas.

Os que passam pelo espaço não é com o intuito de reduzir a distância mas por mera necessidade - passear o cão.



Fig.41- Praça da República (Abril de 2015)

4.3.7.2. Usos e Atividades

A praça é um lugar pouco movimentado, praticamente esquecido. Encontram-se algumas pessoas, a grande maioria só homens e já com alguma idade. Estes ou se sentam sozinhos nos bancos ou agrupam-se em torno de bancos corridos, adaptados de alguma forma para jogar cartas.

Poucos utilizam a praça como local de travessia e a ausência de mulheres no espaço é bastante evidente.

4.3.7.3. Acessos e Ligações

No que se refere à permeabilidade visual esta é assegurada quer do interior para o exterior (e vice-versa), quer dentro da praça.

Não existe qualquer tipo de barreira à entrada, no entanto as suas entradas não estarão posicionadas nas zonas de maior fluxo. Verifica-se ao canto da praça do lado da Rua da Boavista e da Lapa a existência de um caminho demarcado pelas sucessivas passagens pelo relvado.

O seu pavimento em mau estado (pouco uniforme) dificulta o acesso a indivíduos com mobilidade reduzida.

Relativamente aos modos de chegada, fica a cerca de oito minutos da estação de metro da trindade e da lapa, na sua proximidade existem várias paragens de autocarro (STCP), uma praça de táxis e lugares de estacionamento.

4.3.7.4. Conforto e Imagem

A Praça da República é um espaço pouco movimentado quer em termos de passagem, quer em termos de estadia, o que, juntamente com a pouca diversidade de utilizadores, compromete um sentimento de segurança no espaço. Este será um dos maiores problemas da praça, ainda que atenuado pela grande permeabilidade visual.

O impacto do automóvel é bastante sentido graças à sua morfologia e localização – numa zona de grande fluxo automóvel.

É um espaço que carece de manutenção quer ao nível dos pavimentos, quer ao nível das canteiros e vegetação, bem como, do mobiliário urbano. Este último, ainda que existente, apresenta sinais de degradação.

Oferece lugares de estadia à sombra e ao sol mas, devido aos aspetos enunciados anteriormente, estes são pouco procurados, encontrando-se, por isso, na sua grande parte, vazios.

4.3.8. PRAÇA DE LISBOA

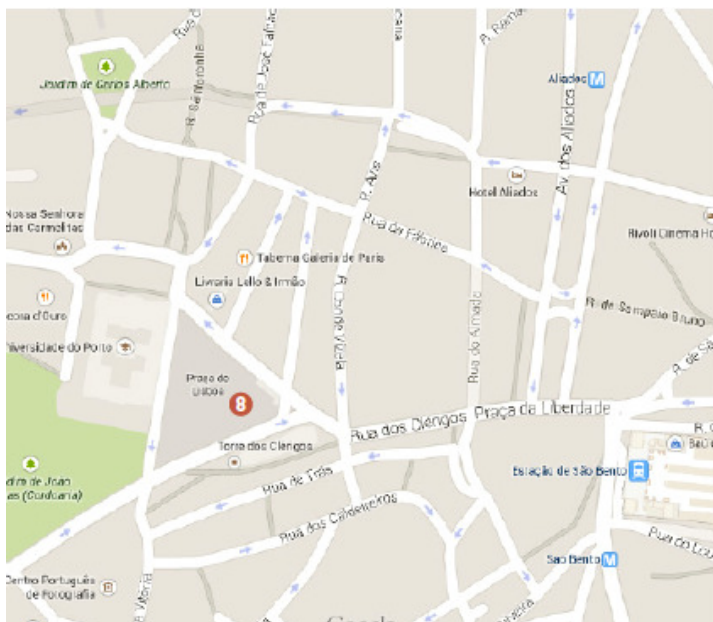


Fig.42- Localização

Fig. 43 e 44- Praça de Lisboa (Abril de 2015)

4.3.8.1. Sociabilidade

Encontram-se mulheres e homens nomenúmero, no entanto, a maioria, sobretudo daqueles que ficam, são jovens.

Grande movimento de passagem ao longo da manhã e da tarde, já no que se refere à estadia esta é mais evidente no período da tarde, pelo que os relvados funcionam como locais de estadia, mais ou menos prolongada.

4.3.8.2. Usos e Atividades

Local sobretudo de passagem e de estadia sobretudo durante a tarde. Aqueles que ficam são na sua maioria, jovens que utilizam o relvado enquanto espaço de estadia, descanso ou para namorar.

Numa das visitas à praça decorria uma aula de desenho ao ar livre e estava presente um grupo de jovens turistas acompanhados por um guia que aproveitou o espaço para contemplação da torre dos clérigos e para um fazer um breve enquadramento.

Tendo em conta a proximidade, as atividades na envolvente da Praça de Lisboa são muito semelhantes às da Praça dos Leões, já mencionadas.

4.3.8.3. Acessos e Ligações

Acessibilidade visual assegurada do interior para o exterior da praça e dentro do espaço, ficando apenas comprometida no limite exterior-interior, nos casos em que a diferença de cotas é muito significativa.

Apesar de o seu acesso ser feito apenas a partir de duas entradas demarcadas por cancelas, convida à entrada, muito provavelmente devido à sua boa imagem. Numa dessas entradas, no cruzamento da Rua Dr. Ferreira da Silva com a Rua de São Filipe de Nery é acessível a indivíduos com mobilidade reduzida, sendo que a entrada e a saída terão de ser feitas a partir deste ponto, já que na outra entrada a diferença de cotas é vencida por escadas.

Acesso rápido a partir de transportes públicos como autocarro e elétrico e, a cerca de cinco minutos das estações de metro e de comboio de São Bento.

Existência de um parque de estacionamento (pago) nos pisos subterrâneos.

4.3.8.4. Conforto e Imagem

Apresenta desde logo uma imagem singular graças aos seus traçados retilíneos e à fusão de materiais modernos com a envolvente edificada de grande valor histórico e arquitetónico, na qual se destaca a Torre dos Clérigos.

Tem um aspeto limpo e cuidado, o que, juntamente com o referido anteriormente, convida desde logo à entrada.

O mobiliário urbano está praticamente ausente: apenas se encontram pontos de iluminação, no entanto, tal não será sinónimo de falta de locais para sentar. O espaço de estadia, confinado aos relvados, oferece lugares à sombra e ao sol. É, contudo, um espaço de estadia relaxada, apelativa sobretudo para os mais jovens.

4.3.9. PRAÇA MOUZINHO DE ALBUQUERQUE / ROTUNDA DA BOAVISTA

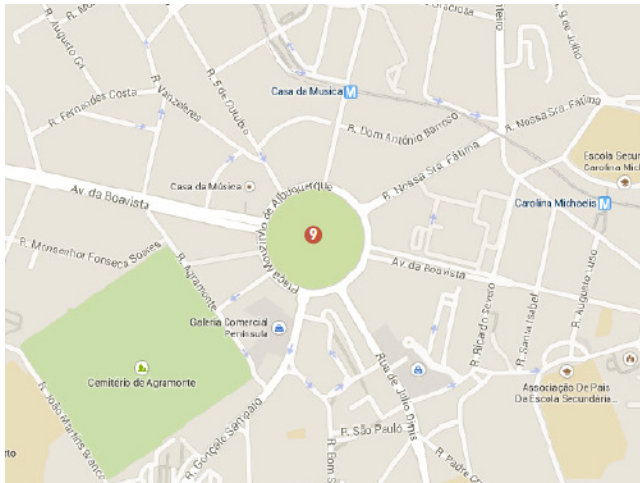


Fig. 45- Localização

4.3.9.1. Sociabilidade

A maioria das pessoas utiliza o espaço enquanto zona de passagem, de forma a reduzir a distância a percorrer entre vias da envolvente à praça.

Os que ficam são homens e mulheres de diversas faixas etárias, sozinhos ou em pares.



Fig.46 e 47- Praça Mouzinho de Albuquerque

4.3.9.2. Usos e Atividades

Encontram-se algumas pessoas no espaço que o utilizam enquanto zona de estadia pouco prolongada, ponto de encontro e espaço para relaxar (ler um livro p.ex) e apanhar sol. Contudo, a maioria apenas atravessa a praça e não permanece.

Os que ficam dispersam-se pelo espaço, alguns optam pela secção central em torno da estátua, outros pelos recantos mais pequenos no seu torno e delimitados pelos canteiros e a sua vegetação.

Na envolvente encontram-se sobretudo atividades comerciais e de serviços, de destacar, no entanto, a presença de um edifício icónico - a Casa da Música.

Já deu lugar a festejos no São João, padroeiro da cidade, feiras do livro e uma pista de gelo no último natal.

4.3.9.3. Acessos e Ligações

A acessibilidade visual a partir da envolvente é plena, assim como a sua acessibilidade física, sem qualquer entrave, e permitida a todos, a partir de qualquer entrada.

O espaço é no seu todo acessível a indivíduos com mobilidade reduzida.

Verifica-se uma grande oferta de transportes públicos na proximidade – autocarros desde e a partir de diversos destinos - e metro a três minutos a pé.

4.3.9.4. Conforto e Imagem

Aspeto limpo e cuidado. Pavimentos, mobiliário urbano e vegetação em bom estado de conservação. Verifica-se contudo que a iluminação é escassa.

Oferta de locais para sentar formais e informais, quer à sombra, quer ao sol.

Apresenta uma imagem agradável, no entanto, o baixo número de pessoas no espaço e a falta de atividades no seu interior ou num limite próximo (sem a separação dos automóveis às atividades) poderão em alturas de menor fluxo de pessoas causar uma certa insegurança.

O impacto dos automóveis em torno da praça é presente e funciona como impeditivo de estadia - não pelo constrangimento visual ou sonoro, mas, sobretudo, pela forte barreira física que estabelece com a envolvente, e que, se por um lado não será impeditiva da passagem, por outro lado, tem um forte impacto no que se refere à estadia, pelos motivos apontados.

4.3.10. PRAÇA VELÁSQUEZ/ PRAÇA FRANCISCO SÁ CARNEIRO

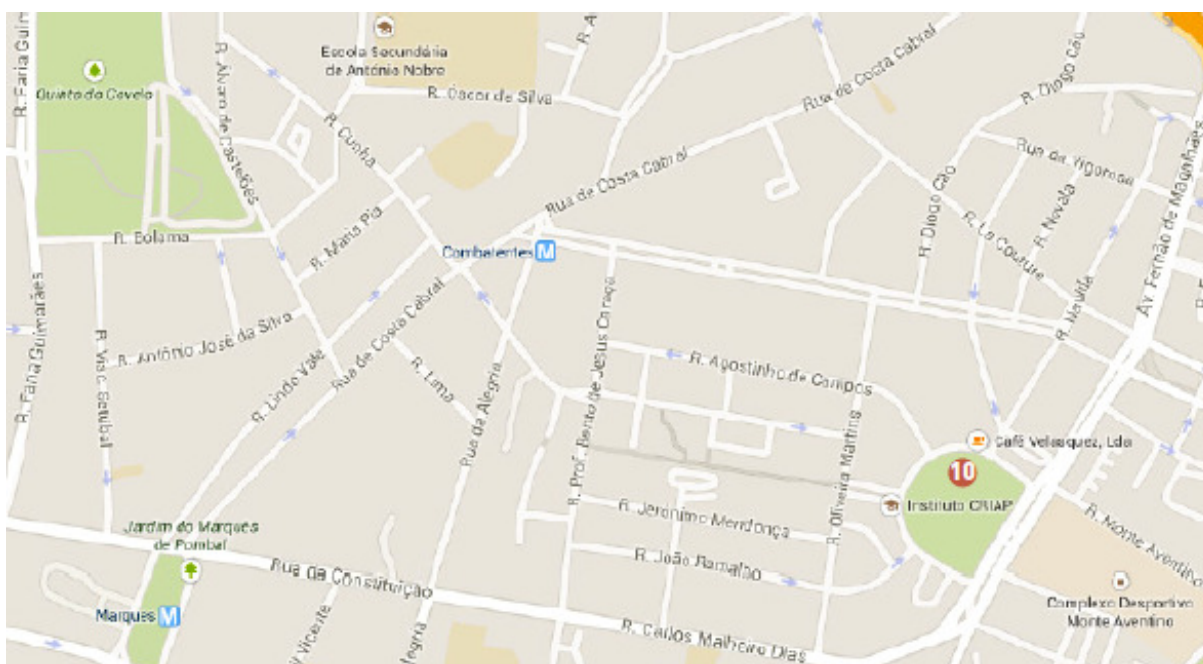


Fig. 48- Localização / Fig. 49 e 50- Praça Velásquez (Abril de 2015)

4.3.10.1 Sociabilidade

Encontram-se diversos utilizadores tais como casais que vão passear ou brincar com os filhos, indivíduos a ler jornais ou a passear os cães. É utilizada por indivíduos de diversas faixas etárias, desde crianças a idosos, mas é mais evidente a presença destes últimos.

A praça é utilizada sobretudo como zona de atravessamento, ponto de encontro e estadia curta, o que poderá ser explicado à luz dos outros fatores.

A maioria do seu público será, provavelmente pessoas que residem na envolvente da praça e/ou que recorrem aos serviços e comércio no seu torno.

4.3.10.2. Usos e Atividades

São poucas as pessoas que permanecem no espaço e quando tal ocorre, normalmente é por períodos curtos. Apesar de se verificar uma diversidade de pessoas, a maioria dos que permanecem são idosos, tal como já referido.

A praça poderá ser dividida em duas grandes áreas com um funcionamento distinto: uma correspondente ao limite noroeste e outra que corresponde ao limite sudeste.

Enquanto na primeira, distinguem-se duas zonas: área verde correspondente ao canteiro central com uma função sobretudo de enquadramento e área pavimentada com árvores pontuais e função de estadia e circulação; já no limite sudeste, o desenho do espaço delimita quatro zonas: uma área de circulação exterior, maioritariamente de passagem; uma segunda zona com canteiros bem delimitados que tal como a outra referida, funciona como um elemento cénico (função de enquadramento); uma outra área de circulação e atravessamento interna e novamente, o canteiro central citado anteriormente.

Neste espaço graças à sua configuração não existem recantos isolados (zonas recatadas).

Na envolvente, separada da praça pelas vias de circulação automóvel, existem diversas atividades comerciais e de serviços: instituições bancárias, escritórios, consultórios, cafés, restaurantes, supermercados, etc. que infelizmente, tal como referido, não estabelecem uma relação direta com a praça.

No terceiro sábado de cada mês ocorre neste espaço uma feira de antiguidades e velharias.

4.3.10.3. Acessos e Ligações

Boa permeabilidade física e visual entre o interior e o exterior graças à ausência de muros e vedações. Apesar da existência de vegetação de grande porte, a acessibilidade visual em qualquer ponto é assegurada. Uma vez que apresenta caminhos largos a leitura do espaço é também facilitada.

Encontram-se diversos pontos de ligação pedonal com a envolvente ao longo de todo o perímetro da praça, no entanto, é de lamentar que à exceção de uma destas ligações, todos os outros atravessamentos não possibilitam um acesso facilitado a indivíduos com mobilidade reduzida, uma vez que não existem rampas de acesso.

O acesso de indivíduos com mobilidade reduzida é ainda comprometido pelo pavimento em saibro, atualmente muito degradado, e que causa desconforto na circulação.

Relativamente aos transportes públicos, a área apresenta uma praça de táxis, três paragens de autocarro STCP na proximidade e estação do metro dos Combatentes a cerca de dez minutos. Além disso oferece uma grande quantidade de lugares estacionamento gratuito.

4.3.10.4. Conforto e Imagem

Presença de mobiliário urbano (bancos, papeleiras, iluminação, wc público, cabine telefónica), no entanto, já com alguns sinais de degradação, pelo tempo e pela falta de manutenção, o que, se por um lado, não impossibilita o uso pelos utilizadores da praça, por outro, contribui para a má imagem do local.

De referir, novamente, o estado de degradação do pavimento.

Observa-se que os canteiros têm um desenho cuidado e que apresentam alguma variedade de espécies. Há assim a presença de diferentes estratos arbustivos de vegetação e algum critério na sua disposição pelo espaço. No entanto, alguns destes canteiros apresentam faixas de terra vegetal despidas de qualquer tipo de vegetação, demonstrando de alguma forma alguma falta de cuidado.

As restantes áreas, ficam marcadas sobretudo pela presença de árvores centenárias (de grande porte), o que favorece o conforto climático do espaço.

O impacto automóvel é sentido devido ao facto de se tratar de uma zona de forte tráfego e porque os veículos circulam ao longo de todo o perímetro da praça.

A ausência de atividades ou até mesmo equipamentos, como por exemplo mobiliário urbano pouco atrativo e bem preservado, ou mesmo a falta de cuidado com as zonas jardinadas, leva em parte, à ausência de utilizadores no espaço e, possivelmente, à perda de um sentimento de segurança.

4.3.11. PRAÇA DA BATALHA

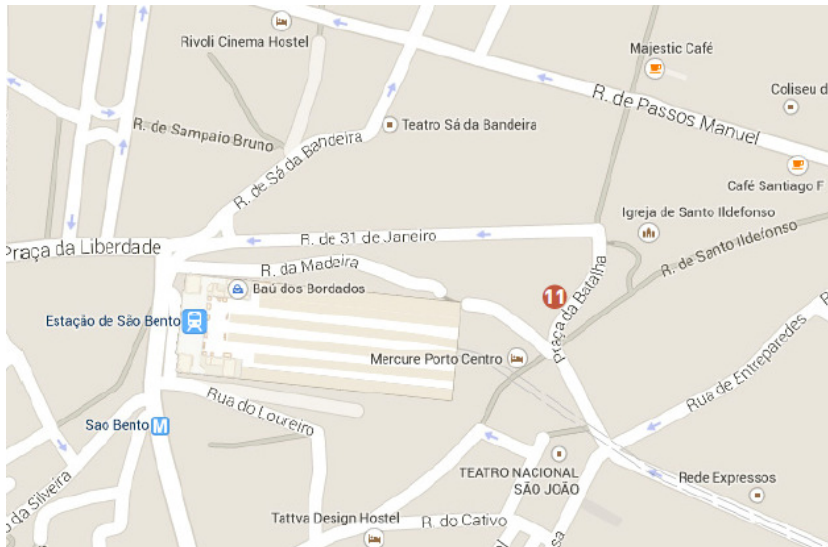


Fig.51- Localização
Fig. 52 e 53- Praça da Batalha (Abril de 2015)

4.3.11.1. Sociabilidade

Encontram-se indivíduos que convivem em grupos, à conversa, no entanto, a maioria dos que por ali ficam permanecem sozinhos e observam o que se passa.

A diversidade de idades daqueles que permanecem no espaço é também muito pouca, contudo, comparativamente ao Jardim de S. Lázaro, o número de mulheres é maior.

A praça funciona, no entanto, sobretudo, como área de travessia e de espera por algum tipo de transporte público - autocarro, elétrico, autocarro turístico. Observa-se um grande número de turistas - homens, mulheres, casais e grupos - que por ali passam ou aguardam transporte, mas, não permanecem.

Contudo, apesar da maior parte daqueles que por ali ficam serem de idades acima dos cinquenta, sessenta anos, e de se instalarem do lado da praça quase em frente ao Teatro Nacional São João, onde existe mobiliário urbano que o permita, os mais novos descansam e andam de skate em frente à Igreja de Santo Ildefonso. É aí que se encontram dois rapazes que improvisam e andam de skate na infraestrutura de socos, semelhante à de um anfiteatro, ali existente.

A transição entre os dois extremos descritos é pontuada por um chafariz onde frequentemente as pessoas se sentam para descansar, observar ou aguardar por alguém.

4.3.11.2. Usos e Atividades

A praça é ocupada, não transmite a sensação de vazio no espaço urbano. Apesar de o seu principal uso ser o de atravessamento e de uma espera necessária por transporte, ainda assim, verifica-se a permanência de pessoas, tal como descrito.

Os mais velhos, sozinhos ou em grupo, concentram-se no centro da Praça. Os mais novos que permanecem ocupam sobretudo a área em frente à igreja, talvez por a infraestrutura aí existente ser mais atrativa.

No redor da praça encontram-se um conjunto de atividades distintas: restaurantes, cafés, hotéis, consultórios, serviços de transporte, etc., sendo grande parte alimentadora da atividade turística, talvez por isso, o número significativo de turistas que por ali se encontram.

4.3.11.3. Acessos e Ligações

Não existe qualquer tipo de barreira física que impeça o acesso, no entanto, o formato da praça, que poderá ser dividido por duas grandes áreas – em frente ao Teatro Nacional São João e em frente à Igreja de Santo Ildefonso - não permite que haja total permeabilidade visual, devido aos edifícios que a delimitam.

Na área em frente ao Teatro Nacional São João existe um desnível entre a secção central, onde se encontra o mobiliário urbano, e o passeio no seu redor, o que poderá dificultar o acesso a indivíduos com mobilidade reduzida.

No que se refere aos acessos, a praça é facilmente acessível de autocarro, eléctrico e de autocarro turístico. Fica a cinco minutos das estações de comboio e de metro de São Bento e a dois minutos de uma central de recolha de camionetas, na Rua Alexandre Herculano.

4.3.11.4. Conforto e Imagem

Oferece mobiliário urbano de diversos tipos e disposto no espaço de diversas formas, o que convida à permanência com diferentes finalidades. Na secção central da praça, distinguida pelo desnível no pavimento já referido, encontram-se bancos corridos e cadeiras dispostas em círculo. Verifica-se também a presença de papeleiras, distribuídas pelo espaço, e candeeiros que permitem a iluminação no período da noite.

Em dias de sol, poderá ser desconfortável, uma vez que os exemplares arbóreos ali presentes não parecem ter porte suficiente para assegurar o conforto climático.

A secção da praça em frente à igreja tem uma morfologia totalmente diferente, sem mobiliário urbano

e do tipo de anfiteatro, pelo que se adaptará a um público mais jovem e a atividades como a descrita.

4.3.12. PRAÇA D. JOÃO I

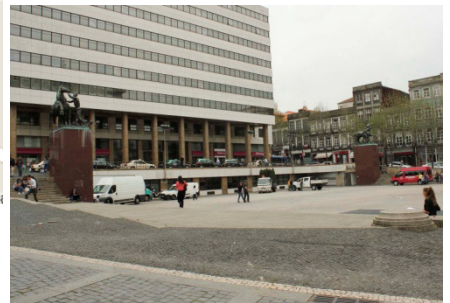
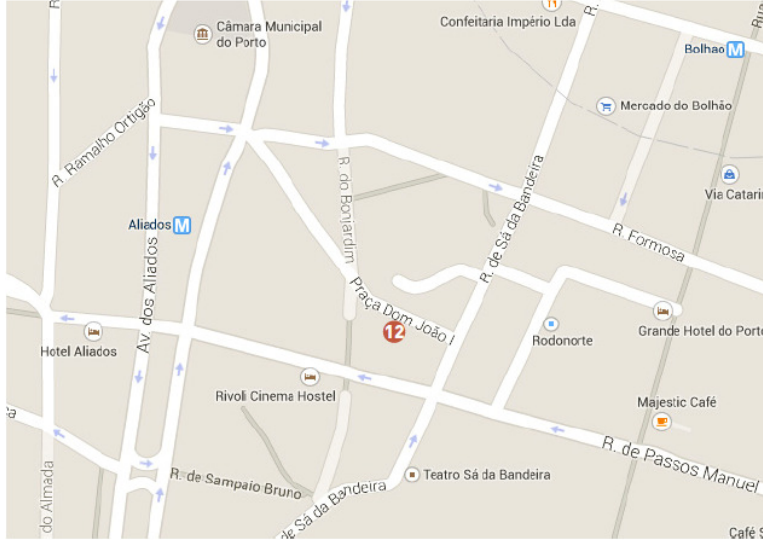


Fig.54- Localização

Fig. 55 e 56- Praça D. João I (Abril de 2015)

4.3.12.1. Sociabilidade

A praça é usada sobretudo como espaço de travessia. Os que passam ou ficam à espera de alguém ou do autocarro são homens e mulheres de todas as idades.

Os que ali ficaram estavam numa aula de desenho ao ar livre, pelo que a escolha do local não foi voluntária, mas sim, imposta pelos docentes.

Estes por sua vez distribuem-se sobretudo pelos degraus de acesso à secção central da praça, quer do lado da Rua do Bonjardim, quer do lado da Rua Sá da Bandeira.

Perante a ausência de bancos ou outro tipo de mobiliário urbano que convide a sentar, os que quiserem permanecer por algum tempo naquele espaço usarão com certeza os degraus como espaço para sentar informalmente.

4.3.12.2. Usos e Atividades

Presença de indivíduos de todas as idades, quer homens, quer mulheres, mas, tal como referido, a maioria apenas atravessa o espaço.

Os caminhos de travessia traçados são diversos e ajustados ao destino, pelo que alguns atravessam a secção central da praça e outros passam paralelamente à Rua Passos Manuel.

Grande diversidade de atividades comerciais e de serviços na envolvente: cafés, restaurantes, lojas de roupa, farmácias, estabelecimentos de saúde, bancos, um equipamento cultural (Teatro Rivoli), etc.

Ocorrem inúmeros eventos no local. Atualmente, decorre um torneio de futebol, aos Sábados de manhã, intitulado “A Magia do Futebol de Rua”.

4.3.12.3 Acessos e Ligações

Boa permeabilidade visual de qualquer ponto em redor da praça e do seu interior para o exterior.

O acesso a indivíduos com mobilidade reduzida é dificultado pelos degraus, pelo que só será possível pela Rua Passos Manuel.

O espaço é facilmente acessível de transportes públicos – autocarro e metro – e contém também um parque subterrâneo, o que facilita o estacionamento.

4.3.12.4. Conforto e Imagem

O espaço apresenta uma boa imagem, no entanto poderá não ser confortável em dias de maior exposição solar, devido à ausência de vegetação/sombra, e para pessoas com mais idade, que não se sentarão nos degraus com a mesma facilidade e para os quais estes não serão, tão pouco, vistos como uma possibilidade.

Verifica-se uma carência de mobiliário urbano, no entanto, o vazio da área central poderá ser visto como positivo, uma vez que permite que a praça se adapte a diferentes eventos, como feiras de Natal, festas gastronómicas, pistas de gelo, bancada de jogos de futebol como por altura do Euro 2004, etc.

4.3.13. AVENIDA DOS ALIADOS

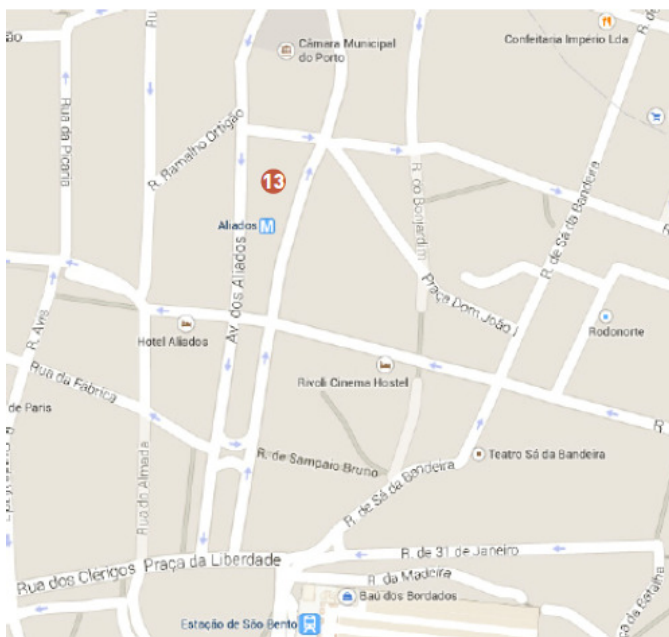


Fig. 57- Localização



Fig. 58- Av. dos Aliados (Abril de 2015)



Fig. 59- Av. dos Aliados (Abril de 2015)

4.3.13.1. Sociabilidade

Encontra-se na Avenida dos Aliados um público de diversas idades, homens e mulheres, sozinhos, formando casais ou grupos (de amigos).

Uns apenas atravessam a Avenida, outros param e sentam-se nos bancos ou nas cadeiras junto às mesas do extremo superior da Avenida.

O espaço parece funcionar como ponto de passagem, ponto de encontro e de estadia pouco prolongada.

As pessoas distribuem-se por toda a praça e sentam-se nos diferentes tipos de mobiliário urbano.

4.3.13.2 Usos e Atividades

Presença de um público diverso, inclusive de diferentes nacionalidades, que se distribui pelos equipamentos de toda a praça.

A sua grande área pavimentada, liberta a qualquer atividades, poderá, contudo, transmitir a sensação de espaço vazio.

Na envolvente ocorre um conjunto de atividades de serviços e comércio, sendo que os equipamentos mais significativos serão a Câmara Municipal do Porto, os diversos espaços destinados ao alojamento, dos quais se destaca o Hotel Intercontinental, as instituições bancárias e os espaços de restauração, localizados sobretudo no extremo poente da Avenida.

4.3.13.3. Acessos e Ligações

Total acessibilidade visual do interior para o exterior da praça e vice-versa. Não existe qualquer tipo de barreira física e o acesso a indivíduos com mobilidade reduzida é assegurado pela presença de rampas. No entanto, a sua topografia poderá tornar a circulação de indivíduos em cadeiras de rodas, de certa forma, desconfortável.

O acesso ao local poderá ser feito facilmente de metro (estação dos Aliados ou São Bento), comboio (estação de São Bento) e autocarro (paragens dos Aliados).

4.3.13.4. Conforto e Imagem

A praça apresenta no geral boa imagem. Tem um aspecto limpo e cuidado. Contém mobiliário urbano de diferentes tipos, o que em alguns casos poderá ser visto como negativo, já que se perde a continuidade e a coerência da imagem do local, mas que neste caso estabelece uma relação com a memória daquele espaço. Mesas e cadeiras de madeira, bancos de betão de agora e bancos de jardim do passado.

Os candeeiros antigos também nos transportam para a história do espaço. No fundo, existe uma completa fusão de uma arquitetura e mobiliário urbano modernos, simplistas e minimalistas com a envolvente repleta de edifícios com uma arquitetura notável e elementos que nos transportam para o passado e que assinalam a memória do local.

O espaço oferece segurança graças, provavelmente, à grande permeabilidade visual e ao movimento constante dos que passam, mas, o conforto, em dias de maior calor, poderá ficar comprometido, uma vez que se encontra muito exposta aos raios solares, devido às escassas áreas de sombreamento pela vegetação.

Apesar de frequentemente contestada, a intervenção de reabilitação realizada não terá sido de todo despropositada, uma vez que desta forma adapta-se a um grande número de iniciativas – espaço de feiras diversas, espaço de expressão e manifestação política, espaço de celebração, palco de diversos espetáculos e festejos - sem com isso ficar danificado e arrecadar custos elevados de manutenção.

4.3.14. PRAÇA DAS CARDOSAS

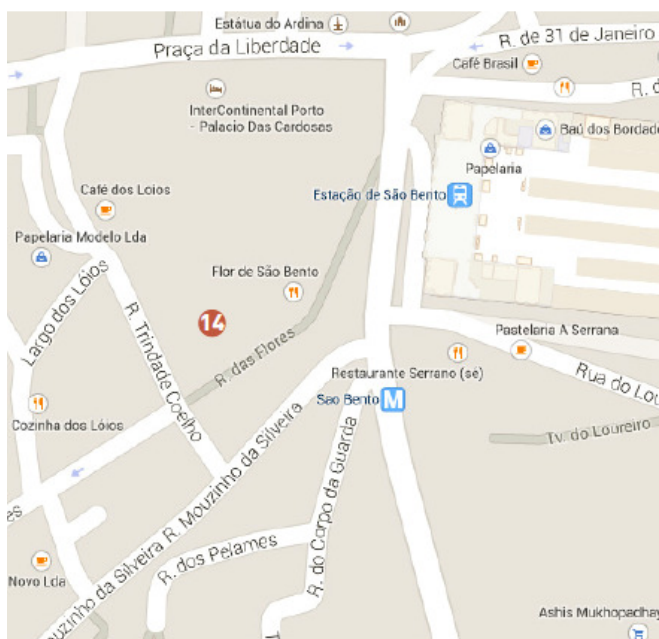


Fig.60- Localização / Fig. 61 e 62- Praça das Cardosas



3.3.14.1. Sociabilidade

O espaço encontra-se muitas vezes vazio, poucos permanecem e só alguns curiosos passam e espreitam.

Contudo, por vezes, a praça enche-se de pessoas, sobretudo ao fim de semana.

4.3.14.2. Usos e Atividades

A Praça está praticamente vazia. Apenas passam por ali alguns curiosos mas não permanecem.

No entanto, é frequente assistir à realização de eventos ao fim de semana que enchem o espaço e dão-lhe vida.

No que se refere às atividades, existe ali uma loja de material desportivo e um café/bar, nos dias visitados com a porta encerrada.

O espaço destinado a um outro café ou similar, que até ali atraía mais gente, está de montra coberta de letreiros à espera de ser vendido.

4.3.14.3. Acessos e Ligações

A Praça encontra-se escondida entre edifícios. A acessibilidade visual interior-exterior e vice-versa é quase nenhuma. Quer do lado da Rua das Flores, quer do lado do Largo dos Lóios, o acesso à Praça é marcado pela presença de um portão, o que, ainda que aberto, será uma barreira à entrada.

É em toda a sua área acessível a indivíduos com mobilidade reduzida, graças à existência de rampas de acesso, complementarmente às escadas.

É também facilmente acessível de transportes públicos: autocarro, metro e comboio a menos de dois minutos a pé da praça. Presença de um Parque de estacionamento pago nos seus pisos inferiores – Parque de estacionamento das Cardosas.

4.3.14.4. Conforto e Imagem

Espaço limpo e cuidado.

Nos dias em que foi visitada, tal como referido, estava praticamente vazia. Apenas passavam alguns curiosos, tanto homens como mulheres, a maioria turistas.

A praça apresenta dois níveis diferentes, sendo acessível no seu todo a indivíduos com mobilidade reduzida. Quer no piso inferior, quer no superior verifica-se a presença de bancos de granito para sentar. No entanto, aquando da realização de eventos na praça, estes não são suficientes, pelo que as pessoas se sentam nas escadas.

O facto de estar rodeado de edifícios (praticamente desabitados), o que reduz o contacto direto com as ruas circundantes e contribui para a ausência de pessoas no espaço, em dias como este, transmite alguma insegurança. O impacto automóvel não é de todo sentido.

4.3.15. RUA DAS FLORES

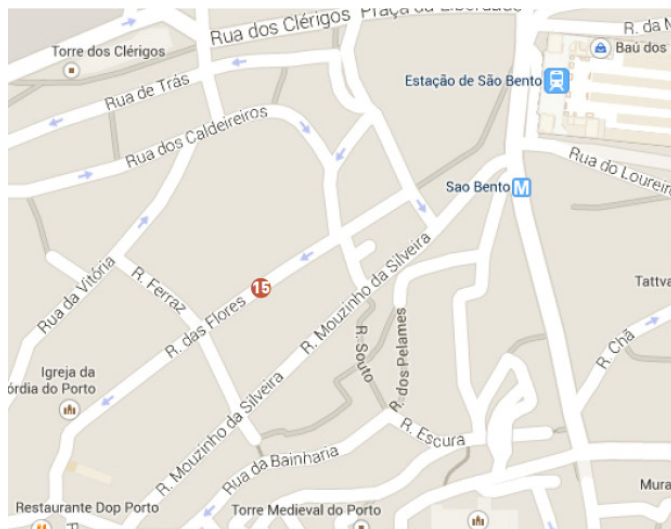


Fig. 63- Localização

Fig. 64 e 65- Rua das Flores (Abril de 2015)

4.3.15.1. Sociabilidade

A Rua das Flores agora interdita ao trânsito e destinada à circulação pedonal está frequentemente repleta de pessoas, sobretudo ao fim de semana, quando os eventos pela cidade se repetem.

Encontram-se indivíduos de todas as idades, homens e mulheres, em grupos, constituindo casais, ou mesmo sozinhos.

É um espaço de travessia, tal como esperado nesta tipologia de elemento urbano mas, talvez, uma travessia menos apressada e mais contemplativa. Lugar para ver montras e por vezes parar para entrar numa loja ou ficar numa esplanada, quer sozinho quer acompanhado.

4.3.15.2. Usos e Atividades

A rua, durante o dia, está constantemente povoada. É ocupada por todo o tipo de pessoas, sozinhas ou acompanhadas, que a escolhem como local de passagem, para ver montras ou de estadia, graças ao apoio do sector privado – cafés e restaurantes – que estendem as esplanadas para a rua.

As pessoas ocupam-na em toda a sua extensão, no entanto, há uma maior concentração de esplanadas nos seus extremos.

Destina-se sobretudo à atividade comercial, sendo conhecida na cidade pelas já antigas ourivesarias,

mas, após a sua reabilitação, instalaram-se novos estabelecimentos como cafés, restaurantes, lojas de decoração, roupa, etc. Para além disso, situa-se a igreja da misericórdia, uma instituição pública – a cidade das profissões – e, um estabelecimento de ensino privado – ESAP.

4.3.15.3. Acessos e Ligações

No que toca à permeabilidade visual, uma vez que o seu traçado não é totalmente retilíneo não se obtém um continuum visual de um dos limites para o outro. No entanto, por outro lado é intensificado o sentido de descoberta que orienta a atenção para os edifícios históricos confrontantes e apura um sentido de curiosidade para o que virá a seguir.

A rua das Flores apresenta também uma localização privilegiada, uma vez que fica ao lado das estações do Metro e de comboios de S.Bento, bem como de diversas paragens de autocarro (STCP).

Relativamente à acessibilidade pedonal é de referir que, com as alterações efetuadas, a rua dá prioridade às deslocações por modos suaves, pedonais ou cicláveis.

Em primeiro lugar porque o acesso automóvel passa a ser condicionado a cargas e descargas, e em segundo porque os anteriores passeios, com lancis muito altos, deram lugar a uma via ampla, reforçada pelo seu aspeto visual contínuo.

Esta medida promove quer o seu atravessamento em detrimento da rua Mouzinho da Silveira, quer um design inclusivo, mais justo para todos, conferido pela escolha de um pavimento seguro - regular e pouco escorregadio - pelos trajetos formalizados, mais largos para peões e pelo ligeiro desnível entre plataformas, permissivo para qualquer indivíduo.

4.3.15.4. Conforto e imagem

A rua das Flores, após a sua reabilitação, através da sua nova imagem, conforto e dinâmica, atrai quem por ali passa e torna-se competitiva em relação à Rua Mouzinho da Silveira, a rua paralela, até ali mais procurada e chamativa pela sua morfologia - mais larga e com grande permeabilidade visual.

Entregue agora às pessoas, encontra-se uma grande variedade de gentes. O seu trânsito condicionado (apenas cargas e descargas) dá primazia às pessoas em detrimento dos automóveis e oferece condições para uma vivência do espaço semelhante à de uma praça.

O constante movimento de pessoas e a sua grande variedade de públicos, transmitem segurança (pelo menos no período diurno).

O impacto automóvel até ali dominante no espaço e impeditivo da dinâmica atual, após a intervenção, foi completamente eliminado. Apenas se assiste a algumas paragens para cargas e descargas, sem qualquer prejuízo para quem passa.

A rua das Flores distingue-se ainda pela arquitetura dos seus edifícios – com fachadas únicas.

No que se refere ao mobiliário urbano assegura a existência de iluminação e de papeleiras, sendo os lugares para sentar garantidos pelo sector privado, que estendem esplanadas para a rua, mas que poderão não estar ao alcance de todos.

4.3.16. PRAÇA DA RIBEIRA

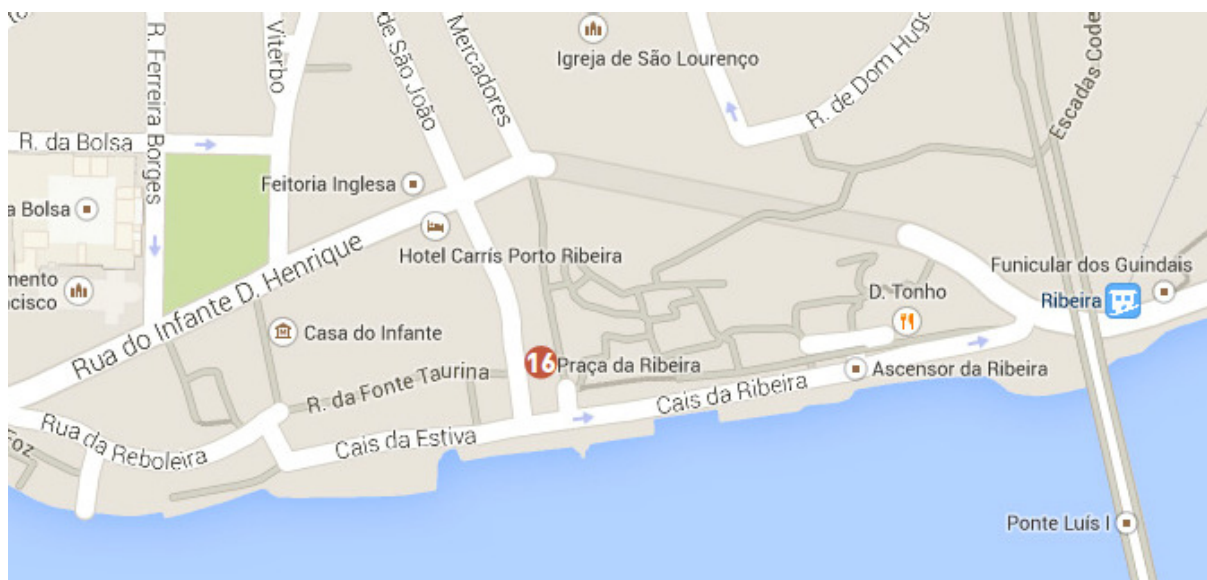


Fig. 66- Localização

Fig. 67 e 68- Praça da Ribeira (Abril de 2015)

4.3.16.1. Sociabilidade

Encontram-se pessoas de todas as idades, homens e mulheres, quer locais, quer estrangeiros. De referir, contudo, que número de turistas é muito significativo.

A maioria convive nos bancos voltados para o rio ou nas enormes esplanadas que se estendem pela praça.

É uma área de movimento e burburinho constantes que quer pela sua dinâmica, quer pelo seu enquadramento paisagístico, convida à estadia.

4.3.16.2. Usos e Atividades

Muito movimento de pessoas de todas as idades. A maioria são turistas e apenas passa e tira algumas fotografias. Outros sentam-se nas grandes esplanadas ou nos bancos em frente ao rio para contemplar a paisagem e descansar. As atividades em redor da praça são sobretudo destinadas ao alojamento (hotéis), cafés, restaurantes e lojas de recordações, totalmente ajustadas ao movimento existente, ainda que se verifique a presença de outras atividades comerciais comuns, como um talho ou mercearia.

De referir a existência de um cais, ponto de partida e chegada de barcos que passeiam pelo rio.

Acontecem alguns eventos pontualmente, sobretudo ao fim de semana e em datas festivas como o São João.

4.3.16.3. Acessos e Ligações

A visibilidade é de certa forma comprometida pelas esplanadas que se estendem por uma grande área da praça.

O acesso a indivíduos com mobilidade reduzida poderá ser dificultado pelo declive das vias de acesso mas no que se refere à infraestrutura e ao pavimento, nota-se um especial cuidado com este aspeto.

Acesso fácil até próximo do local, quer de autocarro, quer de elétrico. Estacionamento (pago) a dois minutos, na Praça do Infante, e a cerca de dez minutos a pé das estações do metro e comboio de São Bento.

4.3.16.4. Conforto e Imagem

A praça é marcada pela paisagem do rio, das pontes e da margem de Gaia. É um lugar curioso porque se, por um lado, é muito portuense, por outro, também, é um lugar além fronteiras, devido às gentes que ali moram e trabalham e ao grande número de turistas que o visitam.

A variedade de pessoas presentes é muito grande.

No que diz respeito à infraestrutura oferece locais para sentar na sua extensão para o cais da ribeira. A iluminação e os locais para depósito de lixo também estão presentes.

A praça é ainda fortemente marcada pelas grandes esplanadas de cafés e restaurantes que se estendem para a rua.

Espaço limpo, cuidado e seguro, em que o impacto do automóvel é praticamente nulo, uma vez que o seu acesso é condicionado.

4.3.17. PRAÇA CARLOS ALBERTO

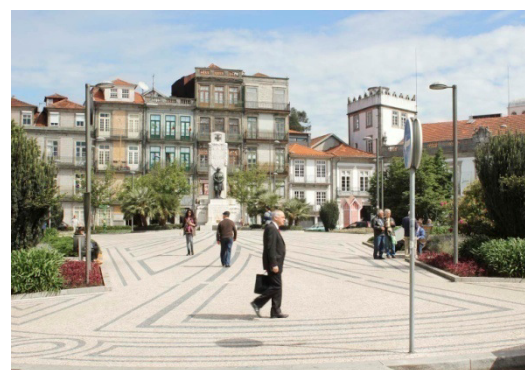
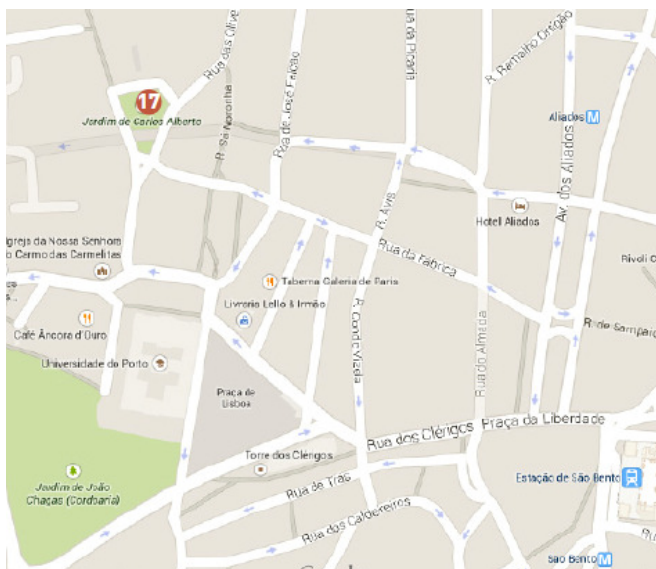


Fig. 69- Localização

Fig.70 e 71- Praça Carlos Alberto (Abril de 2015)

4.3.17.1 Sociabilidade

A Praça Carlos Alberto funciona sobretudo como local de passagem, ponto de encontro e como zona de estadia pouco prolongada, sobretudo em dias de forte exposição solar, devido provavelmente à escassa sombra e grande visibilidade (encarada por vezes enquanto falta de privacidade).

É usado por todas as faixas etárias durante o dia e à noite sobretudo por jovens.

4.3.17.2. Usos e Atividades

O espaço é maioritariamente utilizado enquanto área de travessia entre vias da envolvente. Contudo, é comum encontrar pessoas que permanecem na praça (estadia pouco prolongada), sendo estes homens e mulheres de todas as idades, tal como referido. Muitas vezes encontram-se também pessoas que passeiam por ali o cão.

Na envolvente existe um grande conjunto de atividades comerciais e de serviços, desde logo porque se encontra muito próxima da Rua de Cedofeita. A sua envolvente dá lugar a diversos cafés e restaurantes que estendem as esplanadas para a rua, um espaço cultural – Teatro Carlos Alberto – e serviços de saúde - Hospital do Carmo e uma farmácia.

Frequentemente ocorrem alguns eventos, quer comerciais quer do foro artístico. Todos os Sábados das 12h às 19h instala-se na praça o Mercado Portobelo.

4.3.17.3. Acessos e Ligações

Espaço de grande permeabilidade visual e física, graças a ausência de muros ou vedações e à escassa vegetação de grande porte, havendo como tal, um fácil acesso e boa visibilidade de toda a área a partir da envolvente da praça para o seu interior, e vice-versa.

Apresenta boas entradas, com caminhos largos (bem dimensionados) a partir de seis pontos no limite da praça, convidando, como tal, as pessoas à entrada/ passagem.

Verifica-se, frequentemente, que aqueles que circulam no passeio, mesmo podendo seguir diretamente por ali, sentem-se convidadas a entrar na praça e desviam a sua trajetória.

Permite um fácil acesso a indivíduos com mobilidade reduzida: pavimento em boas condições, de baixo declive, e rampas de acesso em quase todas as entradas.

No que se refere aos modos de chegada à praça: a estação do metro dos Aliados fica a 550 m; encontra-se uma paragem STCP, de autocarro turístico e elétrico na proximidade; parque de estacionamento subterrâneo (pago); e estacionamento para bicicletas próximo - Praça dos Leões.

4.3.17.4. Conforto e Imagem

Forte impacto do tráfego automóvel devido ao facto de a praça apresentar uma pequena área e de por isso mesmo o distanciamento entre o interior da praça e a rua ser muito curto. Além disso a vegetação sendo de pequeno e médio porte também não ajuda na dissolução do ruído automóvel.

Apresenta grande exposição solar, havendo ausência de sombra sobretudo na proximidade dos bancos. Sendo uma área muito aberta, ampla e de leitura imediata de todas as áreas, os recantos são totalmente inexistentes, o que a torna um espaço de pouca privacidade.

Espaço limpo e cuidado, com bancos em número suficiente, papelerias e iluminação.

Oferece também segurança o que se deverá ao facto de ser uma área bastante exposta, movimentada, com um público diverso, e boa iluminação.

4.3.18. PRAÇA DE GOMES TEIXEIRA / PRAÇA DOS LEÕES

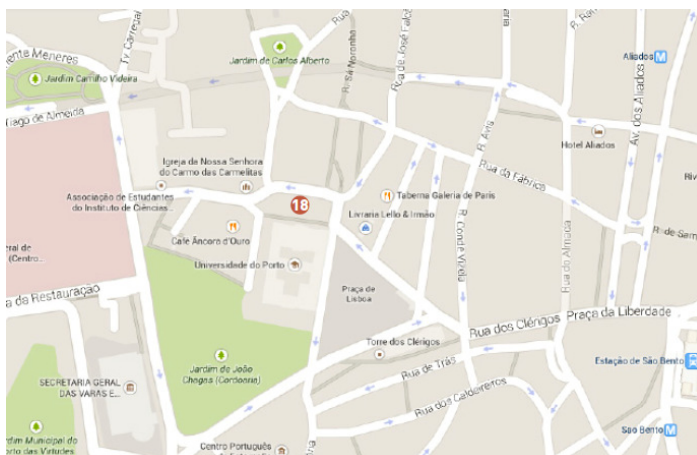


Fig. 72- Localização



Fig.73 e 74- Prç. dos Leões (Abril de 2015)

4.3.18.1. Sociabilidade

A diversidade de pessoas é grande - homens e mulheres de diferentes idades – a maioria, no entanto, quer dos que ali passam, quer dos que ficam, são turistas.

Funciona como local de passagem e muitas vezes de pausa para descansar ou ponto de encontro com alguém. Ao final da tarde é frequente encontrarem-se jovens a andar de skate pela praça. Durante a noite, sobretudo ao fim de semana, funciona similarmente como local de passagem mas também como local de estadia.

4.3.18.2. Usos e Atividades

É um espaço rico em movimento e dinâmico graças ao frenesim constante e à diversidade de pessoas que por ali se encontram.

Alguns usam-no apenas enquanto local de passagem mas ainda assim, muitos utilizam-no enquanto espaço de encontro e sobretudo de estadia pouco prolongada, quer nos bancos no limite da praça, quer junto ao edifício da Reitoria, num pequeno degrau.

Na envolvente encontram-se um conjunto de atividades comerciais e de serviços. Destaca-se a importância da proximidade a cafés e bares, sobretudo no período noturno e a locais turísticos como a Torre dos Clérigos ou a Livraria Lello. Além disso, a Reitoria da Universidade do Porto fica na praça. Já deu lugar a eventos como o FleaMarket (mercado urbano), foi palco de concertos como no Optimus d'Bandada e todos os anos é local de festejos na semana da Queima das Fitas do Porto.

4.3.18.3. Acessos e Ligações

Não existe qualquer tipo de barreira física ou visual, pelo que promove o seu acesso (convida à passagem) e a sua permeabilidade visual é apenas mais escassa a partir do acesso pela Rua Dr. Ferreira da Silva.

É acessível a indivíduos com mobilidade reduzida graças à presença de rampas de acesso nos passeios envolventes, ao pavimento e à topografia.

O acesso à praça é facilitado pela oferta de transportes na envolvente: estação do metro dos Aliados a sete minutos e a seis minutos das estações do metro e comboio de São Bento; autocarros e elétrico junto à praça.

Existência de um parque de estacionamento (pago) nos pisos subterrâneos.

4.3.18.4. Conforto e Imagem

A imagem cuidada da praça e a diversidade de pessoas que ali se encontram são sem dúvida dois elementos de valorização. Será ainda de destacar a sua localização enquanto fator de potencialização – zona central, próxima de diversas atividades e de pontos turísticos.

Espaço limpo em que a manutenção é certamente assegurada, com mobiliário urbano suficiente e seguro.

Pelos aspetos referidos, o impacto automóvel, ainda que notório, tem uma importância reduzida.

4.3.19. PRAÇA DA CORDOARIA

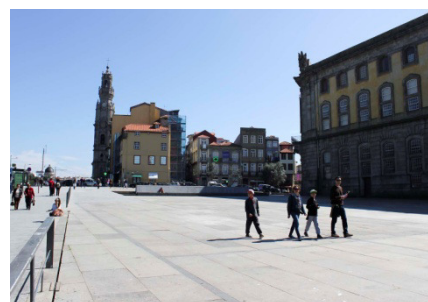
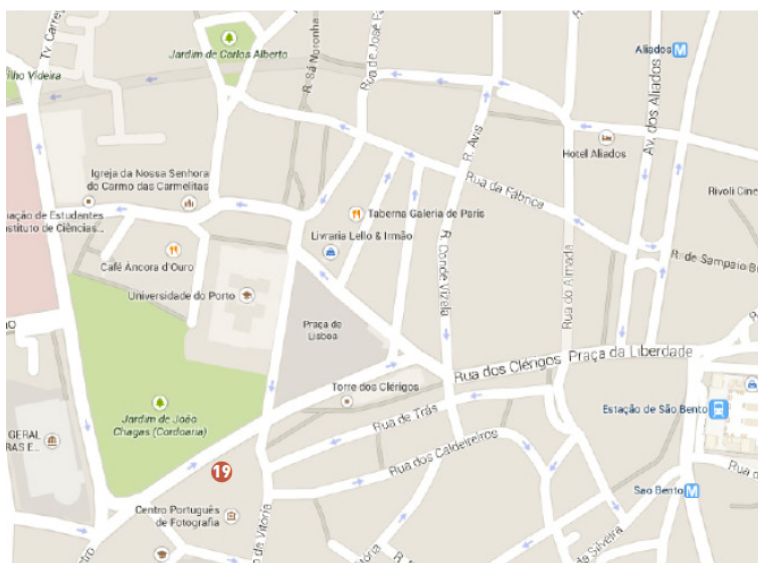


Fig. 75- Localização

Fig. 76 e 77- Praça da Cordoaria (Abril de 2015)

4.3.19.1. Sociabilidade

A maior parte das pessoas usa a praça enquanto espaço de passagem. Muitos turistas, grande parte das vezes em grupo e alguns locais que atravessam ou param para uma estadia pouco prolongada. Os que passam são homens e mulheres de todas as idades.

No período da tarde é frequente encontrar-se por ali um grupo de crianças e jovens.

4.3.19.2. Usos e Atividades

A praça é muito ampla, sendo que a maioria da sua área encontra-se sempre vazia. Os que passam, por vezes, cruzam-na, e os que ficam, normalmente param junto aos bancos de granito, nos seus extremos. Encontram-se pessoas de todas as idades, homens e mulheres mas o seu uso mais interessante será o dado por crianças e jovens que ali brincam e jogam à bola durante a tarde. Umas vezes sozinhas e outras supervisionadas pelos mais velhos que aproveitam para ler uma revista ou simplesmente ficar a olhar.

Situa-se na praça o Centro Português de Fotografia e encontram-se próximos a escola artística e profissional “Árvore”, o Mosteiro São Bento da Vitória, ocupado regularmente com eventos e atividades culturais, o Tribunal Relação do Porto e as já vulgares atividades comerciais como cafés e restaurantes.

Dá constantemente lugar a eventos de diversos tipos. Todos os domingos de manhã recebe a feira dos pássaros e, recentemente, tal como a Praça D. João I, tem acolhido o torneio “A Magia do Futebol de Rua”.

4.3.19.3. Acessos e Ligações

Ausência de qualquer tipo de barreira física e visual, pelo que a sua acessibilidade é plena, incluindo para indivíduos com mobilidade reduzida, graças às condições oferecidas.

No que se refere à oferta de transportes públicos e estacionamento é em tudo semelhante à situação descrita para a Praça de Lisboa devido à sua proximidade.

4.3.19.4. Conforto e Imagem

Aspeto limpo e cuidado. Presença de bancos de granito em torno da praça e voltados para o seu interior. Papeleiras apenas no limite do passeio e a iluminação escassa.

A sua boa imagem, diversidade de pessoas e movimento, convidam à passagem e até à estadia, podendo ser apenas desconfortável em dias de grande exposição solar e por períodos prolongados.

A presença automóvel na sua proximidade é sentida, no entanto não será um entrave à sua utilização. Espaço seguro.

4.3.20. CASA DA MÚSICA (ENVOLVENTE)

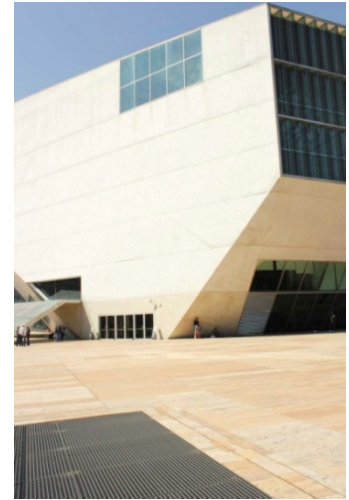
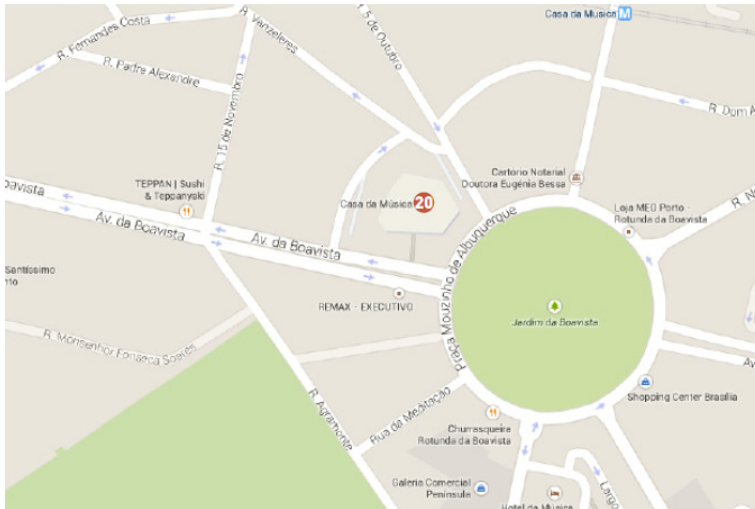


Fig.78- Localização
Fig.79 e 80- Casa da Música (Abril de 2015)

4.3.20.1. Sociabilidade

Encontram-se pessoas de todas as idades, portugueses e estrangeiros, homens e mulheres, sozinhos ou em grupo, o que confere uma grande dinâmica ao espaço, acrescida ainda pela constante passagem de pessoas no período diurno.

É utilizada também enquanto espaço de estadia curta, ponto de encontro e estadia prolongada, no caso de um grupo em particular – jovens, sobretudo skaters.

4.3.20.2. Usos e Atividades

A envolvente da casa da música tem um grande movimento de atravessamento. A maioria das pessoas apenas utiliza o espaço com esse fim, outros utilizam-no como espaço de estadia pouco prolongada, junto à escadaria de entrada, ponto de encontro, ou estadia mais longa, no caso de grupos de jovens e skaters que se distribuem pela ondulação no seu torno.

O espaço adquire uma imagem e dinâmica singulares graças à presença dos skaters que circulam pelo espaço, em perfeita harmonia com aqueles que passam ou esperam alguém, tornando inevitável desviar o olhar.

No que se refere às atividades na envolvente encontram-se escritórios de diversas empresas, serviços e comércio, sobretudo cafés e restaurantes. Há uma forte ligação da envolvente da casa da música com as atividades no interior. De referir a existência de um bar no piso inferior da casa e a ocorrência de eventos como concertos, promovidos pela casa da música, no seu exterior.

4.3.20.3. Acessos e Ligações

Não existe qualquer tipo de barreira física ou visual sendo convidativa à passagem. O acesso é assegurado a todos, incluindo indivíduos com mobilidade reduzida.

Encontram-se disponíveis diversos transportes públicos na sua proximidade: autocarros e metro a cerca de cinco minutos. Existe ainda um parque de estacionamento (pago) nos pisos inferiores.

4.3.20.4. Conforto e Imagem

A imagem do espaço é desde logo singular pelo edifício icónico que ali se encontra - a Casa da Música – e que contrasta com a arquitetura da envolvente edificada. A envolvente, em redor da casa define-se por uma zona pavimentada, ampla e que se adapta a diversas utilizações.

A sua morfologia e adaptabilidade permitiu que jovens skaters, frequentemente em grupo, utilizem o espaço para aquela atividade e também como espaço de convívio.

As características do espaço e a sua dinâmica desviam sem dúvida o olhar e convidam à passagem. No que se refere à estadia, na ausência de mobiliário urbano para sentar, os espaços que restam são de apropriação informal, quer na escadaria, quer nas diversas ondulações que a caracterizam, sendo por isso pouco convidativos a um público mais velho.

Espaço limpo, cuidado e seguro em que o impacto automóvel, apesar de bastante notório, perante a dinâmica do espaço passa despercebido.

4.4. ANÁLISE DAS FORMAS DE APROPRIAÇÃO INFORMAL

4.4.1. SELEÇÃO DOS CASOS DE ESTUDO

A análise primária dos espaços, realizada por observação participante sem conhecimento dos observados, entre os dias vinte a vinte e seis do mês de Abril, acompanhada por um registo fotográfico realizado no mesmo período, permitiu identificar lugares de apropriação informal.

Pelas formas de vida pública que se desenrolam nos espaços observados foram desde logo selecionados lugares com maior apetência para o que se viria a estudar, sendo estes: o Parque da

Cidade, Jardim de S. Lázaro, Praça da Batalha, Praça do Marquês de Pombal, Praça da República, Praça dos Leões, Praça da Cordoaria, Casa da Música e Jardim do Passeio Alegre.

Contudo, um destes lugares – o Jardim do Passeio Alegre - não apresentou, no período que se seguiu, condições que propiciassem a análise aprofundada que se pretendia, talvez por se tratar de um lugar de apropriação informal muito esporádica, tendo sido por isso o seu estudo posto de parte. Num outro caso, a Praça da Batalha, apresentava características muito semelhantes a outro local de estudo- a Praça dos Leões - pelo que se terá selecionado aquele que aparentemente teria uma maior presença da atividade em estudo.

Posto isto, os locais de estudo submetidos a uma segunda análise, posteriormente, terão sido: o Parque da Cidade, o Jardim de S. Lázaro, a Praça do Marquês de Pombal, a Praça da República, Casa da Música, Praça da Cordoaria e a Praça dos Leões, reunindo-se assim sete casos de estudo com características claras daquilo que se pretendia estudar, tendo sido dado maior destaque a formas de apropriação informais com algum cariz de repetitividade e em espaços públicos de tipologia bem definida e que se revêem enquanto espaços encontrados e espaços abertos.

A outra tipologia identificada - espaços de proximidade - pelas suas características – espaço de ligação entre o interior e exterior, sendo por isso uma apropriação quase que natural, não terá sido alvo de uma análise tão aprofundada, contudo, a partir das visitas aos diferentes espaços referidos no ponto anterior e dos percursos realizados entre eles, identificam-se alguns destes espaços e apontam-se características que os distinguem dos outros espaços de apropriação.

Será de referir que tal opção não se trata de uma desvalorização destes últimos mas sim de uma adaptação da metodologia àquilo que seria ou não necessário, pelo que, nestes casos, não se justificaria a realização de entrevistas de forma a perceber o que está por trás daquelas formas de apropriação, sendo a sua observação suficiente.

4.4.2. ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS

4.4.2.1. Parque da Cidade



Fig. 81, 82, 83 e 84- Atividades de apropriação informal: Parque da Cidade (Maio/ Junho de 2015)

A presença de um público diversificado no Parque da Cidade confirma-se ainda na segunda fase do estudo, onde são aplicados os questionários orientadores das entrevistas. Contudo, foram apenas entrevistados jovens, uma vez que as formas de expressão de apropriação informal, talvez fossem mais claras nestes casos.

Pelos resultados obtidos nas entrevistas, a área de afetação do parque é muito grande, o que se justificará, aliás, pelo facto de se tratar de um parque urbano. Encontram-se assim, com grande facilidade, residentes do Porto e Matosinhos, mesmo de pontos mais distantes.

Os entrevistados utilizam o parque da cidade sobretudo para praticar exercício físico e conviver. Os primeiros, transportam consigo até ao parque equipamento de musculação e poderá dizer-se que utilizam o parque para praticar exercício físico e socializar, à semelhança de um ginásio, mas ao ar livre, e para o qual têm de levar equipamento próprio.

Os segundos, também jovens, faziam pela altura da entrevista, um picnic no parque, o que terá sido potenciado pelas condições meteorológicas daquele dia – sol e temperatura elevada – e pelo facto de ser fim-de-semana.

Todos os entrevistados referem não utilizar outros espaços públicos da cidade para a atividade que praticavam, no entanto, a regularidade da sua utilização é muito variável, de rara a diária, sendo que dois dos cinco entrevistados referem utilizar o espaço mais do que uma vez por semana.

O período de permanência é em todos os casos superior a meia hora, e, muitas vezes, tal como afirmam, de uma ou mais horas, sendo como tal, pelas entrevistas, atividades associadas a períodos longos.

Quanto ao porquê da escolha daquele local, todos os entrevistados referem-no como local de encontro, que responde às suas próprias necessidades, que se adapta ao uso que pretendem, confortável e agradável, e facilmente acessível. Quatro dos cinco entrevistados elegem-no ainda pela sua proximidade à residência, local de trabalho ou alguma atividade, e três apontam-no enquanto espaço com significado.

A maioria refere que não falta nada no parque e todos eles afirmam que não há necessidade de qualquer intervenção. É frequente, no entanto, quer pela observação do espaço, quer pelas entrevistas efetuadas, presenciar-se uma adaptação dos sujeitos ao espaço com elementos diretamente relacionados com a atividade que pretendem ali exercer.

De referir o elevado grau de ligação ao espaço de todos os entrevistados, inclusive aqueles que referem anteriormente que o espaço não tem para eles significado, variando assim entre os oito e os dez pontos (numa escala de zero a dez).

4.4.2.2. Jardim de S. Lázaro



Fig. 85, 86, 87 e 88- Apropriação Informal: Jardim de S. Lázaro(Maio/ Junho de 2015)

O Jardim de S. Lázaro é diariamente utilizado por idosos do sexo masculino, para jogar cartas, sendo como tal, esse, o perfil dos entrevistados. Entre os seis entrevistados, três revelam utilizar outros espaços com a mesma finalidade e outros três não.

A maioria utiliza o espaço com frequência, sobretudo mais do que uma vez por semana.

No que se refere ao motivo da utilização daquele espaço, consideram-no todos facilmente acessível e a maioria aponta-o ainda como confortável e agradável, espaço que responde às suas necessidades e que se adapta ao uso que pretendem.

Apenas um dos entrevistados, quando questionado, considera que não falta nada naquele espaço. Dos outros cinco, quatro apontam para a falta de quartos de banho, e um para a falta de mais mesas e bancos, pelo que gostariam de uma intervenção por parte da Câmara Municipal.

As respostas dividem-se também no que toca ao sentido de pertença ao espaço, no entanto, quando questionados acerca do seu grau de ligação verifica-se que autoavaliam-no, em todos os casos, com pontuação superior a cinco pontos, sendo as respostas mais frequentes, correspondentes ao grau sete e grau nove.

4.4.2.3. Praça/Jardim do Marquês de Pombal Marquês



Fig. 89, 90, 91, 92 –Apropriação Informal: Jardim do Marquês(Maio/ Junho de 2015)

Tal como referido anteriormente, e pela descrição já efetuada, na Praça do Marquês de Pombal, à semelhança do Jardim de S. Lázaro, verifica-se a presença constante de idosos do sexo masculino a jogar cartas durante o período da tarde, sendo esse, como tal, o perfil dos entrevistados.

A maioria reside perto da praça e dos sete entrevistados apenas dois deles afirmam utilizar outros espaços públicos da cidade com a mesma finalidade. Todos eles utilizam-no com grande frequência: mais do que uma vez por semana ou todos os dias, isto claro, sempre que as condições meteorológicas o permitem, uma vez que se trata de um local desprotegido.

A maioria permanece por ali durante horas, quer a jogar, quer a ver jogar, havendo assim alguma rotatividade.

Se para alguns destes utilizadores o motivo da escolha daquele local se relaciona com a proximidade (5 entrevistados), para outros não, pelo que existem em ambos os casos outros motivos para a sua escolha, sendo estes, sobretudo, o facto de funcionar como local de encontro, de responder às necessidades e de ser facilmente acessível. Apenas dois dos questionados referem que o espaço adapta-se ao uso que pretendem e há apenas uma resposta afirmativa relativamente ao facto de ser confortável/ agradável e com significado.

Cinco dos entrevistados consideram que o espaço apresenta carências, sendo as mais frequentes a falta

de casas de banho e de abrigos e num dos casos, de mais mesas e bancos, pelo que gostariam que a Câmara Municipal do Porto fizesse alguma intervenção nesse sentido.

Um dos entrevistados que respondeu negativamente à falta de elementos no espaço, referiu, no entanto, posteriormente, que poderia ser aproveitado o espaço da antiga biblioteca, atualmente abandonado, para a colocação de mesas, servindo assim como local de abrigo.

De referir que neste espaço, existe desejavelmente infraestrutura ou mobiliário urbano que suporte a atividade em causa, sendo a única forma de adaptação ao espaço físico a colocação de cartões de forma a permitir “bater” as cartas na mesa e a evitar molhá-las em dias em que choveu anteriormente. É nesses cartões que registam também os resultados dos jogos.

No que se refere ao sentido de pertença ao espaço, quatro dos entrevistados responderam afirmativamente e três negativamente, não há contudo uma concordância das respostas anteriores à questão relativa ao grau de ligação ao espaço, ou seja, identificam-se casos que apontam para um sentido de pertença mas com grau de ligação baixo e casos em que não é reconhecido pelo entrevistado esse sentido de pertença mas em que a autoavaliação do grau de ligação ao espaço é elevada. Como tal, obteve-se um conjunto de respostas diversas relativas a esta última questão e curiosamente, todas elas de graus diferentes, variando entre os três e os dez pontos. Contudo, quatro das respostas dadas variam entre o grau sete e o grau dez.

4.4.2.4. Praça da República



Fig. 93 e 94- Apropriação Informal: Praça da República (Maio/ Junho de 2015)

Mais uma vez, a forma de apropriação do espaço mais evidente corresponde a uma utilização regular do espaço, por idosos do sexo masculino, para jogar às cartas.

Dos quatro inquiridos apenas um deles reside longe da praça. Nenhum deles utiliza outros espaços na cidade com a mesma finalidade e todos utilizam o espaço com bastante regularidade: mais do que uma vez por semana ou mesmo todos os dias, durante o período da tarde.

Permanecem durante horas na praça. A maioria escolhe-o porque é próximo da residência mas todos apontam outros motivos para a sua escolha, sendo os mais frequentes o seu fácil acesso, o facto de funcionar como local de encontro, responder às necessidades de cada um, de se adaptar ao uso que pretendem e de ter significado para os questionados.

A apropriação deste espaço, pela falta de infraestrutura e mobiliário urbano na praça, exige para além de uma adaptação diretamente relacionada à atividade, uma adaptação ao espaço físico. Uma vez que não existem na Praça da República mesas e bancos para que possam jogar cartas, adaptam-se aos bancos de jardim corridos, onde atravessam uma tábua de madeira e sentam-se dois a dois, ora nos bancos, ora nas tábuas de madeira. Quando questionados, explicam que as tábuas são todos os dias guardadas de baixo da copa das árvores, e que, por vezes, são roubadas.

Naturalmente, referem-se todos à falta de mesas no local, pelo que gostariam que houvesse uma intervenção nesse sentido.

As opiniões dividem-se no que toca ao sentido de pertença ao espaço, no entanto, todos revelam um elevado grau de ligação àquele sítio: três dos questionados avaliam-no com grau dez e um com grau nove.

4.4.2.5. Praça dos Leões



Fig. 95, 96 e 97- Apropriação Informal:
Praça dos Leões (Maio/ Junho de 2015)

A atividade de apropriação informal associada a este espaço, é, tal referido, a prática de skate por jovens, sobretudo do sexo masculino. Os quatro entrevistados são todos eles rapazes, com idades entre os dezassete e os vinte e cinco anos e residentes nos concelhos do Porto e Gaia.

Afirmam todos utilizar o espaço para outras atividades para além de andar de skate e que usam outros espaços na cidade com a mesma finalidade. A maioria, à exceção de um dos entrevistados, anda de skate na praça regularmente - todas as semanas ou mais do que uma vez por semana - durante o período da tarde, e quer em dias de semana, quer ao fim de semana. Permanecem habitualmente por mais de meia hora e o motivo da escolha daquele local está associado sobretudo ao fácil acesso, à proximidade ao local de residência, trabalho ou outra atividade, ao facto de funcionar como local de encontro, de se adaptar ao uso que pretendem e pelo seu significado.

Quando questionados, nenhum dos entrevistados identifica falhas infraestruturais no espaço ou a necessidade de uma intervenção naquele local. No entanto, todos referem que faz falta um skatepark na cidade.

A maioria sente que de facto aquele espaço também lhes pertence e a autoavaliação do grau de ligação ao espaço é, em todos os casos, elevada - de oito a nove pontos.

4.4.2.6. Praça da Cordoaria



Fig.98, 99 e 100 -Apropriação Informal:
Praça da Cordoaria (Maio/ Junho de 2015)

Os seis entrevistados são todos crianças e jovens que utilizam a praça, sobretudo, para jogar futebol. Ainda que os entrevistados sejam do sexo masculino, por vezes, também, se encontram meninas no espaço que ali brincam e jogam futebol com os rapazes.

A frequência dos questionados no espaço é regular: todos os dias ou mais do que uma vez por semana, durante a tarde, e quer durante a semana, quer ao fim de semana, a maior parte das vezes, durante algumas horas.

Para além da proximidade ao local de residência como motivo da escolha daquele espaço, todos apontam outros motivos para a sua escolha, tais como: o fácil acesso e o facto de funcionar como local de encontro e de se adaptar ao uso que pretendem, características essas referidas por todos.

A maioria considera que não falta nada no espaço, e, como tal, que não haverá necessidade de qualquer intervenção por parte da Câmara Municipal ou da Junta de Freguesia. Contudo, dois dos rapazes, mais novos, referem a falta de um campo de futebol naquela área e que por isso gostariam de uma intervenção nesse sentido.

Respondem quase todos afirmativamente no que toca ao sentido de pertença ao espaço e, metade das respostas relativas ao grau de ligação revelam um grau de ligação elevado (de sete a nove pontos), outra metade, refere-se ao grau máximo de ligação (dez pontos).

4.4.2.7. Casa da Música



Fig. 101, 102, 103 e 104 - Apropriação Informal:
Casa da Música (envolvente)(Maio/ Junho de 2015)

Os entrevistados são todos rapazes e utilizam o espaço sobretudo para andar de skate. Ainda que pouco frequente admite-se a presença de raparigas que também o façam naquele espaço, contudo, nos dias em que decorreram as entrevistas não estavam presentes, motivo pelo qual só terão sido entrevistados jovens do sexo masculino. A idade dos seis entrevistados varia entre os treze e trinta e três anos e a sua origem é também diversa: Boavista, Lapa, S. Roque, Paranhos, Gaia, sendo por isso a sua abrangência muito vasta. Utilizam o espaço durante a tarde, normalmente por um período prolongado e a maioria quer ao fim de semana, quer durante a semana.



A maior parte dos entrevistados utiliza o espaço com regularidade e revela utilizar outros espaços na cidade com a mesma finalidade.

Os motivos da escolha daquele local prendem-se sobretudo com questões relativas ao fácil acesso e pelo facto de responder às necessidades, tal como referido pelos seis entrevistados. Grande parte considera ainda que se adapta ao uso que pretendem, que se trata de um espaço confortável e agradável, com significado e que funciona também como espaço de encontro.

Um dos entrevistados refere que faltam naquele espaço, bancos ou infraestrutura relacionada com a prática do skate, como corrimões, e, apontam todos para a falta de um skatepark na cidade.

A única forma de adaptação ao espaço está diretamente relacionada com a atividade que exercem, materializada pelo skate.

Quatro dos questionados responde de forma afirmativa relativamente ao sentido de pertença ao espaço. À exceção de um dos entrevistados, todos avaliam positivamente o seu grau de ligação àquele lugar, sendo as pontuações mais frequentes seis e dez pontos.

De referir, que numa das entrevistas, quando questionado acerca do significado daquele espaço para si, o entrevistado respondeu prontamente que foi ali que aprendeu a andar de skate. Alguns foi ali que aprenderam, e outros, que levam a prática do skate a um nível superior e que religiosamente vão ali todos os dias, é ali que ensinam os mais novos e convivem com outros, com gostos e interesses semelhantes.

O ambiente criado naquele lugar graças à dinâmica gerada pela atividade descrita, enriquece sem qualquer dúvida aquele espaço. Convive em plena harmonia com aqueles que ali passam e chamam a atenção de qualquer um, tornando impossível não desviar o olhar.

4.4.2.8. Outros espaços de apropriação informal

Tal como referido anteriormente, aos diferentes casos já descritos, de espaços públicos de tipologia bem definida, acrescenta-se um outro tipo de espaços, também lugar de apropriação informal mas grande parte das vezes de tipologia de certa forma indefinida e sobretudo de fronteira entre o interior e o exterior de edifícios, por vezes assinalados por elementos arquitetónicos.

Estes espaços, pelo seu cariz de proximidade e extensão das atividades do interior para o exterior, e, noutros casos, local de encontro, pela sua visibilidade ou localização, acabam por corresponder a uma apropriação informal com um cariz de menor espontaneidade e, como tal, não será essencial avaliar a perceção das pessoas a estes espaços, pelo que, a sua análise restringe-se à observação e ao registo fotográfico. A partir da identificação de alguns destes espaços, do levantamento fotográfico que os assinala e da sua comparação, procura-se, à semelhança dos espaços anteriores reunir um conjunto de características que os definem e distinguem.

Os espaços aqui referidos e ilustrados pelas imagens que se apresentam de seguida, são alguns exemplos destes espaços na cidade, mas, poderiam ser aqui identificados muitos outros com características similares.



Fig. 105, 106, 107, 108 - Espaços de Proximidade (Maio/ Junho de 2015)

4.4.3. SÍNTESE CONCLUSIVA

Pela análise dos dados obtidos e descritos anteriormente, para cada um dos espaços, identificam-se diferentes cenários, alguns com características distintivas, outros, com aspetos similares, que permitem identificar diferentes tipos de espaços de apropriação, de encontro ao apontado pela literatura revista.

O Parque da Cidade será um caso particular, totalmente distinto dos outros, não só do ponto de vista das características do espaço, como das atividades que ali se decorrem e do público que as realiza, mais diverso que em todos os outros casos.

Reconhece-se desde logo que se trata de um espaço projetado para que assim o seja, pelo que será, desta forma, um espaço em que a sua abertura permite que se adapte aos desejos e necessidades de um público diverso.

O seu conceito e a sua informalidade parecem ser reconhecidos e interpretados pela maioria dos seus utilizadores, pelo que geralmente não apontam grandes falhas do ponto de vista infraestrutural ou para a necessidade de qualquer intervenção. Contudo, segundo a entrevista na Divisão de Parques e Jardins da Câmara Municipal do Porto, chegam, por vezes, pedidos de parques infantis e circuitos de manutenção no parque.

Em outros espaços como a Praça do Marques de Pombal, o Jardim de S. Lázaro, a Praça da República, a envolvente da Casa da Música, a Praça da Cordoaria e a Praça dos Leões, as atividades de apropriação informal de maior expressão que ali decorrem, correspondem sobretudo a um grupo em particular: nos três primeiros casos, idosos do sexo masculino, e nos outros, maioritariamente rapazes. Estes espaços distinguem-se desde logo do anterior pela presença de um grupo e de uma atividade de apropriação informal específica. Contudo, poderão a partir dos dados recolhidos, quer por observação dos diferentes espaços, quer pelas entrevistas, ser apontadas outras características que os distinguem entre si. Os três primeiros espaços, que dão lugar a jogos de cartas durante o período da tarde distinguem-se sobretudo no que se refere ao mobiliário urbano e à maior ou menor necessidade de adaptação ao espaço físico. No caso do Marquês, o jardim apresenta um conjunto de mesas e bancos de granito, mobiliário fixo, que suportam a atividade, contudo, ainda assim, como o seu material é de algum modo desconfortável, adaptam-no ao que pretendem, colocando cartões sobre a mesa. A maioria dos entrevistados, tal como referido, aponta, no entanto, para outras carências como falta de quartos de banho públicos e de abrigos, sugerindo como solução deste último, o edifício da antiga biblioteca existente na praça e atualmente abandonado.

Já no Jardim de S. Lázaro, tal como questionado no local e posteriormente confirmado também em conversa na Divisão de Parques e Jardins da Câmara Municipal do Porto, as mesas e cadeiras de plástico ali existentes, uma vez que o jardim requer um funcionário que abra e feche os seus portões, ficam guardadas debaixo do coreto e são diariamente colocadas no exterior, para utilização. A maioria,

à semelhança do Marquês, aponta também para a falta de quartos de banho públicos.

Se nos exemplos anteriores o mobiliário de que necessitam, fixo ou móvel, está presente, no caso da Praça da República, uma vez que não existem mesas, aqueles que diariamente vão até à praça, para jogar cartas, têm de se adaptar ao espaço e à infraestrutura. Como tal, atravessam tábuas de madeira nos já antigos bancos de jardim e com dois assentes nos extremos da tábua e outros dois nos extremos do banco ali jogam cartas num equipamento totalmente improvisado. Conforme esperado, quando questionados acerca da necessidade de uma intervenção no espaço e de quê, todos apontam para a falta de mesas, pelo que gostariam de uma intervenção por parte da Câmara Municipal nesse sentido.

Os resultados obtidos na envolvente da Casa da Música e na Praça dos Leões são bastante similares. Ainda que a maioria não aponte para a necessidade de uma intervenção no espaço em causa, todos referem a necessidade de um skatepark no Porto, sentindo-se de certa forma frustrados por um uso repetitivo de espaços que não estão desenhados para esta prática e em que, como tal, a oferta de equipamento apropriado como corrimões e caixas, não existe. A sua utilização acaba por ficar limitada a bancos ou rampas, tornando-se monótona ou menos interessante e muitos, encaram essa falta de infraestrutura devida como uma forma de discriminação da sua atividade.

Relativamente à Praça da Cordoaria, tem características semelhantes aos dois exemplos anteriores, pela presença maioritária de jovens do sexo masculino, mas, também, características distintivas, quer pela atividade – jogar futebol – quer pela proximidade ao espaço, uma vez que todos residem na envolvente. Segundo os dados obtidos pelas entrevistas, a maioria reconhece que ainda que o espaço não tenha características próprias para a sua prática, adapta-se ao uso que pretendem e não identificam como relevante a necessidade de uma intervenção.

Para além destes, são ainda identificados outros espaços de apropriação informal, associados à fronteira entre o interior e exterior dos edifícios, com características também distintas dos anteriores.

Reúnem-se de seguida alguns dos aspetos que caracterizam cada um dos diferentes tipos de espaços de apropriação informal, a que poderá associar-se diferentes naturezas e graus de apropriação:

Espaços de proximidade

- Espaço exterior de proximidade ao interior edificado;
- Presença de elementos arquitetónicos como escadas, alpendres, etc.;
- Por vezes, presença de elementos de personalização do espaço;
- Funcionam como uma extensão das atividades do interior para o exterior.

No caso de ambientes ligados à casa ou a atividades comerciais, caracterizam-se, muitas vezes, pela presença de elementos que assinalam a apropriação, confundindo-se com a personalização. Noutros casos, por uma estadia informal, no caso de espaços de maior acesso público.

Espaços abertos

- Espaço maioritariamente indeterminado;
- Espaço planeado para acolher diferentes atividades;
- Caracteriza-se pela presença de áreas amplas e de cariz maioritariamente funcional, em lugar de áreas de enquadramento ou de circulação;
- Ainda que se identifiquem elementos de apropriação formal como equipamentos, a apropriação informal no espaço é significativa;
- Pode ser uma apropriação esporádica;
- Ocorrem diversas atividades de apropriação informal simultaneamente;
- Encontram-se elementos de adaptação mas, sobretudo, diretamente relacionados com a atividade: bolas, alteres, livros, cartas, etc. – Elementos de adaptação ao uso.

Espaços encontrados

- O seu uso é mais repetitivo/ rotineiro;
- Encontram-se muitas vezes elementos de adaptação ao espaço para colmatar as suas falhas, ainda que também de adaptação ao uso, os primeiros tendem a ser mais expressivos;
- Espaços com uma certa indeterminação mas, grande parte das vezes, caracterizados por elementos de enquadramento;
- Espaços com grande expressão de uma atividade específica de apropriação informal.

Contudo, se por um lado se identificam características distintivas destes espaços, por outro, poderá desde logo referir-se que há normalmente um elevado grau de ligação ao espaço, geralmente associado a um sentido de pertença e que poderá ou não estar associado à regularidade da sua utilização, sobretudo, nos dois últimos espaços e, nos primeiros, provavelmente, quando relacionados com a área da habitação.

Será de referir desde logo que tal como apontado, encontram-se, muitas vezes, para os diferentes casos, elementos de adaptação, que poderão estar apenas relacionados com a atividade que ali se desenrola ou enquanto marcação de um lugar, ou, noutros casos, também, formas de adaptação que procuram colmatar falhas infraestruturais.

Se por um lado as primeiras são desejáveis, uma vez que manifestam alguma criatividade e capacidade de adaptação do lugar às suas necessidades, as segundas, revelam desde logo problemas do cariz do planeamento, projeto e/ ou de gestão, uma vez que não haverá um entendimento destas utilizações e uma preocupação com os desejos dos seus utilizadores. Contudo, ainda em casos em que a adaptação ao espaço físico e a necessidade de intervenção não é evidente, deve-se sempre ouvir os seus utilizadores, perceber o que desejam naqueles espaços, e também, se os motivos por trás daquelas formas de apropriação informais revelam a falta de infraestruturanoutros contextos.

No fundo, deve-se sempre tentar perceber se as atividades de apropriação informais em causa, manifestam e revelam apenas desejos dos seus utilizadores ou, também, necessidades dos espaços (desapropriados) ou de espaços (apropriados).

4.4.4. PROPOSTA METODOLÓGICA DE INTERVENÇÃO PERANTE OS DIFERENTES CONTEXTOS DE APROPRIAÇÃO INFORMAL

Tendo como referência os casos de estudo descritos anteriormente, as suas características, e alguns dos conteúdos revistos na literatura, torna-se evidente que, tal como referido, existirão manifestações de apropriação informal em que haverá necessidade de intervenção, ou, pelo menos, será desejável que assim o fosse, e outras em que não. No fundo, a questão essencial será: em que casos é que essas práticas revelam apenas um “desejo de” ou vão além disso e manifestam uma necessidade?

Perante isto será necessário perceber o que está por trás das diversas formas de apropriação informal, qual o seu contexto, e detetar ou não a necessidade de intervir sobre o espaço em que decorrem. E nesse caso, como deve, então, ser feito.

Com base no estudo desenvolvido e, complementarmente, em estratégias de planeamento voltadas para um conjunto de preocupações, que deverão ser tidas em conta para que um espaço seja de facto um bom lugar, sugere-se a seguinte metodologia de intervenção em espaços de apropriação informal:

1. **Observação e identificação** de atividades de apropriação informal nos espaços. Numa primeira fase será necessário perceber se de facto ocorrem atividades deste tipo.
2. No caso desse espaço apresentar características de um **espaço de proximidade** (ver 3.4.3.) será à partida, um espaço sem necessidade de intervenção, uma vez que se trata de um espaço de apropriação informal por natureza.
3. Não se tratando de um espaço com essas características deve-se repetir a sua observação (em diferentes períodos) e, complementarmente, de forma a perceber o contexto daquelas manifestações de apropriação informais, realizar **entrevistas** aos atores envolvidos. Por esta altura haverá um conjunto de questões essenciais a dar resposta como: o perfil dos utilizadores e destas utilizações (distância a que reside, frequência de utilização e período), a identificação ou não de carências naquele espaço (e quais), a perceção do grau de ligação dos indivíduos àquele espaço e, a vontade ou não de uma intervenção por parte da Câmara Municipal, por exemplo.
4. Com base nas **respostas obtidas** e na **observação** deve-se esclarecer o seguinte: as apropriações informais em causa manifestam apenas um **desejo dos utilizadores** de desenvolver uma determinada atividade ou também **carências do espaço** em que se desenrola ou de outros espaços na cidade?

Perante isto identificam-se os diferentes cenários encontrados nas tabelas seguintes.

Tabelas 4 e 5- Cenários encontrados e formas de atuação

Se	Se
- ocorrem diferentes atividades de apropriação informal com frequência e até simultaneamente;	- se observa sobretudo uma forma particular de apropriação informal, geralmente por um grupo específico e com grande regularidade.
- as atividades/manifestações de apropriação informal revelam uma adaptação apenas relacionada com a atividade;	
- através das entrevistas, a maioria refere não haver necessidade de qualquer intervenção.	
ESPAÇO ABERTO	ESPAÇO ENCONTRADO
O conceito inerente à criação e ao desenho destes espaços suscita que decorram atividades de apropriação informal. Não haverá necessidade de intervir.	Nesses casos é necessário perceber, caso a caso, se há apenas uma adaptação relacionada com atividade em causa, ou, também, à infraestrutura presente no espaço.

No caso de se tratar de um **espaço encontrado** surgem então diferentes situações:

ESPAÇOS	CARACTERÍSTICAS	ABORDAGEM
Situação I Ex.: Praça da Cordoaria	<ul style="list-style-type: none"> - adaptação apenas à atividade; - a maioria não aponta carências no espaço nem um desejo de qualquer intervenção pela Câmara Municipal, ou outros. 	O espaço satisfaz os desejos e as necessidades dos seus utilizadores. A infraestrutura existente adapta-se ao que pretendem, pelo que não haverá necessidade de intervir.
Situação II Ex.: Casa da Música, Praça dos Leões	<ul style="list-style-type: none"> - adaptação apenas à atividade; - a maioria não refere carências no espaço mas revela um desejo de uma intervenção na cidade, de um espaço apropriado para o desenrolar daquela atividade. 	Será necessário perceber o impacto dessas alterações e tomar a decisão em conformidade.

<p>Situação III</p> <p>Ex.: Jardim de São Lázaro</p> <p>Jardim/ Praça do Marquês de Pombal</p>	<ul style="list-style-type: none"> - adaptação apenas à atividade; - são apontadas, pelos entrevistados, outras carências do espaço em número significativo. 	<p>Sempre que possível realizar uma intervenção temporária, assente nos princípios de urbanismo tático, de forma a testar o impacto, poder fazer ajustes necessários e assegurar</p>
<p>Situação IV</p> <p>Ex.: Praça da República</p>	<ul style="list-style-type: none"> - adaptação à atividade e ao espaço físico (infraestrutura existente). - Todos os entrevistados identificam uma necessidade de intervenção da Câmara nesse sentido. 	<p>o sucesso.</p>

Em suma, perante a diversidade de espaços e formas de apropriação informais será útil conhecer o seu contexto e perceber, de facto, entre outros fatores, através da perceção dos utilizadores, quais os casos em que se deve ou não intervir, em que o planeamento poderá desempenhar um importante papel na melhoria desses espaços, e consequentemente, na qualidade de vida de quem os apropria (e de potenciais utilizadores).

5

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A adaptação dos indivíduos ao espaço, expressa pela apropriação, é natural, e deve ser facilitada (Carmona, 2013), como tal o planeamento deverá, nos projetos e intervenções realizadas, fomentar essa apropriação, valorizando e promovendo os espaços públicos e a diversidade no meio urbano. Além disso, a apropriação, quer nas suas expressões formais, quer informais, enquanto atividade voluntária, de lazer, revela um sentido de pertença ao espaço, que explica muitas vezes a escolha de um local e não de outro, e nos casos estudados, revela, ainda, um elevado grau de ligação.

Relativamente às apropriações informais, objeto deste estudo, conclui-se que se em alguns casos ocorre apenas como forma de adaptação diretamente relacionada com a atividade a desenvolver, graças a uma certa abertura do espaço para que tal aconteça, noutros contextos, para além disso, revela carências infraestruturais no próprio espaço, ou de espaços vocacionados para tal na cidade. Em suma, se nuns casos essas apropriações são desejáveis, uma vez que revelam uma ligação das pessoas ao espaço e maior riqueza da vida urbana, noutros, para além disso, manifestam carências e essas devem ser colmatadas. É assim essencial, perante manifestações deste tipo, perceber de facto o que lhes está subjacente e qual a perceção dessas pessoas em relação a esse lugar, tentando distinguir desde logo, os casos em que se deve ou não intervir. No entanto, o planeamento parece, ainda, não estar sensibilizado para estas questões.

O trabalho realizado, permitiu identificar diferentes espaços e manifestações de apropriação informal, de certa forma revistas na literatura, mas, acima de tudo, contribui, a partir dos casos estudados, com uma componente de operacionalização assente numa proposta metodológica que se baseia, para além disso, precisamente nessa questão fundamental: quais os casos que revelam apenas uma adaptação diretamente relacionada à atividade e quais aqueles que revelam carências em termos de infraestrutura?

A abordagem sugerida no ponto anterior foca-se apenas nos casos estudados (atividades de apropriação informal nos diferentes locais), como tal, as medidas propostas visam colmatar algumas falhas apontadas e ir de encontro ao referido pelos entrevistados. No entanto, é sabido que no caso de uma intervenção, quer temporária, quer permanente, deveria ser auscultada uma amostra mais

abrangente, composta por residentes, comerciantes, e outros interessados, de forma a perceber quais são, também, os seus desejos. Contudo, tendo em conta a natureza deste estudo, sugerem-se algumas medidas que iriam de encontro às necessidades apontadas pelos entrevistados e que poderiam integrar uma qualquer intervenção.

Em casos como o da Praça da República, em que se torna evidente essa necessidade e em que esta é reconhecida por todos os questionados poder-se-ia instalar mobiliário urbano temporariamente e avaliar o seu impacto. Se possível, mobiliário não fixo, de forma a perceber qual a melhor localização - a preferência dos utilizadores.

Noutros casos, como o do Jardim do Marquês ou de S. Lázaro, em que são apontadas outras questões de melhoria, ainda que não relacionadas diretamente com o objeto de estudo, deve-se também avaliar o impacto dessas medidas e aí, o ideal, mais uma vez, talvez seja passar da teoria à prática e partir para uma intervenção temporária.

Ainda noutras situações como a Casa da Música ou a Praça dos Leões a opinião dos entrevistados é unânime. Apesar de gostarem e sentirem-se ligados àqueles locais, gostariam de ter infraestrutura própria na cidade. Neste caso, visto que será uma intervenção de raiz deve-se atender, logo à partida, aos acessos e ligações, ouvir os seus praticantes, os especialistas, de forma a perceber o que gostariam que fosse feito, como deverá ser um equipamento desses e, se possível, envolvê-los na construção temporária de um desses espaços. Assim, poder-se-ia avaliar o seu impacto, afinar algumas questões e, se benéfica, converter a intervenção a permanente.

Nestes e noutros casos, a população deve ser tida como elemento essencial para o desenvolvimento de qualquer projeto de intervenção e melhoria dos espaços públicos. De encontro aos princípios de planeamento participativo e de “placemaking”, no caso de uma intervenção em qualquer um destes espaços ou de criação de outros (como no caso da Praça dos Leões e da Casa da Música), estes grupos devem ser ouvidos. Caso contrário poderão não acolher a intervenção como se gostaria e minimizar-se o seu potencial.

Sempre que possível deve-se também optar por intervenções temporárias, sugeridas por ideais de “placemaking” e urbanismo tático, de forma a avaliar o impacto das intervenções e potenciar o seu sucesso graças à possibilidade de fazer correções. No fundo, estas estratégias tornam possível a passagem da teoria à prática e ampliam os resultados obtidos, tornando assim mais efetiva uma intervenção a longo prazo (permanente) e a ação em períodos de maior debilidade económica.

Enquanto à apropriação se poderá associar uma atitude reativa a determinado espaço, no sentido em que as pessoas se relacionam e adaptam voluntariamente a um espaço e contexto, o “placemaking” ou o “urbanismo tático”, quer por iniciativa de grupos de cidadãos, quer do poder local (dos municípios), manifestam uma atitude proactiva, de tomada de iniciativa e antecipação, o que não significa que limite a apropriação mas, pelo contrário, que a amplie.

Os municípios, enquanto órgãos de poder local, responsáveis pelos espaços públicos e a sua gestão, têm um papel fundamental no desencadear de processos deste tipo, voltados para a vida urbana e a sua população. Devem, assim, tomar consciência do seu poder e tirar partido do potencial de um planeamento assente nessas preocupações e exercido fora de um gabinete. Aqui, os órgãos de ensino superior (de áreas disciplinares associadas – Planeamento, Arquitectura, Arquitectura Paisagista) poderiam desempenhar um papel ativo, enquanto elo de ligação entre os municípios e as comunidades, a teoria e a prática. Estas práticas podem oferecer experiências transformativas e de grande significado para os estudantes e as partes interessadas da comunidade (Hou, 2014). Se por um lado, os estudantes aprendem com a interação com os interessados, por outro, estes beneficiam do seu trabalho assim como da experiência que partilham (Hou, 2014; Erickson, 2014).

Para além disso, tal como apontado pela *Project for PublicSpaces* o desenho e a manutenção são atividades altamente relacionadas, e juntos têm um grande impacto no espaço, pelo que, os projetos de espaço público devem ser tidos como sistemas vivos, que surgem quando implementados. Esse será apenas o início e não “o fim de”. Como tal, os projetos implementados devem desde logo considerar a gestão e manutenção e estas devem ser sempre asseguradas de forma a garantir a existência de espaços cuidados e tratados e, sempre que possível, identificar situações de carência e tomar medidas de encontro a essas carências, e não de limitação destas práticas, a não ser que penosas. Em suma, o entendimento dos processos de apropriação do espaço público é importante para o desenho e gestão sustentável dos ambientes urbanos (Ostermann e Timpf, 2007).

Será, ainda, desejável que as iniciativas sejam tomadas pelos municípios, no entanto, quando tal não acontece e surgem iniciativas de cidadãos estas deverão ser apoiadas.

De referir ainda, algumas limitações no decorrer deste trabalho. Em primeiro lugar, a limitação de tempo, que não permitiu que as observações e entrevistas realizadas se repetissem em diferentes estações do ano, por exemplo. Além disso, a dificuldade em obter, em alguns espaços, informação acerca daquilo que se pretendia estudar. Pelo que a falta de colaboração de possíveis entrevistados e o facto de visita a visita ser muitas vezes identificada a nossa presença, terá sido certamente penosa. Por outro lado, houve também dificuldade em estabelecer alguns contactos na Câmara Municipal do Porto e na Porto Lazer, que em muito poderiam ter contribuído. Por fim, ainda que extremamente complicado, teria sido interessante, conhecer a perspetiva dos projetistas de alguns destes espaços: quais as suas intenções aquando do projeto e o que pensam daquilo que agora ali se desenrola.

Relativamente à continuidade do trabalho seria pertinente estendê-lo por um período mais prolongado, de forma a perceber os fluxos, nos diferentes espaços, ao longo do ano, mas, acima de tudo, considera-se oportuno testar a aplicação de algumas das medidas de intervenção propostas para os espaços estudados, assim como, a aplicabilidade da proposta metodológica noutros casos semelhantes, de identificação de manifestações de apropriação informal. Para além disso, seria ainda

conveniente perceber se os eventos promovidos pelos municípios, nos espaços públicos, como no caso da cidade do Porto, têm impacto sobre a apropriação.

Procura-se assim contribuir para o entendimento de formas de apropriação com uma certa espontaneidade, que enriquecem e dinamizam o espaço público, que deverão ser acolhidas em projetos conceptualmente voltados para a diversidade, mas que, em alguns casos expressam carências e falhas projetuais. No fundo, que aquilo que deveria ser feito não foi feito e que é agora tempo de o fazer.

Tal como referido, a apropriação tem enorme importância enquanto fator de compreensão dos desejos e necessidades da população e da sua ligação ao meio urbano (Mendonça, 2007), pelo que o estudo da apropriação conciliado com uma preocupação com a qualidade dos espaços/ lugares públicos (de sucesso) potencia a vida urbana e reveste as cidades daquilo que devem ser: espaços de inclusividade - de todos e para todos.

Por fim, se por um lado a apropriação significa tornar algo próprio, não num sentido de posse, mas, de identificação e pertença, por outro, define-se enquanto uma adaptação e por isso, deverá ser incentivada e tida como um fator importante de vida urbana. Só assim, será garantido o valor de uso dos lugares públicos e se assegura o direito à cidade.

BIBLIOGRAFIA

- Alves, F. M. B.(2003). *Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano: Proposta Metodológica*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Aminzadeh, B.,Dokhi, A.(2007).*Urban parks and addiction*. Journal of Urban Design, 23/Janeiro/2007, 73-87, Routledge, London.
- Andres, L.(2013). *Differential Spaces, Power Hierarchy and Collaborative Planning: A Critique of the Role of Temporary Uses in Shaping and Making Places*. Urban Studies, Março/2013, 759-775.
- Appleyard, D. (1980). *Livable streets: protected neighborhoods? The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, Setembro/1980, 106-117.
- Aravot, I.(2010). *Back to Phenomenological Placemaking*. Journal of Urban Design, 4/Agosto/2010, 37-41, Routledge, London.
- Augé, Marc. (2007). *Não-lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. 90ª Editora, Lisboa.
- Banerjee, T. (2007). *The future of public space: beyond invented streets and reinvented places*. Journal of the American Planning Association, 26/Novembro/2007, 9-24, Routledge, London.
- Beirão, G., Cabral, J.S. (2007). *Understanding attitudes towards public transport and private car: a qualitative study*. Transport policy, 8/Junho/2007, 478-489, Elsevier.
- Booher, D. E., Innes, J.E. (2002). *Network Power in Collaborative Planning*. Journal of Planning Education and Research, 221-236, Association of Collegiate Schools of Planning.
- Caetano, J. N., Bezzi, M. L. (2010). *Território, paisagem e cultura: a influência portuguesa na (re)construção espacial do município de Cruz Alta/RS*.
<http://w3.ufsm.br/ppggeo/files/ebook01/Art.7.pdf> . Acedido a 20 de Novembro de 2014.
- Caldeira, T. (2000). *Cidade de Muros: crimes, segregação e cidadania em São Paulo*. EDUSP, São Paulo.
- Carmo, H., Ferreira, M. (2008). *METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO. Guia para a auto-aprendizagem*. Universidade Aberta, Lisboa.
- Carmona, M. (2010). *Contemporary Public Space: critique and classification, Part one: critique*. Journal of Urban Design, 18/Janeiro/2010, 123-148, Routledge, London.
- Carmona, M. (2013). *The Place-shapping Continuum: A Theory of Urban Design Process*. Journal of Urban Design, 10/Dezembro/2013, 2-36, Routledge, London.
- Carmona, M., Tiesdell, S., Heath, T., Oc, T. (2010). *Public Places - Urban Spaces: the dimensions of urban design*. Routledge, New York.
- Carr, S., Francis, M., Rivlin, L.G., Stone, A. M. (1992). *Public Space*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Certeau, M. (2000). *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Editora Vozes, Petrópolis.

- Chatterton, P. (2002). *Squatting is Still Legal, Necessary and Free: a Brief Intervention in the Corporate City*. Editorial Board of Antipode, Oxford.
- Clarke, D., Bradford, M. (1998). *Public and Private Consumption and the City*. Urban Studies, 865-888.
- Dempsey, N., Smith H., Burton, M.(2014). *Place-Keeping: Open Space Management in Practice*. Routledge, New York.
- Domínguez, B. J. (2007). Urban appropriation and loose spaces in the guandalajara cityscape." In *Loose Space*, 96-112, Routledge, Abingdon.
- Erickson, S. (2014). Reaching out and reaching in- investigating community impacts of a university outreach program. In *Community Matters- Service-learning in engaged design and planning*, 257-277, Routledge, Nova Iorque.
- Erőss, A., Tátrai, P. (2010). *Etnic features of symbolic appropriation of public space in changing geopolitical frames- the case of Oradea/Nagyvárad*. Hungarian Geographical Bulletin, 51-68, Geographical Research Institute, Budapest.
- Fernandes, A. T. (1992). *Espaço social e suas representações*. VI Colóquio Ibérico de Geografia, 1992, Porto, 61-99.
- Fernandes, A. (2012). *Metodologias de Avaliação da Qualidade dos Espaços Públicos*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.
- Fernando, N. A. (2007). Open-ended space-urban streets in different cultural contexts. In *Loose space- possibility and diversity in urban life*, 54-72, Routledge, London e New York.
- Ferreira, A. (2007). *A Produção do Espaço: Entre Dominação e Apropriação. Um Olhar Sobre os Movimentos Sociais*. <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24515.htm>. Acedido a 1 de Setembro de 2014.
- Ford, Larry R. (2000). *The Spaces between Buildings*. The Johns Hopkins University Press: Baltimore.
- Frank, K. A., Stevens, Q. (2007). *Loose Space: possibility and diversity in urban life*. Routledge, Abingdon.
- Friedman, Y. (2006). *Pro Domo*. Actar, Barcelona.
- Friedmann, J. (2010). *Place and Place-Making in Cities: A Global Perspective*. Planning Theory & Practice, 2/Agosto/2010, 149-165, Routledge, London.
- Friedrich, S., Muri, G. (2005). *Suitability of Public Spaces in restructured areas for Appropriation by Young People*. <http://aesop2005.scix.net/data/papers/att/366.fullTextPrint.pdf>. Acedido a 5 de Outubro de 2014.
- Gaffikin, F., Mceldowney, M., Sterrett, K. (2010). *Creating Shared Public Space in the Contested City: The Role of Urban Design*. Journal of Urban Design, 26/Agosto/2010, 493-513, Routledge, London.
- Galvin, B. D. W. (2013). *An Antropology of Urbanism: How People Make Places (and What Designers and Planners Might Learn from it)*. Footprint Delft Architecture Theory Journal, Agosto/2013, 21-40, Techne Press, Amsterdam.

- Gehl, J. (2011). *Life between building: using public space*. Island Press, Washington.
- Gehl, J., Matan, A. (2009). *Two perspectives on public spaces*. Building Research & Information, 9/Janeiro/2009, 106-109, Routledge, London.
- Gehl, J., Svarre, B., (2013). *How to study public life*. Island Press, Washington.
- Gehl, J., Litt. *Public Spaces for a Changing Public Life*. <http://urbact.eu/file/9951/download?token=F-hKY56A>. Acedido a 2 de Fevereiro de 2015.
- Goodsell, C. T. (2003). *The Concept of Public Space and its Democratic Manifestations*. American Review of Public Administration, 4/Dezembro/2003, 361-383, Sage Publications.
- Graça, M. S. (2005). *Espaços públicos e uso colectivo de espaços privados*. <http://www.e-cultura.pt/Anexos/%C2%ABEspa%C3%A7osPublicos%26Privados%C2%BB%20.pdf>. Acedido a 24 de Novembro de 2014.
- Grimm, D. (2004). *Public Parks and Squares in Viennese Urban Renewal Areas – Sites for Everyday Life*. http://www.researchgate.net/publication/238747276_Public_Parks_and_Squares_in_Viennese_Urban_Renewal_Areas_-_Sites_for_Everyday_Life. Acedido a 5 de Março de 2015.
- Haan, H. (2005). *Social and Material Appropriation of Neighborhood Space: Collective Space and Resistance in a Dutch Urban Community*, 14/15 Outubro 2005, Delft, 1-26, Delf University of Technology, Delft.
- Haesbaert, R. (2007). *Território e Multiterritorialidade: um debate*. GEOgraphia-ano IX- nº17, 19-46, Universidade Federal Fluminense.
- Healey, P. (1997). *Collaborative Planning: shapping places in fragmented societies*. MacMillan, London.
- Healey, P. (2003). *Collaborative Planning in Perspective*. Planning Teory, 101-123, SAGE Publications.
- Hetzberger, H. (1999). *Lições de Arquitectura*. Martins Fontes, São Paulo.
- Holahan, C. (1982). *Environmental Psychology*. Radom House, New York.
- Hou, J. (2014). *Life before/during/between/after the service-learning design studios*. In *Community Matters- Service-learning in engaged design and planning*, 315-333, Routledge, New York.
- Inam, A. (2010). *Meaningful Urban Design: teleological/catalytic/relevant*. Journal of Urban Design, 4/Agosto/2010, 35-58, Routledge, London.
- Jacobs, A., Appleyard, D. (2007). *Toward an Urban Design Manifesto*. Journal of the American Planning Association, 26/Novembro/ 2007, 112-120, Routledge, London.
- Jacobs, J. (2000) *Morte e Vida de Grandes Cidades*. Livraria Martins Fontes, São Paulo.
- Kallus, R. (2010). *From abstract to concrete: subjective reading of urban space*. Journal of Urban Design, 4/Agosto/ 2010, 129-150, Routledge, London.

Kaspar, H., Buhler, E. (2009). *Planning, design and use of the public space Wahlenpark (Zurich, Switzerland): functional, visual and semiotic openness*. *Geographica Helvetica*, 21-29.

Lefebvre, H. (1970). *Du rural à l'urbain*. Éditions Anthropos, Paris.

Lefebvre, H. (1991). *The Production of Space*. Blackwell, Oxford.

Lefebvre, H. (2010). *O Direito à Cidade*. Centauro Editora, São Paulo.

Lume, J. (1999). *O Homem e o Espaço Urbano*. *Revista Portuguesa de Psicossomática*, Julho/Dezembro 1999, 59-69, Sociedade Portuguesa de Psicossomática, Porto.

Lydon, M., Bartman, D., Woudstra, R., Khawarзад, A. (2014). *Urbanismo Tático: Ação a Curto Prazo, Mudança a Longo Prazo*.
http://issuu.com/streetplanscollaborative/docs/tactical_urbanism_vol._2-portuguese. Acedido a 30 de Maio de 2015.

Madanipour, A. (2006). *Roles and Challenges of Urban Design*. *Journal of Urban Design*, 4/Setembro/2006, 173-193, Routledge, London.

Madden, K. (2001). *Creating "Places" that work*. <http://plannersweb.com/wp-content/uploads/2001/07/296.pdf>. Acedido a 3 de Março de 2015.

Malone, K. (2002). *Street life: youth, culture and competing uses of public space*. *Environment and Urbanization*, 2/Outubro/2012, 157-168, SAGE.

Marcus, C. C., Francis, C. (1998). *People places: design guidelines for urban open spaces*. John Wiley & Sons, Inc., New York.

Margerum, R. D. (2002). *Collaborative Planning- Building Consensus and Building a Distinct Model for Practice*. *Journal of Planning Education and Research*, 237-253, Association fo Collegiate Schools of Planning.

Marques, I. S. (2008). *A rua como espaço público de expressão de desejos e de diferentes potencialidades*. Universidade Federal do Espírito Santo.

Mehta, V. (2007). *A Toolkit for Performance Measures of Public Space*.
http://www.isocarp.net/Data/case_studies/983.pdf. Acedido a 10 de Janeiro de 2015.

Mehta, V. (2013). *Evaluating Public Space*. *Journal of Urban Design*, 10/Dezembro/2013, 53-88, Routledge, London.

Mendonça, E. M. S. (2007). *Apropriações do espaço público: alguns conceitos*. *Estudos e pesquisas em psicologia*, Agosto/2007, 296-306, UERJ, Rio de Janeiro.

Mierzejewska, L. (2011). *Appropriation of public urban space as an effect of privatisation and globalisation*. *Questiones Geographicae*, 39-46, Institute of Socio-Economic Geography and Spatial Management, Poznan, Poland.

Muga, H. (2005). *Psicologia da Arquitectura*. Edições Gailivro, Gaia.

Narciso, C. A. F. (2008). *Espaço público: desenho organização e poder*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Ostermann, F., Timpf, S. (2007). *Modelling Space Appropriation in Public Parks*. 10th AGILE International Conference on Geographic Information Science 2007. Aalborg, 1-7, Aalborg University.

Ostermann, F., Timpf, S. (2009). *Use and appropriation of space in urban public parks- GIS methods in social geography*. *Geographica Helvetica*, 30-36.

Parker, P., Delshammar, T., Johansson, M. *Planning for appropriation: public space led to development to integrate a fragmented city*.
<http://dspace.mah.se/dspace/bitstream/handle/2043/14562/PfA%20201209.pdf;jsessionid=4D3F1A80135CA4ADFE011EB0DD211B81?sequence=2>. Acedido a 5 de Outubro de 2014.

Peterson, S. (1974). *Urban Design Tactics*. *Architectural Design*, 76-81.

Pfeifer, L. (2013). *The Planner's Guide to Tactical Urbanism*.
<https://reginaurbanecology.files.wordpress.com/2013/10/tuguide1.pdf>. Acedido a 10 de Junho de 2015.

Project for Public Spaces.(2005). *How to Turn a Place Around: a handbook for creating sucessful public spaces*. Project for public spaces, New York.

Project for Public Spaces. (2007). *The Great Neighborhood Book- Do-it-yourself Guide to Placemaking*. New Society Publishers, New York.

Project for Public Spaces. (2008). *A Guide to Neighborhood Placemaking in Chicago*.
http://www.placemakingchicago.com/cmsfiles/placemaking_guide.pdf . Acedido a 2 de Março de 2015.

Purcell, M. (2003). *Citizenship and the Right to the Global City: Reimagining the Capitalist World Order*. *International Journal of Urban and Regional Research*, Setembro/ 2003, 564-590, Blackwell Publishing, Malden.

Raffestin, C. (1993). *Por uma Geografia do poder*. Ática, São Paulo.

Ratzel, F. (1974). *Politische Geographie*. Otto Zeller Verlag, Osnabrück.

Remy, J., Voyé, L. (1994). *A cidade: rumo a uma nova definição?*. Afrontamento, Porto.

Rivlin, L. G. (2007). Found spaces: freedom of choice in public life. In *Loose Space: possibility and diversity in urban life*, 38-53. Routledge, Abingdon.

Santos, C. N. F., Vogel, A. (1985). *Quando a rua vira casa: apropriação de espaços de uso colectivo em um centro de bairro*. Projecto, São Paulo.

Santos, M. (2006). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Sadri, H., Sadri, S.Z.(2012). *The right to appropriation: spatial rights and the use of space*. (Re)appropriation of the city - Architecture as a tool for the [re]appropriation of the contemporary city. 9-11 de Outubro de 2012, Polis University, Tirana.

Shaftoe, H. (2008). *Convivial urban spaces*. Earthscan, London.

Shaw, P., Hudson, J. (2009). *The Qualities of Informal Space: (Re)appropriation within the informal, interstitial spaces of the city*. Occupation: negotiations with constructed space, 2 a 4 de Julho de 2009, 1-13, University of Brighton, Brighton .

Sheller, M., Urry, J. (2000). *The city and the car*. International Journal of Urban and Regional Research, 4/Dezembro/2000, 737-757, Blackwell Publishers, Oxford, Malden.

Silva, F. N., Serdoura F. M., Costa, J.P. *Cultural identity and spatial segregation in the public spaces of Lisbon- criteria for the evaluation of public spaces*.
http://www.isocarp.net/data/case_studies/cases/cs01_5677/isocarp_ist_fa.pdf . Acedido a 5 de Outubro de 2014.

Sobarzo, O. (2006). *A produção do espaço público: da dominação à apropriação*. GEOUSP- Espaço e Tempo, 93-111, São Paulo.

Southworth, M. "Reclaiming the walkable city."
<http://www.ced.berkeley.edu/downloads/pubs/frameworks/fa06/southworth.06.fw.4.16.pdf>. Acedido a 7 de Março de 2015.

Stevens, Q. (2007). Betwixt and between: building thresholds, liminality and public space. In *Loose space: possibility and diversity in urban life*, 73-92, Routledge, New York.

Stevens, Q., Dovey K. (2010). *Appropriating the spectacle: play and politics in a leisure landscape*. Journal of Urban Design, 4/Agosto/ 2010, Routledge, London.

Tardiveau, A, Mallo, D. (2014). *Unpacking and challenging habitus: an approach to temporary urbanism as a socially engaged practice*. Journal of Urban Design, 26/Junho/2014, 456-472, Routledge, London.

Thwaites, K., Mathers, A., Simkins, I. (2013). *Social Restorative Urbanism- The theory, process and practice of Experiments*. Routledge, Abingdon.

Travasso, N. (2011). *Em busca do tempo perdido*. <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/64722>. Acedido a 3 de Março de 2015.

Urry, J. (2004). *The "System" of Automobility*. Theory, Culture & Society, 1/ Outubro/2004, SAGE, London.

Villac, M. I. (2012). *Apropriação criativa- projecto para a comunidade política no espaço público*. http://www.usjt.br/arq.urb/numero_08/13_maria_isabel_villac.pdf . Acedido a 2 de Fevereiro de 2015.

Visconti, L. M., JR, J.F.S, Borghini, S., Anderson, L. (2010). *Street Art? Sweet Art? Reclaim the "Public" in Public Place*. Journal of Consumer Research, Outubro/2010.

Whyte, W. H. (2001). *The Social Life of Small Urban Spaces*. Project for Public Spaces, New York.

Worpole, K., Knox, K. (2008). *The social value of public spaces*. Joseph Rowntree Foundation.

Wunderlich, F. M. (2008). *Walking and Rythmicity: sensing urban space*. Journal of Urban Design, 8/ Fevereiro/2008, 125-139, Routledge, London.

ANEXOS

- A1.** Estrutura das entrevistas ao Departamento Municipal de Planeamento Urbano e à Divisão Municipal de Parques Urbanos, da Câmara Municipal do Porto
- A2.** Questionário base das entrevistas (casos de estudo)

A1. ESTRUTURA DAS ENTREVISTAS À CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

A apropriação informal/espontânea manifesta uma certa adaptação dos indivíduos, muitas vezes, à infra-estrutura existente.

1. Qual a ligação do planeamento e qual o papel dos seus técnicos, neste tipo de casos?
2. De que forma é que a Câmara Municipal do Porto vê este tipo de casos? Procura dar resposta? Actua nestas situações?
3. Quais são as exigências dos cidadãos? Chegam alguns pedidos?
4. Quais são actualmente as principais preocupações com o espaço público?
5. A versatilidade e a adaptação dos espaços a diferentes usos são consideradas quando fazem uma nova intervenção no espaço público?

A2. QUESTIONÁRIO BASE DAS ENTREVISTAS (CASOS DE ESTUDO)

I. INFORMAÇÃO PESSOAL

1. Sexo

1.1 Feminino ____ 1.2 Masculino ____

2. Idade ____

3. Habilitações Literárias:

3.1 ____ Sem Escolaridade 3.2 ____ 1.º Ciclo 3.3 ____ 2.º Ciclo 3.4 ____ 3.º Ciclo 3.5 ____ Secundário 3.6 ____ Ensino Superior ou mais

4. Profissão (ou ex-profissão):

4.1 ____ Desempregado 4.2 ____ Reformado 4.3 ____ Activo

5. Local de residência/onde mora

6. Tem espaços de lazer exteriores na sua residência ou na proximidade?

6.1 ____ Sim 6.2 ____ Não

II. INFORMAÇÃO ACERCA DA UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO

1. Qual o espaço público em que se encontra? _____

2. O que faz nesse local? _____

3. Utiliza apenas o espaço para.....? 3.1 ____ Não 3.2 ____ Sim

4. Utiliza outros espaços públicos da cidade com a mesma finalidade?

4.1 ____ Não 4.2 ____ Sim

5. Com que frequência o utiliza?

5.1 ____ Raramente 5.2 ____ Todas as semanas 5.3 ____ Mais do que uma vez por semana

5.4 ____ Todos os dias

6. Quando?

6.1.1 ____ Manhã 6.1.2 ____ Tarde

6.2.1 ____ Dia de semana 6.2.2 ____ Fim de semana

7. Por quanto tempo permanece habitualmente?

7.1 ____ menos de 30 minutos 7.2 ____ cerca de 30 minutos 7.3 ____ mais de 30 minutos

8. Porquê esse local?

8.1 ____ próximo do local de residência, trabalho ou alguma actividade(comércio/serviços)

8.2 ____ local de encontro

8.3 ____ responde às suas necessidades

8.4 ____ adapta-se ao uso que pretende

8.5 ____ confortável/ agradável

8.6 ____ tem significado para si

8.7 ____ facilmente acessível

9. Considera que falta alguma coisa neste espaço (bancos, mesas, outros..)?

9.1 ____ Não 9.2 ____ Sim. Se sim, o

quê? _____

10. Utiliza elementos seus como forma de adaptação da sua utilização ao espaço em causa?

10.1 _____ Não 10.2 _____ Sim. Se sim, o quê?

11. Gostaria que a Câmara Municipal do Porto ou a Junta de Freguesia fizessem alguma intervenção?

11.1 _____ Não 11.2 _____ Sim

Porquê?

Se sim, o que gostaria que fizessem?

12. Sente que o espaço de alguma forma (também) lhe pertence?

13. De 0 a 10 avalie qual o seu grau de ligação a este espaço: _____

